

GILMAR GETÚLIO SILVEIRA GARAGORRY

CLASS: 306.08
G 212c
TOMBO: Tex 850

SVE

FFC

**CIDADANIA CULTURAL: DA FORMAÇÃO DE UM
CONCEITO À PROPOSIÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA
DE GESTÃO CULTURAL NA CIDADE
DE SÃO PAULO (1989 - 1992).**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP/MARÍLIA

1997

1410000850



306.08
G212c

TESE850



GILMAR GETÚLIO SILVEIRA GARAGORRY

**CIDADANIA CULTURAL: DA FORMAÇÃO DE UM
CONCEITO À PROPOSIÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA
DE GESTÃO CULTURAL NA CIDADE
DE SÃO PAULO (1989 - 1992).**

**Dissertação apresentada para a obten-
ção do grau de Mestre em Educação à
Comissão Julgadora do Curso de Pós-
Graduação em Educação na linha de
pesquisa em Filosofia e Educação da
Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista —
UNESP/Marília —, sob a orientação do
Prof. Dr. Paulo Ghiraldelli Jr.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP/MARÍLIA

1997



Comissão Julgadora



AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação de mestrado, creio eu, deve ser motivo de grande alegria para qualquer pessoa. Se os cursos realizados durante o mestrado e o trabalho de elaboração da dissertação proporcionaram uma boa formação, a alegria estaria completa. Que posso dizer então do que sinto, se além desses motivos para uma alegria completa contei ainda com a sorte de conviver ao longo desse período com algumas pessoas ímpares?

Procurando, por um lado, uma boa formação e, por outro, uma boa orientação, acabei indo mais longe e encontrei um grande amigo, a quem agradeço especialmente.

Conviver e discutir diversos temas com o GEP "Filosofia, Sociedade e Educação", vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, confesso, foi um grande privilégio. Dentre seus integrantes, há, por um lado, aqueles com quem me relaciono de longa data, e que muito contribuíram para minha formação, são eles, Martha Cratian Pereira Martins, Rogério Rodrigues, Sara Queiroz Matilheus, Carlos da Fonseca Brandão e Pedro Angelo Pagani, e, por outro, dentre os que passei a conviver ao ingressar no Pós-Graduação, Antonio dos Reis Mello e Alceu Bezerra de Carvalho contribuíram de diferentes maneiras para com minha pessoa, a todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Para Salete,

com todo amor,
e extrema esperança
no nosso amanhã.

AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação de mestrado, creio eu, deve ser motivo de grande alegria para qualquer pessoa. Se os cursos realizados durante o mestrado e o trabalho de elaboração da dissertação propiciaram uma boa formação, a alegria estaria completa. Que posso dizer então do que sinto, se além desses motivos para uma alegria completa contei ainda com a sorte de conviver ao longo desse período com algumas pessoas ímpares?

Procurando, por um lado, uma boa formação e, por outro, uma boa orientação, acabei indo mais longe e encontrei um grande amigo, a quem agradeço especialmente.

Conviver e discutir diversos temas com o GEP “Filosofia, Sociedade e Educação”, vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, confesso, foi um grande privilégio. Dentre seus integrantes, há, por um lado, aqueles com quem me relaciono de longa data, e que muito contribuíram para minha formação, são eles: Martha Cristina Pereira Martins, Rogério Rodrigues, Sara Quenzer Matthiesen, Carlos da Fonseca Brandão e Pedro Ângelo Pagni, e, por outro, dentre os que passei a conviver ao ingressar no Pós-Graduação, Antonio dos Reis Mello e Alonso Bezerra de Carvalho contribuíram de diferentes maneiras para com minha pessoa; a todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Sou muito grato aos professores Celestino Alves da Silva Jr. e José Carlos Bruni pela seriedade com que se dedicaram ao meu exame de qualificação, que se processou como um trabalho de orientação, ocasião pela qual recebi valiosíssimas contribuições para dar prosseguimento aos meus estudos.



Agradeço a todas as pessoas que haviam participado da gestão cultural de Marilena Chaui e que se dispuseram de alguma forma a me auxiliar na busca de informações acerca de tal gestão. Algumas, colaboraram abrindo o seu arquivo pessoal, outras dispondo de algumas preciosas horas de seu tempo para conversarmos acerca dos mais variados assuntos. Agradeço, portanto, à Priscila Zioni Ferretti, ao Arari da Gama e Silva, ao Oiram Antonini, ao Agenor Figueiredo, à Maria Conceição Cerqueira, à Vera Tokairim (pela cessão de material de seu arquivo pessoal), à Raquel Mattes. Raquel, não só contribuiu fornecendo-me algumas informações acerca da dinâmica de trabalho da SMC, como também, propiciando-me condições para examinar todas as pastas de documentos do governo de Luiza Erundina, hoje reunidos no CEDEM - Centro de Documentação e Memória, órgão sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP na cidade de São Paulo.

Alguns dos documentos a que tive acesso, devem-se à gentileza da professora Olgária Matos, que permitiu minha consulta a seu arquivo pessoal.

Lembro, ainda, que este estudo contou com o apoio financeiro da CAPES, sem o qual, muito provavelmente ele não teria chegado ao seu termo.

Sou muito grato a meus familiares que, cada um, à sua maneira, sabe ter contribuído para a viabilização da presente dissertação.

Finalizo agradecendo, de forma especial, a duas pessoas maravilhosas que inundam de sentido a minha vida, Salete e André. À Sá, pelo companheirismo, pelo apoio, pela confiança e esperança que sempre depositou em minha pessoa. Ao Andrezinho, por todas as vezes que compreendeu e se conformou com a idéia de que eu não poderia brincar com ele por estar ocupado com meus estudos e, talvez, mais ainda pelas vezes que não se conformou ... era um estímulo a mais para que eu chegasse à conclusão da presente dissertação.

Resumo da dissertação "Cidadania Cultural: da formação de um conceito à proposição de um novo paradigma de gestão cultural na cidade de São Paulo (1989 - 1992)".

A presente dissertação tem por objeto o conceito de cidadania cultural tal qual ele se apresenta no discurso oficial da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo no período de 1989 a 1992. O primeiro capítulo versa sobre o ponto de partida, entendido pelos então dirigentes da SMC em seus aspectos práticos — experiências de gestões anteriores — e teóricos — as reflexões do Partido dos Trabalhadores sobre o assunto. O segundo, o mostrar a forma pela qual os dirigentes daquela Secretaria fizeram uso dos conceitos de democracia, cultura e cidadania para embasar o conceito de cidadania cultural. E, por terceiro, apresenta o referido conceito em suas diferentes e interdependentes faces: um programa, uma ação e um conjunto de resultados. Por fim, na conclusão, com o resgate dos argumentos apresentados na discussão que a precede, ressalta-se o que há de inaugural e inovador no conceito de cidadania cultural.

Palavras-chave: CULTURA; CIDADANIA CULTURAL; DEMOCRACIA CULTURAL

Grato

Vilma Zetúlio de Fátima

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1. Cidadania cultural: elementos inspiradores e ponto de partida	21
1. 1. “Política Cultural”: documento elaborado para o Encontro Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores em 1985.....	23
1.2. As diretrizes do Governo Luiza Erundina	30
1.3. Do diagnóstico da SMC e das tradições encontradas ao discurso de posse.....	34
Capítulo 2. Cidadania cultural: base conceitual	44
2.1. Democracia	45
2.2. Cultura	65
2.3. Cidadania	79
Capítulo 3. O conceito de cidadania cultural no discurso oficial	97
3.1. Cidadania cultural: um programa	99
3.2. Cidadania cultural: uma ação	106
3.3. Cidadania cultural: um conjunto de resultados	135
Conclusão	156
Bibliografia	161



INTRODUÇÃO

Em artigo publicado pela Revista USP, Renato Janine Ribeiro desenvolve uma discussão acerca da forma pela qual surgiu a moderna ciência histórica. "A Momigliano", diz ele, "mostra que, até o século XVIII, distinguia-se a atividade do antiquário — que lidava com fontes primárias, de maneira crítica — e a do historiador — que fazia parte da retórica, e desdenhava a crítica de suas fontes". E, pouco adiante, prossegue: "Teremos história no sentido que lhe damos, o de um saber, não o de simples material para a sabedoria e o saber, quando os historiadores adotarem os métodos elaborados pelos antiquários".

Governar é formular conceitos.

Para além da recuperação da história, a modernidade trouxe uma nova compreensão e relação do homem com o tempo. Diz ele: "enquanto não há uma ideia de progresso, enquanto não há um tempo cronotado positivamente — ou, pelo menos, enquanto não há uma identificação entre o tempo e a mudança —, pouco importa se o que se está contando é verdade ou não. Importa apenas a lição que se vai tirar do relato (...) ou o conhecimento que se vai tirar do homem (...) por isso a fábula pode valer mais que a história autêntica". A autenticidade, de acordo com ele, limitava-se à questão de mera curiosidade, posto que o que interessava era

Entrevista de Marilena Chaui à Folha

de S. Paulo, em 02/06/1991.

JANINE RIBEIRO, R. História e revolução: a Revolução Francesa e uma nova ideia de história.

Revista USP, São Paulo (01), 17 - 8. mar./abr./maio / 1989

Idem, *idem*, p. 16.

Idem, *idem*, p. 16 - 7.

INTRODUÇÃO

Em artigo publicado pela Revista USP, Renato Janine Ribeiro desenvolve uma discussão acerca da forma pela qual surgiu a moderna ciência histórica¹. “A. Momigliano”, diz ele, “mostra que, até o século XVIII, distinguia-se a atividade do antiquário — que lidava com fontes primárias, de maneira crítica — e a do historiador — que fazia parte da retórica, e desdenhava a crítica de suas fontes”. E, pouco adiante, prossegue: “Teremos história no sentido que lhe damos, o de um saber, não o de simples material para a sabedoria e o saber, quando os historiadores adotarem os métodos elaborados pelos antiquários”².

Para além da recuperação da “autoridade da citação”, da referência às fontes de informação, a moderna ciência histórica deve-se, segundo Renato Janine Ribeiro a uma nova compreensão e relação do homem com o tempo. Diz ele: “enquanto não há uma idéia de progresso, enquanto não há um tempo conotado positivamente — ou, pelo menos, enquanto não há uma identificação entre o tempo e a mudança —, pouco importa se o que se está contando é verdade ou não. Importa apenas a lição que se vai tirar do relato (...) ou o conhecimento que se vai tirar do homem (...) por isso a fábula pode valer mais que a história autêntica”³. A autenticidade, de acordo com ele, limitava-se à questão de mera curiosidade, posto que o que interessava era

¹ JANINE RIBEIRO, R. História e revolução: a Revolução Francesa e uma nova idéia de história.

Revista USP. São Paulo (01): 12 - 8, mar./abr./mai./ 1989.

² Idem, *ibidem*, p. 16.

³ Idem, *ibidem*, p. 16 - 7.

apenas o caráter pedagógico da história, as famosas “lições da história”; não se tinha como um fim *aprender a história*, mas como um meio, como um instrumento para *aprender com a história*⁴.

A condição para surgir a história tal qual a concebemos hoje, de acordo com ele, parece ser a de “identificar o acontecimento, por excelência, com a transformação — a instauração do novo”, o que ocorre no século XVIII, quando “o passar do tempo deixou de ser meramente o lugar no qual se situam experiências, elas sim importantes, que permitam entender o que é o homem — para tornar-se, ele próprio, objeto de conhecimento”⁵.

Termina, assim, no século XVIII, segundo Renato Janine Ribeiro, uma idéia de história enquanto elenco de exemplos, e “as famosas ‘lições da história’ [ficam] relegadas a um discurso que se tornou anacrônico; que não expressa mais o que se faz *nos setores de ponta da disciplina*”⁶.

Segundo Paulo Ghiraldelli Jr., ainda que existam investigações e escritos de cunho histórico sobre a educação desde o século XVII, “a historiografia da educação propriamente dita tem seu momento histórico privilegiado na Alemanha do final do século XVIII e início do século XIX”⁷. E, desde os seus primórdios, de acordo com ele, “a historiografia da educação e da pedagogia associou-se diretamente ao desenvolvimento de aulas ou de disciplinas com a denominação ‘história da educação’ ou algo parecido, trazendo, assim, até os dias atuais, o que talvez seja sua característica

⁴ Idem, *ibidem*, cf. p. 17.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁷ GHIRALDELLI JR., P. Educação e razão histórica. São Paulo, Cortez, 1994. Citamos a página 21.



mais marcante: em geral a história da educação realiza-se como assunto propedêutico ou afim aos conteúdos pedagógicos necessários à formação de futuros professores”⁸. Não que não tenham sido registradas disputas e rupturas nos caminhos da historiografia da educação, mas, apesar delas, predomina “uma visão pragmática, mantendo a história da educação atrelada ao objetivo de formação de educadores”⁹.

A história da educação, segundo Paulo Ghiraldelli Jr., acaba por rumar para uma “história exemplar” e os textos de história da educação e da pedagogia, acabam por se transformar em “livros cujo conteúdo preenchia-se com a mera coleção de biografias de educadores”, dos “grandes educadores”, de caráter ilustrativo¹⁰. Nesse sentido, de acordo com ele, a história exemplar, “adoecida em leito de morte a partir do final do século XVIII, conseguiu uma sobrevida enquanto história ilustrativa da educação”¹¹.

Por outro lado, Paulo Ghiraldelli Jr. comenta que o que se convencionou denominar história da educação fez um percurso nem sempre afinado com o da história cultural e que, sem dúvida, perdeu e perde muito com isso. E, prosseguindo por esse raciocínio, ele indaga: “Livros como *O povo*, de Michelet, ou *A cultura do Renascimento na Itália*, de Burckhardt, não parecem textos que nos dizem mais sobre a história da educação e da pedagogia do que as historiografias da educação que, convencionalmente, nossas cátedras universitárias adotam e oficializam?”¹².

⁸ Idem, *ibidem*, p. 21.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁰ Idem, *ibidem*, cf. p. 21 - 2.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 22.

¹² Idem, *ibidem*, p. 20.

Num outro texto, este mesmo autor, após analisar a discussão historiográfica da educação no Brasil nos anos oitenta, sugere, a partir das carências encontradas, alguns pontos indicativos para se pensar a historiografia da educação nos anos noventa. O autor comenta acerca da lacuna de estudos sistemáticos no sentido de colocar no debate a questão da necessidade de a história da educação se inserir mais plenamente no âmbito da história da cultura. E, justamente no sentido de provocar tal discussão, ele propõe uma alteração para o título do artigo “Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo”, que poderia se chamar “Por uma história da educação que *não* esteja presente no trabalho educativo”¹³. “Talvez assim”, sugere o autor, “com uma história da educação menos preocupada em servir à militância e à formação do professorado, a ‘área’ ganhasse autonomia como campo de investigação científica”¹⁴.

Ora, com a presente dissertação pensamos de alguma forma estar contribuindo para preencher a lacuna acima mencionada, uma vez que buscamos um entrelaçamento entre a história da educação e a história da cultura — e também da Cultura, da SMC. Estamos pensando numa história da educação que não se restringe ao âmbito escolar, posto que buscamos captar outras relações de ensino-aprendizagem no âmbito cultural de uma época e de um lugar bem delimitados.

¹³ GHIRALDELLI JR., P. Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil. In: _____. Três estudos em historiografia da educação. Ibitinga, Humanidades, 1993, p. 21 - 52. Confira as páginas 47 e 48. O artigo a que nos referimos acima é de autoria de Evaldo Vieira, publicado na revista Educação & Sociedade número 12 (1982), e foi um dos cinco textos escolhidos e comentados por Paulo Ghiraldelli Jr., considerados como representativos para a discussão da historiografia da educação nos anos oitenta.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 48.

Sob essa perspectiva podemos dizer que a SMC parece ter desempenhado um papel extremamente educativo, no sentido de normatizar e zelar pelo uso dos bens públicos, acentuando determinados valores e visando corrigir alguns vícios que já haviam se tornado hábitos da população. Ao mesmo tempo, parece ter havido também um empenho considerável por parte da SMC em aprender, em resgatar a memória, em aprender a história da cidade de São Paulo pela ótica de idosos, de migrantes, de movimentos sociais etc., numa tentativa de construir uma história pluralista que contestasse a versão unívoca do passado, que contestasse a história oficial.

* * *

Para desenvolvermos a presente dissertação tomamos por objeto o conceito de cidadania cultural tal qual ele se apresenta no discurso oficial da SMC de São Paulo na gestão de Luiza Erundina. Para abordá-lo, estruturamos a presente dissertação em três capítulos — o primeiro, intitulado “Cidadania cultural: elementos inspiradores e ponto de partida”, o segundo, intitulado “Cidadania cultural: base conceitual” e, o terceiro, intitulado “O conceito de cidadania cultural no discurso oficial” — seguidos da conclusão.

Os três capítulos, como já o sugerem seus títulos, relacionam-se de maneiras distintas com o objeto e, dentre eles, o terceiro é o que o aborda diretamente; os outros dois versam *sobre* o objeto e, por vias diferentes, revestem-no de novos significados.

Dois procedimentos principais orientaram de um modo geral os estudos que aqui apresentamos: por um lado, o levantamento e a organização de um vasto material primário e secundário e de todo o tipo de informações relacionadas com o objeto, por outro, a perseguição de uma linha heurística com uma aposta final.

Cabe lembrar que a própria definição do objeto não foi algo que se processou rapidamente, mas, ao contrário, exigiu um tempo razoável. Era necessário confirmar a existência de um único conceito de cidadania cultural no discurso oficial. Isto somente ocorreu após a análise minuciosa de todo o material por nós utilizado.

Durante tal análise, acabamos por formular a seguinte linha heurística: há algo de extremamente inaugural e inovador naquilo que o discurso oficial diz ser o conceito de cidadania cultural e isso — esse “algo extremamente inaugural e inovador” — é justamente o que o caracteriza e o constitui enquanto tal. Tratava-se, portanto, de elucidar o que seria, em que consistiria esse “algo extremamente inaugural e inovador” que parecia desprender-se do objeto analisado e que apostávamos existir, mas que, a princípio, não conseguíamos percebê-lo com maior precisão.

Experimentar o percurso dessa linha heurística e buscar frisar aquilo que o discurso oficial propunha como sendo a instauração do novo, a descontinuidade em relação às SMC's anteriores, tornou-se então o objetivo geral da presente dissertação.

A cada capítulo atribuímos um objetivo específico que, no entanto, só existe em função do objetivo geral. Assim, no primeiro capítulo objetivamos mostrar que, em seu ponto de partida, os então dirigentes da SMC não contavam com uma tradição democrática no que se refere ao trato da cultura pelos poderes públicos, cabendo apenas implementá-la; tal campo carecia de uma invenção, para a qual, contava-se com alguns elementos inspiradores.

No segundo capítulo, objetivamos trazer à tona a base conceitual que estaria dando corpo ao conceito de cidadania cultural.

No terceiro capítulo, objetivamos deixar que o discurso oficial explique em que consiste o referido conceito. E é justamente ao longo do terceiro ca-

pítulo, particularmente no final da última seção, que estão condensadas maiores informações quanto ao que há de extremamente novo e inaugural no conceito de cidadania cultural posto pelo discurso oficial.

Na Conclusão, buscamos, através da organização do que já estava dado ao longo dos capítulos, reforçar o caráter extremamente inaugural e inovador do conceito de cidadania cultural da forma como ele se apresenta no discurso oficial.

* * *

A dimensão do que se passa no Governo Luiza Erundina como um todo e, particularmente, na SMC, pode ser potencializada se pensarmos acerca do contexto político no qual tal Governo e tal Secretaria estavam inseridos.

Por se tratar de um passado bem recente e bem presente para todos nós, parece não se fazer necessário a elaboração de um quadro detalhado sobre tal contexto político, não obstante, vale destacar alguns elementos que possam avivar ainda mais a nossa memória.

Luiza Erundina de Souza foi eleita Prefeita do Município de São Paulo no dia quinze de novembro de mil novecentos e oitenta e oito (15/11/1988) e exerceu seu mandato durante os quatro anos subsequentes. Sua eleição ocorreu no penúltimo ano do Governo do Presidente José Sarney, e o seu primeiro ano de mandato à frente da Prefeitura de São Paulo coincidiu com o último ano de mandato daquele Presidente. Ora, conforme sugere o ditado popular, “para o bom entendedor, meia palavra basta”: é ano de campanha eleitoral para a Presidência da República. E, com um detalhe, é a primeira eleição direta para a Presidência desde o golpe militar de 1964.

Aquele clima de efervescência política que mobilizou o País durante a “Campanha das Diretas” e que parecia ter saído de cena depois da consagração

da via do Colégio Eleitoral¹⁵, parece ressurgir em 1989. Há comícios por todo o País, diversos debates transmitidos ao vivo pela televisão, com um alto nível de audiência e, cujo assunto, tornava-se, nos dias seguintes aos debates, tema central de nossas conversas. Falava-se, no início de 1989, do “fenômeno Brizula”, isto é, da dupla Brizola e Lula que estaria praticamente eleita se se levasse em conta o que diziam os dados estatísticos da “pesquisa de intenção de votos”. Havia, enfim, para as esquerdas, um clima de otimismo não só pelo retorno das eleições diretas para presidente da República, como também por suas chances reais de chegarem à Presidência.

Para o Partido dos Trabalhadores (PT), em particular, tal clima de otimismo era reforçado pelas eleições de 1988 para os governos municipais. Além de vencer a eleição em São Paulo, a maior e economicamente mais importante cidade brasileira, o PT conseguiu eleger prefeitos em dezenas de outras importantes cidades. É interessante lembrar que se trata de um partido que, à época, não contava com dez anos de existência, o que potencializa mais ainda tais conquistas e tal otimismo. Partido, este, aliás, que se forma num período de politização crescente da sociedade civil,

¹⁵ Em 1984, último ano do Presidente João Batista Figueiredo estava em jogo justamente a forma pela qual se processaria sua sucessão. Mobilizações populares de magnitude inédita no país organizaram-se em torno da solução da eleição direta para presidente da República, era a “Campanha das Diretas”. Apesar de tais mobilizações, a solução envolvendo uma eleição indireta, via “Colégio Eleitoral”, e uma aliança com os quadros do regime militar foi a que prevaleceu. Surgia assim a “Nova República” e a “Aliança Democrática” — composta pelo PMDB e pela Frente Liberal (depois, PFL - Partido da Frente Liberal), sendo esta última agremiação uma “dissidência” do PDS já formalizada enquanto tal — que se deu em torno da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República por via indireta.

marcada, conforme sugere Martha Cristina Pereira Martins¹⁶ pela presença do que se convencionou chamar “novos movimentos sociais”.

Amparada por Marco Aurélio Garcia, a autora menciona acerca do rol de novos sujeitos sociais coletivos que confluíram para a formação do PT. Além do “novo sindicalismo”, que constituiu seu núcleo, o PT teria se formado, segundo os autores, “pela confluência de sindicalistas rurais, militantes ou ex-militantes de organizações de esquerda, membros das CEB’s e das pastorais, ativistas dos movimentos das periferias urbanas, parlamentares, estudantes, intelectuais, militantes do movimento negro, militantes dos grupos homossexuais, ecologistas”¹⁷.

Luiza Erundina, seus secretários e seus assessores — em grande parte oriundos desses “novos movimentos sociais”¹⁸ —, estavam, por sua vez, ao que parece, conhecendo um outro lado daquela mesma moeda, um outro lado daquele ano eleitoral, conforme sugere a leitura tanto de documentos oficiais do Governo Municipal como também do próprio PT. Num deles consta que “a Prefeitura de São Paulo

¹⁶ PEREIRA MARTINS, M. C. O I Plano de Desenvolvimento da Nova República — 1986 - 1989: uma abordagem. Dissertação de Mestrado, PUC/São Paulo, 1995 (mimeo.). Confira a página 94.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 93. Vale conferir, sobre o surgimento dos “novos sujeitos sociais”, além da fonte que estamos fazendo uso, o livro de Eder Sader, intitulado Quando novos personagens entram em cena, publicado na cidade do Rio de Janeiro, pela editora Paz e Terra, no ano de 1988.

¹⁸ Marilena Chauí, juntamente com Paul Singer, por exemplo, que ocupariam, respectivamente, a Secretaria da Cultura e a Secretaria do Planejamento, mantinham estreitas relações com alguns membros da chamada “nova esquerda” francesa — Felix Guatari, Gilles Deleuze, dentre outros — e, além das destacadas posições que desempenhavam como intelectuais no meio acadêmico, valiam-se principalmente da Revista Desvios para discutir, polemizar e pensar uma série de questões concernentes à construção de novas práticas políticas para a esquerda brasileira em geral, e, em particular, para o então emergente Partido dos Trabalhadores.

simbolizava, para o bem e para o mal, uma grande vitrine”¹⁹, ela exibia o que poderia vir a ser o Partido dos Trabalhadores ocupando a Presidência da República.

Entre os oponentes do PT parecia estar presente a idéia de que São Paulo não poderia dar certo, pois, do contrário, estar-se-ia contribuindo para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Tal idéia nos é sugerida por Marilena de Sousa Chaui, em entrevista concedida à revista Teoria & Debate. Ela comenta que no ano de 1989, ao procurar a iniciativa privada no sentido de angariar fundos para viabilizar quatro grandes projetos desenvolvidos pela SMC, obteve diversos tipos de respostas negativas entre o empresariado, sendo que uma delas ter-se-ia destacado por sua “honestidade brutal”: “Secretária, nós não vamos ajudar a eleger o seu candidato à Presidência da República. É só por isso”²⁰.

Quanto ao clima de otimismo que havia entre as esquerdas por ocasião daquela eleição, ele bem que tinha razão para existir, posto que Luís Inácio Lula da Silva esteve muito próximo de chegar à vitória. Lula foi para o segundo turno das eleições presidenciais apoiado pela “Frente Brasil Popular”, formada pelos partidos de esquerda e centro esquerda, e obteve mais de trinta e um milhões de votos, perdendo a eleição por apenas cerca de quatro milhões de votos para Fernando Collor de Melo, que obteve algo em torno de trinta e cinco milhões de votos.

Uma vez à frente da Presidência da República, Collor nos reservou algumas surpresas. Uma das primeiras e grandes surpresas foi o “Plano Brasil

¹⁹ Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. Construindo um modo petista de governar. São Paulo, C.E.M., 12 de abril de 1991.

²⁰ CHAUI, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. [Entrevista de Marilena Chaui e Fernando Moraes a Renato Ortiz, Eugenio Bucci e Paulo de Tarso Venceslau]. Teoria & Debate. São Paulo, n° 13, p. 42 - 53, jan./fev./mar./1991. A página citada foi a 52.

Novo” — o “Plano Collor” —: da noite para o dia, num ato de total arbitrariedade, o Presidente bloqueou o dinheiro que estava aplicado nos bancos de todo o País. Desde as cadernetas de poupança, até os mais diferentes tipos de aplicações foram bloqueados, ficando a população impedida de sacar o seu próprio dinheiro.

Para o que aqui nos interessa mais diretamente, vale lembrar o desmantelamento que Collor e Ipojuca Pontes processaram na Cultura. Para o último, caberia deixar as atividades culturais ao sabor da “liberdade das forças vivas do mercado”²¹; para o primeiro, era o argumento de que necessitava para desativar importantes órgãos federais de cultura e para deixar de subvencionar diferentes projetos.

Nesse sentido, o curso sobre “Ética”, originalmente pensado para ser realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da FUNARTE - Fundação Nacional de Arte (a exemplo de “Os Sentidos da Paixão”, “O Olhar” e “O Desejo”), acabou sendo assumido pela SMC de São Paulo, uma vez que a FUNARTE foi extinta pelo governo federal.

Também o corte dos recursos feito por Ipojuca Pontes para a Cinemateca Brasileira, foi remediado pela SMC, pois esta compreendia que tal acervo seria “único na América Latina” e que possuía “filmes que nem mesmo os europeus possuíam”, além de não se tratar de uma “instituição apenas exibidora de filmes de arte, mas de documentação, conservação e restauro, servindo todo o continente e, por vezes, a Europa”²². E a destinação de recursos à Cinemateca Brasileira não foi um fato isolado, mas inscreveu-se num conjunto de auxílios dados a instituições ameaçadas pelo “Plano Collor” (Museu Lasar Segall, Bienal do Livro, Bienal de Artes, Funda-

²¹ Apud CHAUI, M. S. Prejuízo. São Paulo, SMC, [1990], (mimeo.), p. 1 - 8. Citamos a página 6.

²² Idem, *ibidem*, p. 6.



ção Brasileira para o Livro do Cego, concursos públicos para produção cinematográfica etc.), a partir da formulação, em abril e maio, do Plano Anti-Recessivo, proposto pela prefeita Luiza Erundina a todos os órgãos municipais em suas relações com a sociedade civil²³.

Contrastando com a política de “terra arrasada” que o governo federal efetuava no campo cultural, o trabalho desenvolvido pela SMC de São Paulo a dispunha e a potencializava como um polo de resistência cultural. Nesse sentido, foi realizado no Centro Cultural São Paulo, no ano de 1990, o projeto “Dissonâncias”, inteiramente concebido e realizado pelo “Fórum das Associações de Funcionários dos órgãos extintos da área federal de cultura — FUNARTE, FUNDACEN, Pró-Leitura, Pró-Memória —”²⁴, e que contou com o apoio da SMC. Em tal projeto foram realizados exposições de cartazes, lançamentos de livros, “debates e reunião de intelectuais e artistas de renome, como prestação de contas à sociedade daquilo que as instituições extintas fizeram e tinham capacidade de fazer e, ao mesmo tempo, como denúncia da agressão à memória e à história da cultura feita pelo novo governo federal”²⁵; era o “Encontro Nacional em Defesa da Cultura”, com intelectuais e artistas de todo o país.

Se buscamos, com os três capítulos deste estudo, salientar o que há de novo e inaugural no conceito de cidadania cultural posto pelo discurso oficial e, com isso, destacar a diferença, a descontinuidade que ele representa em relação às tradições das SMC's anteriores, com o que dissemos até aqui, buscamos apontar a SMC de São Paulo como um polo de resistência cultural ao que se passava a nível federal.

²³ Idem, *ibidem*, cf. p. 6.

²⁴ São Paulo. Cidade. Relatório de Avaliação - 1990. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1990, p. 1 - 53.

Citamos a página 45.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 45.

Capítulo 1. Cidadania cultural: elementos inspiradores e ponto de partida.

Nosso objetivo no presente capítulo é o de trazer à tona os elementos que pensamos terem contribuído mais diretamente para a formação do conceito de cidadania cultural, revelando, concomitantemente, o ponto de partida encontrado pelos novos dirigentes da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo na gestão Luiza Erundina (1989 a 1992).

Talvez um dos primeiros elementos inspiradores desse conceito seja o documento “Política Cultural”, elaborado por Marilena Chaui, Antonio Cândido, Lélia Abramo e Edécio Mostaço no ano de 1985, por ocasião do “Encontro Nacional de Cultura do PT”. Seus autores não visavam transformar tal documento numa política cultural para o Partido dos Trabalhadores, antes, o viam como uma colaboração e talvez como uma provocação para que tal política cultural fosse elaborada.

Se, por um lado, tal documento, juntamente com as discussões daquele encontro, não adquiriram força suficiente para se converter num programa de ação partidária, por outro, serviram para estabelecer uma crítica à desatenção com que, segundo o texto, o partido vinha tratando as questões culturais. Mas o texto vai além da crítica e acaba por apresentar diversos elementos que serviriam de referência para a elaboração do conceito de cidadania cultural, como por exemplo, a concepção de cultura pensada em sentido estrito e em sentido ampliado; a discussão a respeito da forma pela qual ocorre a produção e o consumo de cultura; a discussão a respeito da relação entre Estado e cultura, bem como da relação entre as esquerdas e a cultura, dentre outros assuntos.

O exame dos documentos relativos às diretrizes do Governo Luiza Erundina revela, no discurso oficial, a preocupação com o *resgate da cidadania* como sendo o seu traço diferencial, razão pela qual anunciamos tais diretrizes como um segundo elemento inspirador do conceito de cidadania cultural.

Após a eleição de Luiza Erundina em novembro de 1988, um número bastante grande de petistas e/ou simpatizantes principiou um trabalho de levantamento de dados de todos os setores da Prefeitura Municipal de São Paulo. O grupo que coordenava esse trabalho (que ficou conhecido como “Grupo dos 12”), responsável pelo recebimento do material dos diferentes grupos e por sua primeira seleção e análise, acabou por fornecer os elementos para um primeiro diagnóstico que orientou a formação das equipes de trabalho que estavam prestes a iniciar suas funções. O que nos interessa disso tudo, e que buscamos analisar nesse tópico, são as possíveis relações entre o diagnóstico da SMC e o conceito de cidadania cultural.

Para além desses três elementos, o processo de elaboração do referido conceito recebe ainda a inegável contribuição teórica da filósofa Marilena de Souza Chaui. Muitas de suas análises sobre a cultura, sobre a relação entre o Estado e a cultura, sobre as esquerdas e a cultura, sobre democracia, sobre ideologia, dentre outras, desenvolvidas num período anterior a 1989, somam-se aos demais elementos e resultam em valorosos suportes para o conceito em questão. No entanto, tendo em vista que esse aspecto do discurso da filósofa aparece em diversos momentos ao longo da presente dissertação, optamos por não desenvolvê-lo num item específico — tal qual fizemos com os demais elementos inspiradores do conceito de cidadania cultural —, posto que preferimos destacá-lo conforme isso for ocorrendo.

Por fim, conforme sugere o discurso oficial, o conceito de cidadania cultural, para além da influência que recebeu dos elementos acima referidos, foi



também adquirindo contornos cada vez mais definidos com o próprio processo de implementação e experimentação, através das ações desenvolvidas ao longo da gestão e dos resultados alcançados.

1. 1. “Política Cultural”: documento elaborado para o Encontro Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores em 1985.

“Os companheiros da Secretaria Nacional de Cultura que elaboraram o presente documento são indivíduos que têm uma história pessoal e profissional, que participaram e participam de várias práticas sociais e culturais e que possuem interesses e preconceitos próprios”²⁶. É dessa forma que Marilena Chaui, Antonio Cândido, Lélia Abramo e Edécio Mostaço começam a apresentar os “antecedentes” do documento “Política Cultural”. E, com isso, querem afastar a possibilidade ou intenção de transmitir a idéia de que tal documento seja permeado por uma aura de “neutralidade”, “objetividade”, “cientificidade”, isto é, que não se trata de um documento cheio de “verdades que os demais companheiros deveriam aceitar e engolir”, buscam, pelo contrário, deixar claro que ele é fruto de discussões, dúvidas e perplexidades que estariam sendo compartilhadas com a Executiva Nacional e com todos os

²⁶ CHAUI, M. S. et al. Política Cultural. 2ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto & Fundação Wilson Pinheiro, 1985. Citamos a página 14.



militantes do partido na intenção de, conjuntamente, construir um “projeto de política cultural democrático e alternativo”²⁷.

Tal documento, além de ter sido elaborado por pessoas com histórias próprias e com preconceitos próprios sobre a cultura, também é fruto, segundo o próprio texto, da discussão de alguns documentos anteriores que haviam sido enviados à Secretaria Nacional de Cultura, bem como das considerações de vários membros do partido sobre “*a importância de uma política cultural para e num partido de trabalhadores*”, solicitadas e recebidas por aquela Secretaria.

A análise daquele material revelou a existência de quatro pontos sempre presentes que, resumidamente, são: 1) tendo em vista a forma pela qual se processa a produção e o consumo da cultura, ocorre, por um lado, a divisão entre produtores e consumidores de cultura e, por outro, determinadas manifestações culturais são convertidas em instrumentos para a dominação ideológica de uma classe social sobre outra, mostrando que a questão da cultura está intimamente relacionada com a da ideologia e com a dominação política através das idéias; 2) considerando o papel assumido pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural de transmitir os gostos, pensamentos etc. de seus proprietários ao restante da sociedade, caberia ao PT não só criticar enfaticamente tal situação, mas conhecê-la por dentro para poder nela intervir e modificá-la; 3) em vista das características do PT “pautado pela prática da democracia interna”, a discussão de uma política cultural, seus rumos e finalidades deveria ser feita não por um “grupo de intelectuais iluminados”, mas com a participação de todos os membros do partido; 4) em vista da crise econômica e política do país e do “papel central na transformação histórica desempenhado pelos movimentos das oposi-

²⁷ Idem, ibidem, cf. p. 14 e 15.

ções sindicais, parece haver, por parte da Executiva Nacional, *pouco interesse e pouco empenho por uma política cultural, considerada, ao que parece, uma espécie de luxo, de supérfluo ou de sobremesa das coisas 'sérias'*, isto é, a economia e a política”²⁸.

Considerar que existe uma condicionante entre os três primeiros pontos e o último, talvez seja uma leitura possível dos mesmos. Em outras palavras, talvez o Partido dos Trabalhadores somente levaria a sério aqueles três primeiros pontos se conferisse a devida relevância às questões atinentes à cultura; ou, por outro lado, se o PT dispensasse a devida importância aos três primeiros pontos, talvez acabasse por conferir a merecida atenção para as questões relativas à cultura e, se fosse assim, o quarto ponto nem constaria no texto. Mas o que ocorre parece ser exatamente o inverso, dentre esses quatro pontos o que recebe maior atenção é justamente o último.

Na primeira frase da introdução de “Política Cultural” é reforçada a idéia de que “embora pareça secundária ou mesmo irrelevante, a questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades do Partido dos Trabalhadores”, e afirma-se isto tendo em vista o diferenciado papel que a cultura pode desempenhar “seja como fator de discriminação sócio-política, seja como instrumento de dominação ideológica,

²⁸ Idem, ibidem, p. 15 e 16. Sobre o suposto desinteresse do PT pela cultura, é interessante notar que em 1993 é publicado na Folha de S. Paulo o artigo “Cultura é assunto ‘secundário’”. Seu autor, José Geraldo Couto, acertadamente critica a secundarização com que o tema, via de regra, é tratado pelo PT. Engana-se, no entanto, quando afirma que tal partido não tem propostas claras para a cultura nem mesmo uma reflexão sistemática sobre o assunto. Se o próprio documento “Política Cultural”, de 1985, que estamos fazendo uso já serviria para questionar suas afirmações, que dizer do material produzido ao longo da gestão cultural de Marilena Chaui. Cf. Cultura é assunto “secundário”. Folha de S. Paulo. São Paulo, 29 ago. 1993, Caderno Mais!, p. 6.

seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, *como forma de criação com potencial de emancipação e de libertação histórica*²⁹. E essa idéia reaparece por diversas vezes. Mostra-se, por um lado, que um dos instrumentos “mais poderosos da legitimação do Estado contemporâneo é a *política cultural e a indústria cultural*, encarregadas de disseminar, conservar e difundir a ideologia da classe dominante” e, por outro, apregoa-se para os “companheiros da Executiva Nacional e dos Diretórios Regionais que uma política cultural não é algo irrelevante ou de menor importância”, e que por isso não deveria ser tratada com o “desinteresse alarmante” com que vinha sendo tratada; comenta-se que causa estranheza e preocupação o fato da Executiva Nacional ainda não haver se apercebido “da gravidade da questão cultural”³⁰.

Mas, por que o documento propõe que particularmente o Partido dos Trabalhadores deveria tratar as questões culturais como uma prioridade? A resposta a esta questão aparece no texto em perfeita concordância gramatical: “porque sendo o PT um partido de trabalhadores é o único que pode perceber com clareza e combater aquilo que os outros partidos não podem, não querem e não devem perceber nem combater, isto é, que uma das armas mais poderosas de dominação no mundo contemporâneo é justamente uma certa face da cultura: os conhecimentos técnico-científicos”³¹. Na verdade, o que os autores pretendem mostrar é o papel então atribuído à ciência e à tecnologia como fonte e garantia de poder aos detentores desse saber e, em contrapartida, a dependência, a exclusão e a invalidação social, política e cultural

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 5.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 8, 9, 17 e 21.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 17 - 8.

por parte dos não detentores do saber técnico-científico, gerando uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre “competentes” e “incompetentes” — a “competência” sendo identificada com a posse do saber “científico, tecnológico, administrativo, planejador e burocrático” e podendo ser traduzida pela fórmula “não é qualquer um que pode fazer, dizer (ou pensar) qualquer coisa em qualquer lugar com quaisquer outros em qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias”³². E, então, o texto revela novamente a importância das questões culturais “sobretudo para um partido que pretende a democracia (portanto, desfazer a separação entre dirigentes e executantes), que pretende o socialismo (portanto, a autogestão em todas as esferas da vida social) e que tem entre seus militantes justamente aqueles que são o alvo preferencial da ‘competência’ cultural: os trabalhadores manuais e os pequenos funcionários”³³.

Por outro lado, o documento sugere que uma política cultural deve estar atenta aos dois sentidos atribuídos à palavra cultura, quais sejam, a cultura em sentido amplo, isto é, como “conjunto de práticas, idéias e sentimentos que expressem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada)” e a cultura em sentido estrito, isto é, como “conjunto de práticas e de idéias produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural — as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias”³⁴. E, segundo o documento, um dos motivos para se estar propondo que a política cultural deva levar em conta essa dupla noção de cultura, reside no fato de que se a cultura fosse tomada em seu sentido amplo, todos seriam produtores culturais e, do contrário, a produção cultural, “a cultura pro-

³² Idem, *ibidem*, p. 20.

³³ Idem, *ibidem*, p. 21.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 11.

priamente dita”, ficaria a cargo apenas dos especialistas, pois o restante seria visto como uma “subcultura e [como] o resíduo empobrecido e arcaico da boa cultura”³⁵. Ora, tendo em vista que isto se passa numa sociedade dividida em classes, via de regra, a classe dominante pode se utilizar da cultura para fazer com que os dominados aceitem como se fossem suas as idéias, os valores, os símbolos e os padrões dominantes.

Vale ressaltar, no entanto, que o documento não permanece na simples divisão entre “cultura popular” e “cultura erudita”; a primeira sendo compreendida como folclore ou como “alienação a ser ‘conscientizada’” e, a segunda, como “um luxo de pequeno-burguês, uma alienação de classe média intelectualizada, um puro exercício de dominação”³⁶. Na verdade, o documento julga como equivocada tal divisão, e acaba por enveredar por um outro caminho, propondo que o Partido dos Trabalhadores ao invés de utilizar o conceito de *cultura popular* utilize o de “*popularização da cultura*”, sugerindo que a ênfase deva recair sobre o “processo de democratização dos bens culturais”³⁷. E, mais do que isso, a discussão vai sendo desenvolvida ao longo do documento de tal forma que ao aproximar-se do final, o papel de uma política cultural do Partido dos Trabalhadores não deveria se restringir à defesa do direito de todos terem acesso aos bens culturais (consumi-los, contemplá-los), mas lutar “pelo direito de todos a participarem ativamente da cultura como criadores”³⁸.

Por outro lado, o documento adverte para um efeito indesejável que pode ser desencadeado por aquela luta, que consistiria no “desejo de organizar e

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 26.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 30.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 60.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 72.

de unificar a produção cultural do PT e, partindo dele, a de toda a sociedade”. E prossegue sugerindo que assim poderiam “correr o risco de [reproduzir] uma visão administrativa da política cultural e também o risco de [reproduzir] uma visão instrumental dela”. Sendo que, no caso da primeira, o Partido dos Trabalhadores acabaria por fazer, “com intenções de esquerda, o mesmo que faz a direita” e, no caso da segunda, o risco seria o de querer “politizar à força” a produção cultural, considerando válida, “autêntica”, útil e eficaz somente a produção cultural que possuísse “mensagens” político-pedagógicas, “desvalorizando, assim, o significado transformador da cultura”³⁹.

Para buscar fugir desses riscos, o documento apregoa, então, o princípio da autonomia para os movimentos culturais, isto é, eles deveriam “dar a si mesmo (auto) as regras, as normas e leis (nomos) para pensar, sentir e agir”⁴⁰. E, pouco adiante, sugere que a autonomia seja encarada “como prática, como processo de modificação de poder e como exercício da liberdade”, podendo, então, ser pensada “como trabalho social, político e cultural”, e este sendo compreendido como “o movimento pelo qual uma realidade dada é transformada pela intervenção humana que nega o que está dado”. E conclui dizendo que se a autonomia é um “trabalho social, político e cultural não será algo para o futuro, nem será uma auto-regulação espontânea ou técnica da sociedade, da política e da cultura, mas será a realização, os atos concretos de participação para *fazer* a sociedade, a política e a cultura”⁴¹.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 72 e 73.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 74.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 75.

1.2. As diretrizes do Governo Luiza Erundina.

No documento intitulado “Relatório de Prestação de Contas em Cumprimento ao Plano de Emergência para a Cidade de São Paulo (Plano dos Cem Dias)”, é afirmado que os conceitos de *participação, democracia, austeridade e cidadania*, somente são “agitados pela classe política dominante” nas campanhas eleitorais, que deles se desvencilha imediatamente após o pleito eleitoral e que, “o governo democrático-popular de São Paulo vem contrariando tal modelo, afirmando-se como um novo estilo de governo, alternativo a tudo o que já passou pelo Município”⁴². E, de acordo com o mesmo, a Administração da Coligação “Partidos do Povo” afirma esse “novo estilo de governo” ao centrar-se na “recuperação do pleno exercício de cidadania dos que vivem e trabalham em São Paulo e na inversão de prioridades, favorecendo as populações marginalizadas da cidade”⁴³ (grifos meus).

Não pretendemos nos deter nos exemplos ou nas argumentações constantes do discurso oficial que visam justificar tais afirmações, uma vez que objetivamos tão somente sublinhar a clara diretriz nele expressa de resgatar a cidadania. E, mais do que isso, conforme é sugerido no “Plano dos Cem Dias”, a gestão Luiza Erundina ao se reconhecer como um novo estilo de governo “alternativo a tudo o que já passou pelo Município”, ressalta como sendo o seu grande elemento diferencial o em-

⁴² São Paulo. Cidade. Relatório de prestação de contas em cumprimento ao plano de emergência para a cidade de São Paulo (Plano dos Cem Dias). São Paulo, 10/04/1989. Citamos a página 23.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 23.

penho na “recuperação do pleno exercício de cidadania” e na “inversão de prioridades”⁴⁴.

A partir dos resultados do “Plano de Emergência”, é elaborado o “Plano de Governo 1989”, em cuja introdução é indicada como digna de destaque do mesmo, a “afirmação da *educação e cultura como dimensões que devem permear e marcar toda ação de governo*”⁴⁵.

Temos aqui um aspecto interessante. Se escrevíamos este tópico com o intuito de ressaltar as diretrizes do governo de Luiza Erundina que poderiam ter exercido influência na elaboração do conceito de cidadania cultural e, conseqüentemente, sobre as diretrizes e a própria ação da SMC, deparamo-nos, agora, com uma nova situação. Nesta, o elemento que elegíamos como determinante — as diretrizes do governo —, pretende ser determinado pela educação e pela cultura enquanto “dimensões que devem permear e marcar toda ação de governo”. Ao que parece, existe uma mútua determinação entre ambos os elementos, uma vez que, segundo o documento, toda ação de governo deve ser permeada e marcada pelas dimensões da cultura e da educação, ao passo que, concomitantemente, ao estabelecer as diretrizes do governo, Luiza Erundina acaba por afirmar princípios constitutivos do conceito de cidadania cultural — o resgate da cidadania e a inversão de prioridades.

Mas, qual seria a explicação do próprio “Plano de Governo 1989” para a incumbência atribuída à educação e à cultura? De acordo com o mesmo, “um governo democrático e popular supõe mudanças de comportamento nas relações povo-governo”. Supõe a “substituição e criação de novos valores”. Supõe a “formação

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 23.

⁴⁵ São Paulo. Cidade. Plano de Governo 1989. São Paulo, ago./ 1989. Citamos a página 7.



de nova mentalidade”. E, “para tanto, a dimensão educacional e cultural deve permear toda a ação do governo no que tange às várias políticas setoriais da administração”⁴⁶.

Se esta é a situação em 1989, um novo quadro parece surgir em 1991. Um ato visa traduzir a exata relevância que aquele Governo diz conferir à questão da cidadania e dos direitos humanos, trata-se da criação da Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos (ACDH), cujas atividades resultam da contribuição de Coordenadorias e Conselhos, de um lado, — Coordenadoria Especial da Mulher; Coordenadoria Especial do Negro; Grande Conselho Municipal do Idoso; Conselho do Deficiente; Conselho da Juventude (na época, em formação) — e de Secretarias fins, de outro, — principalmente Saúde, Cultura, Transportes, Educação, Bem-Estar Social, Esportes, Habitação, SAR, além de outras⁴⁷.

Vale lembrar que, segundo o próprio título do documento, “*cidadania e direitos humanos*” é visto como um “*eixo de trabalho para o Governo Municipal*”. Conforme é sugerido no mesmo, apesar do “sem-número de atividades” daquele governo, elas podem ser contempladas e resumidas em “quatro eixos fundamentais” constituintes dos principais resultados, pelos quais aquela equipe de governo diz desejar ser lembrada, que são: “as infra-estruturas urbanas”; “os serviços sociais”;

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 9. É interessante notar a naturalidade com que Luiza Erundina entrelaça educação e cultura, atribuindo-lhes incumbências comuns. Fato este, aliás, que não deveria causar qualquer tipo de estranheza nem espanto, mas, se o causa, talvez deva-se ao percurso nem sempre afinado entre a história da educação e a história cultural, conforme comentávamos na introdução da presente dissertação.

⁴⁷ São Paulo. Cidade. Cidadania e Direitos Humanos (Um Eixo de Trabalho para o Governo Municipal). São Paulo, [1991], (mimeo), p. 1 - 6. Confira, em especial, as páginas 2 e 4.

“a transformação das formas de exercício do governo municipal”; e o próprio eixo “cidadania e direitos humanos”⁴⁸.

A proposta de criação da ACDH ocorre por ocasião da discussão da extinção da Secretaria dos Negócios Extraordinários. E, ao que parece, sua criação se justifica porque a ela é atribuído o papel de conferir “de certa maneira a ‘organicidade’ deste eixo de atuação” ao governo municipal. Chama-se a atenção para a ausência de uma política global de “Cidadania e Direitos Humanos” e para a inexistência de uma articulação das diversas ações, o que acarreta mais concorrência do que convergência entre as mesmas, além da dispersão não ocorrendo uma comunicação (no sentido informativo e pedagógico) para o cidadão da filosofia adotada por aquele governo⁴⁹.

Uma vez criada e em pleno exercício de suas funções, a ACDH foi submetida ao exercício de avaliação. Num documento que leva o seu nome — Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos —, a avaliação principia ressaltando que um balanço da atuação da ACDH durante o ano de 1991, “deve considerar inicialmente o processo de ajustamento dos diferentes estilos de ação e níveis de intervenção dos órgãos que a compõem”⁵⁰. Isto posto, comenta-se que enquanto “órgão catalisador das políticas dos Conselhos e Coordenadorias, a ACDH investiu prioritariamente na globalização das diversas áreas de atuação, visando unificar e universalizar o debate e a proposição de políticas”. E, na continuação imediata do texto, destaca-se a própria concepção de Direitos Humanos que, não deve ser limitada “aos direitos individuais e po-

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 1 e 2.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 4.

⁵⁰ São Paulo. Cidade. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo, [1991], (mimeo.), p. 1 - 6. Citamos a página 1.

líticos”, mas estender-se “aos direitos sociais e sobretudo à igualdade de oportunidade e tratamento, tendo em vista a existência de desigualdades de ‘base’ entre a população”⁵¹. Assim, afirma-se que uma política de promoção da cidadania deve levar em conta a “heterogeneidade da população, eliminando as desigualdades de oportunidade e tratamento”⁵².

Se há, na afirmação anterior, uma obviedade *teórica*, ainda assim seu registro pareceu necessário aos governantes municipais, quer seja porque essa obviedade parece não se repetir no campo da *prática* — posto que “os governos anteriores jamais levaram em conta essa heterogeneidade, imprimindo políticas que consideravam a população como uma massa homogênea”—, quer seja para demarcar uma clara posição do Governo Luiza Erundina que, com o auxílio da ACDH empenha-se, segundo o discurso oficial, para “estancar a reprodução dessas diferenças”⁵³. Sob essa perspectiva, implementar políticas públicas “que levem em conta as diferenças é dar visibilidade a uma das marcas diferenciadoras do Governo Luiza Erundina”⁵⁴.

1. 3. Do diagnóstico da SMC e das tradições encontradas ao discurso de posse.

Em seu discurso de posse como secretária de cultura, Marilena

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 1.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 1.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 1 e 2.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 2.

Chauí agradece o “trabalho imenso de inúmeros petistas” que, segundo ela, não pouparam esforços para oferecer aos futuros dirigentes da SMC um quadro geral daquela Secretaria e os “elementos para um primeiro diagnóstico que orientou a formação da equipe de trabalho” que estava por iniciar suas funções⁵⁵. Tal diagnóstico, é, por diversas vezes, divulgado em documentos escritos ao longo de toda aquela gestão e revela um quadro de devastação.

Para se ter uma idéia da forma pela qual a situação física da SMC nos é apresentada, vejamos o que dizem dois desses documentos. Num deles, consta que “dos 98 edifícios [recebidos], nenhum se encontrava em condições decentes e dignas de funcionamento e alguns eram uma ameaça à vida dos funcionários e usuários e aos acervos”⁵⁶; noutro, “encontramos a SMC destruída fisicamente (edifícios interditados, com problemas elétricos e hidráulicos, cupim, cobertura, pisos, com infiltrações de água e ameaça de ruir ou de incendiar-se), sem manutenção e sem equipamentos (de som, luz, fotografia, cinema, estantes, mesas, cadeiras, xerox, telefone, máquinas de escrever, fichários, arquivos etc.)”⁵⁷.

É interessante inclusive lembrar que ao assumir a pasta da Cultura, Marilena Chauí, acompanhada de uma equipe de fotógrafos, visitou os diversos prédios públicos que estariam sob sua responsabilidade e estes registraram com suas

⁵⁵ CHAUI, M. S. Reflexos de Cidadania [Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, em 2 de janeiro de 1989]. São Paulo, Laboratório Gráfico do Centro Cultural São Paulo, 1989. Citamos a página 2.

⁵⁶ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992: Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo, Gráfica Águia, 1992. Citamos a página 10.

⁵⁷ São Paulo. Cidade. É seu direito saber o que tem feito a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo Fevereiro 1989 - julho 1992. São Paulo, 1992. Citamos a página 5.

câmeras as condições em que tais prédios se encontravam. Esse material posteriormente foi apresentado na exposição “Ruínas e Esperanças: fotos de um patrimônio em abandono”⁵⁸. Por tudo isso, conforme consta no “Relatório de Avaliação 1990”, a SMC acabou por definir como sua “prioridade zero a reforma e restauro dos edifícios”⁵⁹.

Por essa via, pode-se considerar que, de fato, o diagnóstico chegou a exercer sua influência, mas, não sobre o conceito de cidadania cultural e, sim, sobre a ação da SMC, posto que, independente do conceito a ser formulado, a “prioridade zero” já estava definida. Dito de outra maneira, por diferente que fosse o conceito, sua implementação dependeria da existência de espaços culturais adequados, isso se não se pretendesse adotar a idéia que depõe contra si própria, de que qualquer espaço é espaço.

Por outro lado, o referido diagnóstico sobre as condições físicas dos espaços culturais representa apenas um aspecto da situação encontrada pela equipe da SMC. Existem outros aspectos encontrados no ponto de partida que, conforme sugere o discurso oficial, talvez tenham exercido uma maior influência na elaboração do conceito de cidadania cultural. Referimo-nos às tradições encontradas. Tanto as formas habituais do poder público gerir a cultura, quanto as concepções e os tratamentos a ela conferidos pelas esquerdas precisavam ser apreciados pelos novos dirigentes daquela Secretaria, que ali poderiam encontrar alguma referência para pensar a cultura, um conceito e formas de viabilizá-lo. E, embora não tenhamos comentado no primeiro tó-

⁵⁸ Cf. A devastação de nossos teatros e centros culturais em exposição. Jornal da Tarde. São Paulo, 14/04/1989.

⁵⁹ São Paulo. Cidade. Secretaria Municipal de Cultura - Relatório de Avaliação - 1990. São Paulo, 1990. Citamos a página 18.



pico deste capítulo, toda essa discussão já é posta pelo documento “Política Cultural”, de 1985, que supomos ser do conhecimento dos novos dirigentes da SMC — senão de todos, ao menos dos que participaram de sua elaboração e que compunham aquela equipe. Isto supomos, porque no discurso de posse já é proposto o conceito de cidadania cultural e este, numa de suas possíveis interpretações, pode ser visto como uma recusa e uma resposta a tais tradições⁶⁰.

Tendo em vista que tal tema é explorado em diversos documentos produzidos ao longo da gestão e que existem algumas diferenças entre eles quanto às suas análises das formas de tratamentos dispensados à cultura por parte do poder público ou pelas esquerdas, vale à pena observarmos alguns deles.

“Consolidou-se no Brasil”, inicia um dos documentos, “nas cinco últimas décadas, uma *dupla tradição* estatal no tratamento dado à cultura pelos órgãos governamentais dela encarregados”⁶¹. A primeira delas, explica o documento, funciona da seguinte forma: o Estado primeiro se apropria da criação cultural da sociedade para, “após expurgos e censuras”, transformá-la em “expressão doutrinária e oficial do Estado”; a segunda, que é mais recente, busca imitar a indústria cultural e “pauta-se pelos critérios do mercado e do consumo culturais”. E o documento prossegue explicando que, no primeiro caso, o Estado surge como “produtor de cultura” e, no segundo,

⁶⁰ É interessante observar o conteúdo histórico do conceito de cidadania cultural que se apresenta de forma privilegiada neste momento da presente dissertação. Segundo o discurso oficial, busca-se conhecer as tradições tanto do trato da cultura pelo Estado como também pelas esquerdas. Somente a partir de tal conhecimento é que se propõe o conceito de cidadania cultural.

⁶¹ São Paulo. Cidade. 1989 - 1990 Cultura e Cidadania/Diretrizes da SMC. São Paulo, 1990, SMC. Citamos a página 14.

como seu “patrocinador”, sob a forma de “balcão de clientes para eventos que promoverão a imagem do próprio órgão estatal”⁶².

Noutro documento, de autoria da própria secretária, comenta-se que como tratava-se da primeira gestão pública da cultura pelo Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo, ainda *não havia uma tradição que pudesse simplesmente ser seguida*, antes, *precisava ser criada*, tendo como referência, por um lado, “algumas políticas anteriores (em especial, as de Mário de Andrade e de Sábato Magaldi)”⁶³ e, por outro, “algumas tradições” que a nova direção da SMC pretendia recu-

⁶² Idem, ibidem, p. 14.

⁶³ Sobre este assunto vale conferir o artigo “São Paulo: diversidade cultural e discurso oficial”, de Valmir de Souza, publicado na revista Pólis, n° 28. O autor resgata a contribuição de algumas gestões culturais anteriores, começando por Mário de Andrade que solicitou, juntamente com Paulo Duarte, ao Prefeito Fábio Prado a criação e organização do Departamento de Cultura e Recreação, o que veio a se concretizar, no ano de 1935, por intermédio do Ato n° 861 (cuja primeira gestão — de Mário de Andrade — se desenvolveu no período compreendido entre 1936 e 1938). A segunda gestão cultural a ser mencionada no artigo é a de Sábato Magaldi (1975 - 1978), quando o autor, após mencionar os longos anos de “estacionamento” cultural, destaca, por um lado, a emancipação do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e sua nova organização e, por outro, para além das diversas ações promovidas para colocar a SMC em melhores condições de funcionamento (reformas, preservação de monumentos etc.), destaca a idéia de “caixas-estantes” e a retomada da idéia de Mário de Andrade do “carro-biblioteca”, que estava desativado. A terceira gestão cultural comentada é a de Mário Chamie (1979 - 1983) quando, segundo o autor, “começa a despontar uma preocupação com a chamada periferia, criando-se então o Projeto Periferia”, que consistia ainda na idéia de “distribuição do benefício cultural em escala sócio-comunitária e coletiva”. E, por fim (dentre as gestões culturais que contribuíram para se pensar no projeto de Cidadania Cultural), o autor comenta a gestão cultural de Gianfrancesco Guarnieri (1984 - 1985), quando começou-se a esboçar “um projeto cultural para



sar⁶⁴. Na sequência imediata do texto, sugere-se que o início do trabalho de conceituação, consistiu na “recusa de *três tradições* principais que, em diferentes conjunturas, consolidaram-se nos órgãos públicos de cultura: a da cultura oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal”⁶⁵.

Na primeira dessas tradições, o Estado não só é produtor de cultura, é mais do que isso, ele denomina-se como o único competente para determinar as formas e conteúdos culturais adequados para a sociedade. Servindo-se dos instrumentos de que dispõe (distribuição de recursos, encomenda de trabalhos e censura), utiliza-se da *cultura como um meio* para atingir a finalidade de justificar o regime político e de reforçar e legitimar sua própria ideologia. Os seus conteúdos principais são o engrandecimento do Estado, a identidade nacional e o verdeamarelismo, e teve os seus “momentos mais altos durante o Estado Novo e a ditadura dos anos 60/70”⁶⁶.

Na “tradição populista, mais forte no final dos anos 50 e início dos 60”, o órgão público de cultura assume um “papel pedagógico sobre as massas populares”, quando apropria-se da chamada cultura popular para, “depois de transformá-la, devolvê-la em sua ‘verdade verdadeira’ ao ‘povo’”⁶⁷. O centro dessa operação é

a cidade de São Paulo” que, segundo o secretário, deveria “reger-se a partir das relações entre a cultura e a cidadania, em todos os níveis (político, econômico, social, artístico)” . Cf. SOUZA, Valmir de. São Paulo: diversidade cultural e discurso oficial. *Pólis*, São Paulo, n° 28, p. 23 - 9, 1997.

⁶⁴ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. *Pólis*, São Paulo, n° 12, p. 11 - 38, 1993. Confira a página 12.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, cf. p. 12 - 3.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 13.

a divisão entre a “cultura de elite (ou elitista) e cultura popular”, a primeira “considerada diretamente vinculada à classe dominante” e, a segunda, tida como “expressão autêntica da classe dominada e oprimida” e, pouco a pouco, dentro dessa divisão, a “cultura de elite” vai sendo “satanizada, à medida que a ‘cultura popular’ vai adquirindo uma aura quase messiânica e salvífica”. E, dentro desse quadro, os órgãos públicos de cultura surgem como “agentes da salvação sócio-política”, e a cultura, que continua a ser usada *como um meio* para atingir outros *fins* que não os seus, assume uma função “pedagógica e redentora de fazer com que o ‘povo’ se reconheça nas formas e conteúdos que lhe são devolvidos pelo Estado”⁶⁸.

Por fim, a “tradição neoliberal”, que se instaura a partir de “meados dos anos 80” e que minimiza o papel do Estado no plano da cultura, assume como seu único encargo o patrimônio histórico “enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado” e coloca os órgãos públicos de cultura a serviço “de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado”. E na continuação imediata do texto, acrescenta-se que “*por ser ideologia em estado puro*”⁶⁹ e por ter na

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁶⁹ Como pode-se perceber acima, a conceituação do neoliberalismo por parte da secretária de cultura é bastante particular. Um rápido olhar sobre o assunto a partir do artigo “Neoliberalismo: gênese, retórica e prática”, de Alberto Tosi Rodrigues, é suficiente para se perceber a simplificação efetuada pela secretária, ao restringir o neoliberalismo à “ideologia em estado puro”. Com tal artigo, seu autor busca apresentar, de forma introdutória — forma própria de um artigo —, uma visualização mais multifacetada do conceito de neoliberalismo, a partir de três aspectos: “como resultado de um movimento histórico-social vindo à luz na década de 1970, em resposta à profunda crise no processo de acumulação capitalista então deflagrada”; “como um corpo articulado de proposições econômicas e sociais, ancorado em aspectos específicos da tradição liberal e traduzido em vulgata para embasar uma retórica político-ideológica”; “como prática política adota-

iniciativa privada um modelo de gestão, restringe sua prática administrativa unicamente à compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, “alimentando privilégios e exclusões”⁷⁰.

Quanto às tradições das esquerdas lidarem com a cultura, no documento “1989 - 1990 - Cidadania Cultural/Diretrizes da SMC”, são comentadas duas tradições, de natureza ideológica, que “presidiram a concepção de cultura na esquerda brasileira”. A primeira delas, inspirada na experiência russa, “sempre considerou que a marcha da história depende e decorre da transformação econômica das relações de produção” e que tal transformação “teria de ser feita a partir da ação do Estado” e, conseqüentemente, “via-se na política a tarefa de tomar o aparelho estatal para, com ele, mudar a economia”. Posto que o poder se concentra nas relações de produção e no Estado, o realismo da esquerda a fazia saber que ela não tinha poder algum. Qual era, pois, na visão da esquerda, o caminho para adquirir poder para chegar ao Poder (Economia e Estado)? A esquerda brasileira julgou que o adquiriria através da “ação sobre as consciências, portanto, através da cultura”, resultando dessa concepção uma “visão *instrumental*” da mesma, usada como “instrumento, trampolim, meio para mudar as consciências e tomar o poder”. Assim sendo, a cultura passou a ser identificada

da, sobretudo desde os 80, por organismos internacionais de financiamento, sob hegemonia dos países capitalistas centrais, destinada a estabelecer programas de ‘ajuste estrutural’ também nas economias do Terceiro Mundo, na esteira da crise da dívida externa”. Cf. TOSI RODRIGUES, A. Neoliberalismo: gênese, retórica e prática. Filosofia, sociedade e educação [Revista do GEP “Filosofia, sociedade e educação”, vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP- Marília/SP]. Marília, 1 (1): 193 - 225, 1997 (orgs. Paulo Ghiraldelli Jr. e Nadja Hermann Prestes). Citamos as páginas 193 e 194.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, cf. p. 13 e 14.

com um “conjunto prefixado de conteúdos e comportamentos a serem inculcados [pelos quadros e militantes partidários] na consciência proletária e camponesa”⁷¹.

A segunda tradição da esquerda brasileira, no tocante à cultura, conforme é sugerido nesse mesmo documento, é a do “populismo” que, em comum com a tradição descrita anteriormente, possui uma concepção instrumental da cultura, só que com uma diferença, enquanto na outra tradição o povo era um pobre alienado que precisava ser doutrinado, na “tradição populista o povo é o condutor da nação”. Isto se explica, pelo fato do populismo deitar suas raízes nas concepções românticas do século 19, segundo as quais “cada nação possui uma identidade própria que é o ‘Espírito do Povo’”. O povo é “a raiz, a alma e o coração da nação”; é a “verdade e a sabedoria pelo simples fato de ser povo”. No entanto, o povo ainda encontra-se imaturo e incapaz de “conhecer-se como portador da verdade, da bondade e da identidade nacional” e, por isso, precisa ser conduzido por “guias políticos e culturais”. A partir desses pressupostos, realizavam-se atividades culturais combinando o “popular” (folclore) e o “culto” (conhecimento possuído pelos guias culturais), quando promovia-se a “politização do povo”. Este trazia sua “cultura boa, mas imatura, e recebia um aprendizado para [dela] orgulhar-se, desde que a direção ficasse com os guias culturais”⁷².

Se pensarmos estas tradições associadas às condições físicas dos espaços culturais da SMC e ao que existia, naquele momento, do ponto de vista teórico sobre a gestão pública da cultura, talvez consigamos obter uma visão bastante aproximada da que tiveram os então dirigentes da SMC em seu ponto de partida e tal-

⁷¹ São Paulo. Cidade. 1989 -1990 - Cidadania Cultural/Diretrizes da SMC. Op. Cit. cf. p. 15.

⁷² Idem, *ibidem*, cf. p. 15 e 16.



vez consigamos visualizar melhor à quem ou ao quê visava-se dar respostas e as novidades representadas pelo conceito de cidadania cultural.

Se, no primeiro capítulo, buscamos apontar, de um modo geral, os antecedentes do conceito de cidadania cultural, no presente capítulo, objetivamos analisar o corpo teórico que confere sustentação ao referido conceito. Dito de outra maneira, procuramos mostrar a forma pela qual os conceitos de democracia, cultura e cidadania são tomados para energizar o conceito de cidadania cultural. E assim procedemos pautados ora pelo discurso oficial ora pelas análises teóricas tecidas por Marilena Chauí²³ sobre o assunto em períodos que não necessariamente coincidem com sua passagem pela Secretaria da Cultura.

²³ Se neste capítulo nos utilizamos por diversas vezes do discurso da filósofa Marilena Chauí, é porque, de certa forma, concordamos — e esperamos através do próprio texto demonstrar que temos razão para tanto — com o que ela escreve no artigo “Riqueza do Livro”: “(...) talvez por um viés profissional, eu sou uma secretária que escreve e lê, e cuja vida se deu no meio dos livros. Eu tenho certeza de que se eu fosse atriz, se eu fosse pintora, se eu fosse revendedora de automóveis ou dona de uma joalheria, a Secretaria de Cultura de São Paulo teria outra dinâmica”. De nossa parte, ao concordarmos em termos com tal afirmação, não pretendemos demonstrar qualquer intenção de menosprezar o trabalho de todos os demais integrantes da SMC, nem de atribuir a Marilena Chauí todos os méritos ou falhas relativas àquela gestão cultural. Sabemos que foi um trabalho conjunto, que contou com muitos inspiradores, apenas pensamos que ela está entre os grandes intelectuais brasileiros e que é detentora de um “discurso extremamente competente” ... o que faz com que, algumas vezes, o mesmo predomine nas discussões, outras, torne-se parte integrante dos documentos oficiais ou revele seu estilo em alguns projetos. Cf. CHAUI, M. S. A riqueza do livro. *Jornal das Bibliotecas*. São Paulo, SMC, n° 3, set/ago. 1990, p. 8-9.

Capítulo 2. Cidadania cultural: base conceitual.

Se, no primeiro capítulo, buscamos apontar, de um modo geral, os antecedentes do conceito de cidadania cultural, no presente capítulo, objetivamos analisar o corpo teórico que confere sustentação ao referido conceito. Dito de outra maneira, procuramos mostrar a forma pela qual os conceitos de democracia, cultura e cidadania são tomados para energizar o conceito de cidadania cultural. E assim procedemos pautados ora pelo discurso oficial ora pelas análises teóricas tecidas por Marilena Chaui⁷³ sobre o assunto em períodos que não necessariamente coincidem com sua passagem pela Secretaria da Cultura.

⁷³ Se neste capítulo nos utilizamos por diversas vezes do discurso da filósofa Marilena Chaui, é porque, de certa forma, concordamos — e esperamos através do próprio texto demonstrar que temos razão para tanto — com o que ela escreve no artigo “Riqueza do Livro”: “(...) talvez por um viés profissional, eu sou uma secretária que escreve e lê, e cuja vida se deu no meio dos livros. Eu tenho certeza de que se eu fosse atriz, se eu fosse pintora, se eu fosse revendedora de automóveis ou dona de uma joalheria, a Secretaria de Cultura de São Paulo teria outra dinâmica”. De nossa parte, ao concordarmos em termos com tal afirmação, não pretendemos demonstrar qualquer intenção de menosprezar o trabalho de todos os demais integrantes da SMC, nem de atribuir a Marilena Chaui todos os méritos ou falhas relativas àquela gestão cultural. Sabemos que foi um trabalho conjunto, que contou com muitos inspiradores, apenas pensamos que ela está entre os grandes intelectuais brasileiros e que é detentora de um “discurso extremamente competente” ... , o que faz com que, algumas vezes, o mesmo predomine nas discussões, outras, torne-se parte integrante dos documentos oficiais ou revele seu estilo em alguns projetos. Cf. CHAUI, M. S. A riqueza do livro. Jornal das Bibliotecas. São Paulo, SMC, n° 3, set./ago. 1990, p. 8 - 9.

2. 1. Democracia.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, é proposto no documento “Política Cultural” que o Partido dos Trabalhadores, em vez de utilizar o conceito de “cultura popular” utilize o de “*popularização da cultura*”, sugerindo que a ênfase deva recair sobre o “processo de democratização dos bens culturais”. Mas, o que é necessário para a efetivação da democracia cultural? Segundo o discurso oficial, é necessário, em primeiro lugar, diferenciar interesses, privilégios e carências de direitos e, em segundo, a criação, o reconhecimento e a garantia de direitos, pois deles dependem a instauração do campo democrático. No entanto, como conseguir isso? E este “*como*” é, aqui, utilizado num sentido específico, relacionado com a questão conceitual da democracia. Em outros termos, não se está discutindo, por exemplo, as condições físicas que precisavam ser transformadas para assegurar aos espaços culturais condições de funcionamento — elas eram percebidas como condição, como “prioridade zero” —, mas quais concepções precisariam ser analisadas, discutidas e transformadas por possuírem um caráter antidemocrático e, aí, sim: *como* transformá-las para que não obstruíssem a criação, consolidação e garantia dos direitos, para que, por meio deles, se processasse a instauração do campo democrático?

Cabe observar, posto não se tratar de uma obviedade e sim de uma interpretação, que quem afirmava a existência de concepções que precisavam ser analisadas, discutidas e transformadas eram os então dirigentes da SMC que, por sua vez, assim procediam orientados por suas concepções de mundo, de cultura, de democracia, de Estado etc. Dizendo de outro modo, o que fazia com que os dirigentes da SMC percebessem e potencializassem tais concepções, era justamente as suas próprias

concepções; outros dirigentes, orientados por outras visões de mundo, de democracia, de cultura, de cidadania talvez não as percebessem ou, em percebendo, não as potencializassem da forma que o fizeram os então dirigentes.

Conforme mencionamos acima o discurso oficial propõe ser necessário, em primeiro lugar, diferenciar interesses, privilégios e carências de direitos e, em segundo, criar, reconhecer e garantir direitos, pois deles dependem a instauração do campo democrático. No entanto, parece haver uma questão que ainda é precedente à intenção de diferenciar interesses, privilégios e carências de direitos, qual seja, como se chegou a essa indiferenciação entre tais termos? Isto porque, uma vez descoberto o suposto itinerário que levou a tal situação, estar-se-ia revelando as possíveis causas para a indiferenciação a que se chegou e, por essa via, o empenho em eliminá-las poderia alcançar um melhor resultado. O documento “Terceiro esboço para a discussão do grupo ‘Democracia e Cidadania’”, parece indicar uma possível resposta a tal questão. Vejamos.

A discussão proposta no início do referido documento gira em torno de “um mito sustentado por uma ideologia”, que seria o “mito da não-violência dos brasileiros”⁷⁴. Esse mito, que ocuparia o nosso imaginário, operaria usando dois procedimentos principais. O primeiro, é o *procedimento da exclusão social*, isto é, “afirma-se que a nação brasileira odeia a violência e que os brasileiros não são violentos e, portanto, se houver violência, terá sido ou é praticada por gente que não faz parte da nação — ou da cidade —, pois há um ‘nós, brasileiros’ e um ‘eles, violentos’”.

⁷⁴ São Paulo. Cidade. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos (ACDH). Terceiro Esboço para a Discussão do Grupo “Democracia e Cidadania”. São Paulo, mar. 1992, (relatora: Marilena Chaui), (mimeo.), p. 1 - 41. Confira a página 2.

tos”. O segundo, é o *procedimento de distinção entre o essencial e o acidental*, isto é, “afirma-se que a nação — ou a cidade — é essencialmente não-violenta e que a violência é acidental, um ‘surto’, uma ‘onda’, uma ‘epidemia’”. Por essa via, o mito admitiria “a existência factual da violência”, mas de tal forma que ela apareça como um “acidente passageiro, provocado por agentes ‘externos’ (imigrantes, migrantes, movimentos populares, movimentos sociais, greves etc.)”⁷⁵.

Tal mito, de acordo com o documento, se sustentaria graças a “processos ideológicos muito fortes”, cujos principais, seriam: o *procedimento jurídico*, que restringe a violência ao crime (Código Penal) e considera crime violento somente o que afeta a propriedade privada e a vida, entendida também como propriedade privada; o *procedimento sociológico*, que tende a afirmar que o país está atravessando um período de transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento e que a maioria da população não está preparada para tal situação, o que gera o fenômeno da “anomia”; um *procedimento histórico*, que cria uma história oficial una e indivisa, dentro da ordem e do progresso, que somente se altera quando é necessário inibir os movimentos que, em vão, insistem em acabar com a paz; e, por fim, um *procedimento de mascaramento*, pelo qual o cotidiano, as relações sociais e as práticas políticas não podem aparecer como violentas, e o mecanismo que o torna possível consiste em naturalizar e aceitar a violência costumeira como não-violência⁷⁶.

Haveria ainda, segundo o documento, o *hábito* de se considerar que por vezes o país atravessa períodos de autoritarismo, identificado com as ditaduras

⁷⁵ Idem, ibidem, cf. p. 2.

⁷⁶ Idem, ibidem, cf. p. 3 e 4.

e, assim, circunscrito a regimes políticos e à esfera de ação do Estado, não sendo, portanto, percebido como “a forma das relações sociais no Brasil, cuja sociedade é estruturalmente autoritária. Por isso a violência costumeira não nos parece violência”⁷⁷.

Buscando explicar tal argumentação, o documento enumera uma série de relações e situações nas quais prepondera o autoritarismo, a violência, que não seriam percebidos como tais. As nossas relações, conforme destaca o documento, além de serem verticais e hierárquicas, se processando, portanto, entre um superior e um inferior, incidem sobre os mais variados campos, indicando que “não conseguimos sequer alcançar a idéia liberal de igualdade jurídica e muito menos a idéia socialista da igualdade social e política” e, por consequência, não consegue prevalecer a idéia “de que seríamos iguais em direitos, idéias e sentimentos”, dificultando assim a instauração do campo democrático. Na família, o pai é senhor; no trabalho, o dirigente é chefe; na política, “o representante, que possui um mandato, em vez de ser mandatário, se torna mandante, senhor dos favores e rodeado por clientelas”; nas ruas, o pedestre é inferior ao motorista e, esta, não é percebida como espaço público, coletivo, comum. As leis, por sua vez, “não são vistas — nem podem sê-lo — como definidoras e garantidoras de direitos, mas como cristalização de privilégios e de repressão, devendo ser transgredidas (o famoso ‘jeitinho’) e nunca transformadas”, posto que, sua transgressão, sua violação não é vista como violência, seja porque a lei é sentida como violenta, seja porque “a transgressão dá concreticidade à ‘lei de Gerson’, que não é percebida como prática violenta”⁷⁸.

Assim, se, de um lado, conforme sugere o documento, a violência

⁷⁷ Idem, ibidem, cf. p. 4 e 5.

⁷⁸ Idem, ibidem, cf. p. 5 e 6.

costumeira seria vivenciada como não-violência, de outro, em vista de todos esses “hábitos”, acaba por se tornar extremamente difícil de se constituir “a esfera pública da lei, a esfera democrática dos direitos, a esfera pública da opinião (informação e comunicação) e [de se] determinar com clareza os limites da luta de classes”⁷⁹, isto porque a divisão não aparece entre trabalho e capital, mas como pobres e ricos, dirigentes e dirigidos, superiores e inferiores, privilegiados e carentes.

Por essa via, buscamos indicar que justamente o “mito da não violência” é que, conforme argumentação do documento, teria provocado a perda ou a indiferenciação de determinados referenciais imprescindíveis à instauração do campo democrático, como é o caso da noção de direitos, que permanecia então indiferenciada em relação às noções de privilégios, carências e interesses. E o interessante nessa discussão que se desprende do documento é que, se por um lado, a perda ou indiferenciação de determinados referenciais imprescindíveis à instauração do campo democrático, inibem a instauração do mesmo, por outro, a saída para a indiferenciação ou perda de tais referenciais é justamente a democracia, tomada como “forma social e política fundada nos direitos”, pois ela pode “distinguir com clareza” tais referenciais⁸⁰. Os interesses seriam sempre particulares e estariam referidos a grupos particulares da sociedade civil; os privilégios seriam os “interesses da minoria tomados como direitos à exploração e à dominação da maioria”; as carências, por sua vez, seriam as “necessidades básicas dos sujeitos sociais para a sobrevivência segundo as regras da sociedade” — a satisfação das carências seria “precondição da cidadania e não a cidadania plena” —; os direitos, por fim, seriam universais, não correspondendo, portanto, a interesses par-

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 10 - 11.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, cf. p. 26.

ticulares, nem a privilégios nem a carência, mas definindo o “ser social e político de todos os membros da sociedade”⁸¹.

Ora, o que diz Marilena Chaui no último dos relatórios de avaliação da Secretaria da Cultura? A secretária, referindo-se à divisão social na cidade de São Paulo, argumenta que a mesma se realiza entre dois pólos que não se circunscrevem à divisão tradicional das classes sociais, mas vão além dela e se manifestam “como pólo de carência absoluta (moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho) e pólo do privilégio absoluto (que se manifesta na naturalidade com que se trata o que é público como se fosse privado)”. “As carências”, diz ela, “são tão específicas e singulares, tão particulares, que não chegam a transformar as demandas em interesses gerais de um grupo ou uma classe social e, muito menos, chegam a universalizar-se e a parecer como direitos” e, os privilégios, “porque o são, não podem generalizar-se em interesses comuns e menos ainda universalizar-se como direitos”⁸².

Sob essa perspectiva, a secretária procura mostrar que tal polarização extremada entre carência e privilégio torna difícil a criação do campo democrático, mas, mais do que isso, chega à conclusão de que “ao mesmo tempo em que [tal polarização] tornava à primeira vista, incompreensível a idéia de cidadania cultural, reforçava a mais amarga tradição antidemocrática da cidade: o clientelismo de movimentos, grupos, instituições e associações culturais (...) e a prática do favor como norma da ação de um órgão público”⁸³.

⁸¹ Idem, ibidem, cf. p. 26.

⁸² CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Op. cit., p. 18 - 9.

⁸³ Idem, ibidem, p. 19. Na verdade, essa situação não era exclusiva da SMC, pois, segundo o documento “Terceiro Esboço para a Discussão do Grupo ‘Democracia e Cidadania’”, ela se estendia a todo o governo petista que se deparava com dois “clientelismos” que “se tomam por direitos

Neste momento, fazemos uma ligeira digressão, para introduzir alguns elementos novos em nossa discussão. Estes decorrem da crítica à noção liberal de democracia estabelecida por Marilena Chaui⁸⁴. Ao efetuar tal crítica, ela não se limita a dizer que, dentro dos cânones do liberalismo, excluídas as diferenças na forma de concebê-la, resta a peculiaridade que consiste em tomar a democracia estritamente como um sistema ou regime político, antes, ela insiste que, mais do que um sistema ou regime político, — portanto, para além da conceituação liberal —, seria interessante de se pensar a democracia como uma “forma da própria vida social”⁸⁵.

Sob essa perspectiva, a democracia aparece, na acepção de Marilena Chaui, como *uma forma de existência social que atravessa todas as esferas da vida social*, “uma relação em que não existe a separação entre dirigentes e dirigidos, executantes e decisão, em que as esferas de execução e decisão não estejam radical-

dos cidadãos: o clientelismo’ dos empresários e o clientelismo’ dos movimentos populares”. Diante de tal realidade, questiona o documento, “como agir para estimular a democracia e a cidadania? Como fazer surgir um sujeito político democrático?” Confira as páginas 29 e 30.

⁸⁴ Sob esse aspecto, aliás, se examinarmos alguns dos escritos da filósofa do período anterior à sua passagem pela SMC e, se nos ativermos à sua forma peculiar de escrever, perceberemos que ela vai conceituando a democracia em concomitância às suas críticas: crítica da concepção liberal de democracia, que a encara estritamente como um regime político; crítica do fenômeno da burocratização e da idéia de Organização, que ao defenderem certas racionalidades supostamente inscritas no real, acabam por ocultar a questão da exploração da mais-valia; crítica do discurso competente ou do uso do conhecimento — ciência, técnica, filosofia, cultura — como saber separado e como coisa privada, que transforma-se em instrumento de dominação, exclusão, intimidação e manipulação; dentre outras críticas.

⁸⁵ CHAUI, M. S. A questão democrática. In: _____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993, p. 137 - 63. Confira a página 142.



mente separadas, um sistema de relações que recusa tal separação onde quem detém a decisão detém a direção e o poder, e quem executa é um dirigido e não detém o poder”⁸⁶. Se a democracia é assim definida, as condições sociais da democracia “seriam menos precondições para a democracia, seriam menos condições dadas para haver democracia, e seriam muito mais a expressão de uma *sociedade democrática através de suas próprias instituições*”⁸⁷.

Neste sentido, quais processos ou relações — para além da já mencionada tradição do favor e do clientelismo, provocadas, segundo o discurso oficial, pela indiferenciação das noções de direitos, privilégios, carências e interesses — estariam impedindo que a SMC, enquanto instituição, e o seu projeto cultural fossem democratizados?

No primeiro relatório de avaliação daquela Secretaria, há uma indicação de resposta a esta questão. São mencionados dois pontos principais que, de acordo com o relatório, servem de obstáculo à democratização tanto da cultura quanto da SMC: a “Ideologia da Competência” e as próprias “estruturas internas da SMC”⁸⁸.

Quanto ao primeiro ponto, argumenta-se, no relatório, que a sociedade moderna desenvolveu “um *novo padrão* para o exercício da dominação sócio-

⁸⁶ CHAUI, M. S. Entrevista concedida a Certas Palavras. São Paulo, Estação Liberdade/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 245 - 56. Citamos as páginas 249 e 250.

⁸⁷ CHAUI, M. S. A questão democrática. Op. cit., p. 142.

⁸⁸ São Paulo. Cidade. Relatório de 06.03.89. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1989. Confira as páginas 13 e 14.

política, que prevalece mesmo nos ‘regimes democráticos’”, tal padrão estaria sendo designado “Ideologia da Competência”⁸⁹.

Considerando, em primeiro lugar, a dimensão que esse tema adquire no discurso oficial, tornando-se inclusive presente em diversos documentos; em segundo, que pretendemos mostrar que as análises desenvolvidas por Marilena Chaui num período anterior à sua passagem pela Cultura, se fizeram presentes nos documentos oficiais — como neste caso, por exemplo —; e, em terceiro, que o comentário do assunto no “Relatório de 06.03.89”, que estamos fazendo uso, não é tão extenso, optamos por mencionar um trecho do mesmo sem lhe impor qualquer alteração: “Visto que as sociedades contemporâneas são, cada vez mais, conduzidas pela idéia de que a *racionalidade* econômica, social e política depende diretamente dos avanços das ciências e das técnicas, nessas sociedades passou-se a dar ao saber, aos conhecimentos científicos e técnicos um lugar preponderante no traçado das diretrizes econômicas, sociais e políticas. Como consequência, aqueles que, por privilégio de classe social, podem receber tais conhecimentos e desenvolvê-los são tidos como pessoas que, só pelo fato de terem tais conhecimentos, tem o direito ‘natural’ a exercer poder, mando e autoridade. É essa relação entre saber e direito a poder que chamamos de Ideologia da Competência. Por que ideologia? Porque esconde dois fatos importantes: 1. Que o sa-

⁸⁹ Idem, *ibidem*, cf. p. 13. Vale lembrar que Marilena Chaui, anos antes de sua passagem pela SMC, tece suas críticas ao chamado “discurso competente” — bem como ao fenômeno da burocratização e à idéia de “Organização” — em companhia de Claude Lefort. Sua afinidade intelectual com o filósofo francês, diz ela, é fruto “de anos de trabalho juntos, de diálogo e de uma amizade muito sólida”, que a deixa “muito à vontade para transitar no mundo das idéias dele” que são suas também, aproximando-se de umas e distanciando-se de outras. Cf. CHAUI, M. S. Entrevista concedida à *Certas Palavras*. Op. cit., cf. p. 146.

ber foi obtido graças a privilégios de classes e, portanto, graças à desigualdade sócio-econômica que exclui a maioria dos cidadãos do direito ao saber e aos conhecimentos;

2. Que os excluídos passam a ser considerados incompetentes sociais, econômicos, políticos e culturais e que, por esse motivo, estão destinados a serem meros executantes das decisões tomadas pelos competentes. Em resumo: os conhecimentos, em lugar de serem uma fonte de democracia e de igualdade, tornaram-se instrumento para a dominação política, a exploração econômica e a exclusão cultural”⁹⁰.

Na continuação imediata do texto, comenta-se ainda que o projeto de democratização da cultura da SMC visa demolir essa “Ideologia da Competência”, sob dois aspectos: em primeiro lugar pela “admissão de uma *realidade inconteste*, trazida pelo surgimento dos trabalhadores como sujeitos políticos autônomos”, sugerindo, com isto, que os dominados, antes de serem incompetentes, “possuem conhecimentos e saberes próprios e sem os quais a própria sociedade pereceria” e, em segundo, pela ruptura com o “privilégio cultural”, colocando as instituições da SMC a serviço da socialização do saber e dos conhecimentos, “garantindo a todos os cidadãos o direito à cultura”⁹¹.

Esse mesmo tema reaparece em outros documentos da SMC, contudo, em nenhum outro ele ganha tamanha dimensão quanto a que lhe é atribuída no documento “1989 -1990”. Comenta-se: “(...) Não é sobre a ‘incompetência’ dos trabalhadores que opera a classe dominante? *Quando, portanto, a SMC considera a cultura como um direito, está lutando contra a mais poderosa arma de intimidação social, política, intelectual, cultural da atualidade, a ideologia da competência dos es-*

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 13 - 4.

⁹¹ Idem, *ibidem*, cf., p. 14.

pecialistas. Nisso, aliás, a SMC não faz outra coisa senão reafirmar a existência do PT, pois *não foi contra essa ideologia que o PT nasceu?*⁹² (grifos meus).

Em vista da dimensão que tal tema recebe no discurso oficial por força de seu caráter antidemocrático, acabamos por resgatar outros de seus aspectos que aqui ainda não aparecem, mas que são tratado por Marilena Chaui em textos por ela escritos antes de sua passagem pela Secretaria.

No texto “A questão democrática”, ela considera que *“talvez a condição social mais premente da democracia”,* aquela que “incide nas anteriores” seja a questão da *“informação”*⁹³. *A participação do indivíduo na vida social, para ela, é proporcional à qualidade de informações que possui.* Ele participa, “em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber”⁹⁴. Ora, foi justamente essa associação entre a questão da informação e da participação do indivíduo na vida social, que provocou a preocupação teórica da filósofa com todos os mecanismos envolvidos no processo da informação, daí seus escritos acerca do “discurso competente”, ou, “Ideologia da Competência”.

Marilena Chaui considera que o “discurso competente” é originário do fenômeno da burocratização e da organização, uma vez que, por seu intermédio, o “discurso ideológico clássico” — que fazia de algumas instituições (Pátria, Família, Empresa, Escola etc.) “valores e reinos fundados de fato e de direito” e que, por essa via, nomeava os detentores legítimos da autoridade (o governante, o pai, o patrão,

⁹² São Paulo. Cidade. SMC. 1989 -1990. São Paulo, SMC, 1990, cf. p. 16.

⁹³ CHAUI, M. S. A questão democrática. Op. cit., cf. p. 146.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 146.

o professor etc.) —, converte-se em “discurso anônimo e impessoal, fundado na pura racionalidade de fatos racionais”; fundado no “racional inscrito no mundo” e “ocultando o lugar de onde é pronunciado”. Ganha nova cara: torna-se “discurso neutro da cientificidade ou do conhecimento”⁹⁵. E o que propicia a instalação e conservação desse discurso é a aceitação de uma regra básica: *“não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”*⁹⁶.

Dessa forma, o discurso competente — a fala do especialista, “a ciência como saber separado e como coisa privada, como instrumento de dominação no mundo contemporâneo”⁹⁷ —, produz em sua contraface os incompetentes sociais, políticos e culturais. E a condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende, portanto, “da afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos”⁹⁸.

Aos que aceitam a posição de incompetentes sociais, políticos e

⁹⁵ CHAUI, M. S. O discurso competente. In: _____. O discurso competente e outras falas. Op. cit., p. 3 - 13. Citamos a página 11.

⁹⁶ Idem, ibidem, p. 7.

⁹⁷ Vale lembrar que Marilena Chaui contrapõe o que ela chama de “ciência da competência” ao “saber instituinte, negador e histórico”. Para ela, só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias e exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha. No entanto, a partir do momento em que este saber perde a sua força inaugural e assume a forma de conhecimento, isto é, de idéias instituídas, ele é incorporado pela ideologia dominante.

⁹⁸ Idem, ibidem, p. 11.

culturais, diz ela, só resta aguardar modelos que lhes ensinem as regras básicas de comportamento e de convivência. O homem passa então a relacionar-se “com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não especialista a ilusão de participar do saber”⁹⁹.

O discurso competente acrescenta à regra de interdição que pesa sobre o saber a regra da exclusão e a essas duas regras vem somar-se uma terceira: “o monopólio da informação e, conseqüentemente, do saber e de sua manipulação”¹⁰⁰. Esta terceira regra parece ser, aos olhos de Marilena Chaui, a mais grave, não só porque nela se concentre a impossibilidade democrática, mas, sobretudo, “porque nela se anuncia a possibilidade de uma caricatura democrática no plano da cultura: a chamada ‘cultura popular’”¹⁰¹. A filósofa refere-se “à manipulação demagógica da cultura como *coisa pública e fazer coletivo*, como algo que todos têm acesso e como promessa ilusória de uma sociedade transparente na qual todos se comunicam com todos”¹⁰² (tema este que, por ora, deixamos apenas anunciado, posto que dele nos ocupamos no último tópico do presente capítulo).

Quanto à intenção de democratizar as “estruturas internas da

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 12 - 3.

¹⁰⁰ CHAUI, M. S. A questão democrática. Op. cit., p. 147.

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 148.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 148.

SMC”, mencionadas pelo “Relatório de 06.03.1989”, três propostas são formuladas pelos dirigentes daquela Secretaria. A primeira, consiste na criação de condições para que seus funcionários não mais se considerem servidores do estado e do governo, mas da sociedade, isto é, cidadãos a serviço de outros cidadãos, o que, por sua vez, implica em que eles “não se considerem donos dos serviços públicos culturais, mas responsáveis por eles, por sua qualidade e pelo correto atendimento aos cidadãos”. A segunda, consiste na criação de condições para que os funcionários “participem das decisões da SMC”, o que deveria ocorrer “graças a órgãos colegiados de representação”. E, a terceira, consiste em “desmitificar a burocracia interna da SMC, mostrando que tal burocracia é contrária à cultura e um obstáculo à cultura”¹⁰³.

Parece que essa noção de democratização da “instituição SMC”, vai ao encontro daquela conceituação de democracia formulada por Marilena Chaui, à qual já nos referimos, em que a democracia é pensada como *uma forma de existência social que atravessa todas as esferas da vida social*, “uma relação em que não existe a separação entre dirigentes e dirigidos, executantes e decisão, em que as esferas de execução e decisão não estejam radicalmente separadas, um sistema de relações que recusa tal separação onde quem detém a decisão detém a direção e o poder, e quem executa é um dirigido e não detém o poder”.

Todavia, a intenção de democratizar a SMC e, portanto, de concretizar aquelas três propostas, encontrou forte resistência, segundo o discurso oficial, nas noções de “*poder, racionalidade e administração* que parecem estar nas cabeças dos funcionários”¹⁰⁴. Isto, porque, tais noções, segundo o discurso oficial, produziam

¹⁰³ São Paulo. Cidade. SMC. Relatório de 06.03.1989. Op. cit., cf. p. 15.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 16.



três efeitos principais: “a. idéia de que a nova gestão da SMC é desorganizada porque discute tudo com todos e porque segue uma temporalidade própria às artes e à cultura e que é contrária à temporalidade da burocracia; b. idéia de que a nova gestão da SMC age pouco, pois os funcionários tendem a considerar que a ação é o fluxo contínuo dos papéis e dos carimbos; c. idéia de que a nova gestão da SMC prejudica o andamento dos trabalhos porque não define com absoluta clareza as posições de chefia, pois os funcionários parecem considerar impossível o trabalho integrado e colegiado. Parece haver renúncia à iniciativa, à imaginação e à liberdade”¹⁰⁵.

Na verdade, se nos detivermos na análise das três propostas para democratizar a SMC, perceberemos que elas são perpassadas principalmente por duas idéias: a primeira, talvez possamos dizer que consiste em localizar o poder e, concomitantemente, propor uma forma de democratizá-lo e, a segunda, de forma semelhante, ao mesmo tempo em que mostra a despolitização (dos funcionários, dos seus trabalhos, da gestão), propõe iniciativas no sentido da politização.

Assim, quando se propõe que os funcionários se considerem cidadãos a serviço de outros cidadãos — e a necessidade de se propor, indica a despolitização — busca-se, por um lado, a politização dos funcionários e, por outro, que eles não se sintam donos de “seus departamentos” a prestar favores a sujeitos sociais que também não se reconhecem como cidadãos. Ao que parece, uma das razões que impossibilitaria que os funcionários se considerassem cidadãos, consistiria na separação entre as decisões e suas execuções, na separação entre dirigentes e dirigidos, e nesse sentido, visando concomitantemente a politização e a democratização do poder, era proposta a criação de órgãos colegiados, para que os funcionários pudessem participar

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 16.

das tomadas de decisões. E, por último, através da crítica à idéia de que o trabalho dos funcionários se restringia a mera questões técnico-administrativas, buscava-se politizar o trabalho e, por consequência, atingir a burocracia e a sua forma particular de exercer e conservar o poder, que é através do segredo, da hierarquia dos cargos e funções.

Uma discussão que em muito se assemelha com a que vimos promovendo, desenvolve-se por ocasião do “Seminário de Bibliotecas Públicas - Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade”. Marilena Chaui principia sua “Conferência de Abertura” indagando justamente o tema do Seminário: “A idéia de que um serviço público deve estar integrado à comunidade por ele servida parece uma redundância, pois o que há de ser um serviço público sem conexão íntima com o público servido?”. E prossegue: “No entanto, se nos dias que correm essa redundância já não parece evidente, se, pelo contrário, indagar das relações entre serviço público e comunidade tornou-se urgente é porque três fenômenos simultâneos ocorrem, provocando o desligamento entre serviço público e sociedade”¹⁰⁶.

Os três fenômenos a que a secretária se refere são: a centralização estatal e a despolitização crescente da sociedade; a “modernização e racionalização dos serviços públicos sob o efeito de dois outros fenômenos: o da organização do trabalho na grande empresa privada e o da ideologia neo-liberal”; e, por fim, a burocracia.

O primeiro fenômeno se caracteriza pelo crescimento do Estado Administrativo em detrimento do Estado Representativo, ou, dito de outra maneira, pelo “crescimento do poder executivo enquanto esfera de competência técnico-administrativa que substitui a prática política pelo planejamento administrativo”, dei-

¹⁰⁶ CHAUI, M. S. Conferência de Abertura do Seminário sobre Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade (Seminário de Bibliotecas Públicas). São Paulo, 04/05/1989, (mimeo.), p. 1 - 9. Citamos a página 1.

xando com que as decisões (políticas), sejam tomadas (como se fossem tarefas técnico-administrativas) por órgãos especializados e por técnicos que se apresentam como sendo politicamente neutros, permanecendo ocultos os mecanismos e critérios que levaram a tal decisão. E, um dos resultados daí decorrentes seria a despolitização dos sujeitos sociais que não mais se reconhecem como portadores de direitos políticos que lhes permitam intervir e participar das decisões do governo, isto é, os sujeitos políticos já não se reconhecem como cidadãos¹⁰⁷. Isto sendo válido tanto para os servidores públicos, que apenas se reconhecem como “técnicos especializados que realizam tarefas cujo sentido e cuja finalidade são discutidos apenas pelos próprios técnicos e administradores”, quanto para os sujeitos sociais que também não se reconhecem como cidadãos “de cujos direitos, de cujos interesses e de cuja vontade depende a ação governamental”¹⁰⁸.

O segundo fenômeno, a proposta de modernização e racionalização dos serviços públicos, processa-se, conforme sugere a secretária, sob o efeito de outros dois fenômenos, a saber, o da organização do trabalho na grande empresa privada e o da ideologia neoliberal. Grosso modo, porque a ideologia neoliberal tem como modelo de racionalidade o mercado e a grande empresa privada e, de outro lado, porque advoga a falência do Estado, propõe, simultaneamente, o seu encolhimento através das privatizações e, para os serviços que não forem privatizados, a adoção do modelo administrativo da grande empresa privada, pretendendo, por essa via, “encontrar a solução dos problemas sociais e políticos”. Mas, argumenta a secretária, “ao fazer do mercado e da privatização a panacéia universal para os problemas sócio-

¹⁰⁷ Idem, ibidem, cf. p. 1 e 2.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, cf. p. 2.

políticos, a ideologia neoliberal não só é mais uma fonte de despolitização antidemocrática, como ainda e sobretudo leva o Estado a pretender imitar a racionalidade da grande empresa privada e tal imitação é, novamente, fonte de perda democrática”¹⁰⁹. A secretária refere-se então aos três traços principais que revelam a ausência de democracia no interior da grande empresa privada, a saber, a dissociação entre processo de trabalho e as especialidades dos trabalhadores; a separação entre decisão, de um lado e mera execução, do outro; a utilização dos conhecimentos técnico-científicos para exercer controle e poder sobre cada etapa do trabalho.

Por fim, o fenômeno da burocracia, que na acepção de Marilena Chaui, é, ponto por ponto, a negação da democracia (e vice-versa). E os principais aspectos que fazem com que ela considere a burocracia a negação da democracia são: “a. porque a burocracia se funda no princípio da chefia e da hierarquia, enquanto a democracia é sustentada pela idéia da igualdade entre as partes; b. porque a burocracia se alimenta da idéia de sigilo e segredo profissional, enquanto a democracia se funda no princípio da circulação livre da informação; c. porque a burocracia se conserva pela capacidade dos burocratas de circular no interior da organização roubando poderes uns dos outros e pelo desprestígio das chefias, enquanto na democracia os conflitos e as lutas determinam a cada momento a natureza do próprio poder que é criado e recriado pelas práticas dos sujeitos sociais e políticos”¹¹⁰.

Se, a este respeito, quisermos reparar noutros escritos de Marilena Chaui, a observaremos ainda comentar que o processo de burocratização realiza-se sob a égide da idéia de Organização, “entendida como existência em si e para si de uma

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 3.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 6.



racionalidade imanente ao social e que se manifesta sempre da mesma maneira, sob formas variadas, desde a esfera da produção material até a esfera da produção cultural”¹¹¹. E, para ela, burocratização e Organização pressupõe as seguintes determinações: “a) a crença na realidade em si e para si da sociedade, de tal modo que a racionalidade dos *meios* de ação inutiliza automaticamente qualquer questão acerca da racionalidade dos *fins* da ação; b) existência de um sistema de autoridade fundado na hierarquia de tal modo que subir um degrau da escada corresponde à conquista de um novo *status*, uma nova responsabilidade e um novo poder que não depende daquele que ocupa o posto, mas que pertence ao próprio degrau hierárquico, ou seja, a reificação da responsabilidade e do poder alcança o grau máximo na medida em que é o cargo, e não o seu ocupante, que possui qualidades determinadas; c) como consequência, surgimento de um processo de identificação dos membros de uma burocracia qualquer com a função que exercem e o cargo que ocupam, identificação que se exprime na existência de um cerimonial prefixado que garante o reconhecimento recíproco dos membros na qualidade de superiores e subalternos, bem como o reconhecimento da competência específica de cada um segundo o posto que ocupa; d) a direção, que não transcende a burocracia ou a organização, mas também faz parte dela sob a forma de administração, isto é, a dominação tende a permanecer oculta ou dissimulada graças à crença de uma *ratio* administrativa ou administradora, tal que dirigentes e dirigidos pareçam ser comandados pelos imperativos racionais do movimento interno à Organização”¹¹². E a impressão que fica, diz ela, é de que ninguém exerce o poder sobre ninguém porque esse emana da racionalidade imanente do mundo organizado, ou se se

¹¹¹ CHAUI, M. S. O discurso competente. Op. cit., p. 8.

¹¹² Idem, ibidem, p. 9.

preferir, da “competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados”¹¹³.

De volta à “Conferência de Abertura”, percebemos que, Marilena Chaui, sob essa perspectiva, retorna à sua indagação inicial e, em vistas das circunstâncias, argumenta: “quando falamos em integrar serviços públicos e comunidade precisamos indagar, antes de mais nada, se tal integração é possível num contexto em que os serviços públicos são burocráticos e, portanto, incompatíveis com a democracia, com a cidadania e com a comunidade”¹¹⁴.

Antes de encerrarmos o presente tópico, cabe uma rápida recapitulação do que aqui fizemos. Iniciamos comentando acerca da necessidade percebida pelos então dirigentes da SMC da criação, reconhecimento e garantia dos direitos, pois deles dependem a instauração do campo democrático. Contudo, conforme alegava o discurso oficial, existia uma indiferenciação entre privilégio, interesses, carências e direitos, cujas possíveis causas procuramos prontamente delimitar. Nesse intuito, analisamos o “mito da não-violência”, sugerido pelo discurso oficial como uma possível causa de tal indiferenciação.

A análise do referido mito, por sua vez, revelou diferentes aspectos do autoritarismo, da violência, do caráter não democrático de nossa sociedade que, justamente por causa do imaginário construído pelo “mito da não-violência”, acabam por não ser percebidos, donde a dificuldade para se construir a esfera pública da lei, a esfera democrática dos direitos, a esfera pública da opinião e os limites claros da luta de classes.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 10.

¹¹⁴ CHAUI, M. S. Conferência de Abertura do Seminário sobre Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade. Op. cit., p. 6.

De outro lado, mencionamos que a polarização extrema entre privilégios e carências e, a conseqüente perda da visibilidade do direito, acaba por reforçar a tradição do clientelismo e do favor como norma de ação de um órgão público. Aliás, no que se refere a órgão público, procuramos analisar no discurso oficial quais seriam as principais relações que impedem sua democratização, e este nos sugeriu que o servidor público não se reconhece como cidadão; que têm resistência à gestão colegiada, preferindo a chefia claramente definida, bem como a rotina burocrática e, esta última, reconhecida como completa negação da democracia.

Ao que parece, o discurso oficial percebia em todos esses processos, em todas essas relações, em todas essas tradições, uma marca constante que era a tendência à despolitização e à naturalização da realidade tal qual estava dada, não restando espaço à democracia, concebida como uma forma de existência social que permeia todas as esferas da vida social. Tal tendência sendo ainda reforçada pelo “discurso competente”.

Objetivamos com esta recapitulação, tornar bem presente toda a discussão aqui desenvolvida, uma vez que a utilizamos como um pano de fundo sobre o qual se desenrolam as discussões dos demais tópicos do presente capítulo.

2. 2. Cultura.

Ainda na mesma “Conferência de Abertura do Seminário sobre Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade”, Marilena Chaui após levantar uma série de questões acerca da “incompatibilidade entre a forma atual do Estado e a



democratização dos serviços públicos” — algumas das quais comentadas no tópico anterior —, indaga a respeito de qual seria a “possibilidade de [se] lidar culturalmente com a cultura e de [se] lidar democraticamente com a cultura numa estrutura burocrática como a dos serviços públicos de cultura?”. E acrescenta: “Pode a cultura ser compatível com a burocracia?”¹¹⁵.

Marilena Chaui, conforme pode-se perceber com a leitura do tópico anterior, demonstra ser uma crítica pertinaz da burocracia, concebendo-a como sendo a negação, ponto a ponto, dos princípios da democracia. Por outro lado, ela concebe a cultura por um viés democrático, segundo o qual, “a cultura só é cultura quando conduz à autonomia, à liberdade, à transformação, à reflexão e à criação” e, ao mesmo tempo, afirma que “todas essas possibilidades culturais” estariam “impossibilitadas numa estrutura burocrática”. Isto, porque, para ela, a burocracia seria “contrária à liberdade, à invenção, à criação, à reflexão, à transformação,” uma vez que “a marca da burocracia” seria a de “se autoperpetuar indefinidamente”¹¹⁶. Dessa forma, Marilena Chaui acaba por ampliar sua crítica à burocracia que então é pensada como negação, ponto a ponto, também da cultura.

Por outro lado, sabendo que a cultura, tanto em sua etimologia quanto em seus usos, nunca se revelou como uma “via de mão-única”, a questão central que os então dirigentes da SMC tinham pela frente dizia respeito justamente a que noção de cultura ou a *quais aspectos culturais* — dentre os diferentes aspectos e concepções de cultura — *empregar na fundamentação do conceito de cidadania cultural*.

¹¹⁵ CHAUI, M. S. Conferência de Abertura do Seminário sobre Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade. Op. cit., p. 6.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, cf. p. 6 e 7.

Dito de outra maneira, em meio a toda a discussão concernente às definições e usos da cultura, os dirigentes da SMC teriam de fazer escolhas, isto é, abandonar determinados princípios e se apropriar de outros por eles considerados essenciais, que, por isso mesmo, deveriam constituir o corpo teórico que confere sustentação ao conceito de cidadania cultural.

Restaria, no entanto, saber, o que estaria orientando tais opções? Qual seria o crivo empregado pelos dirigentes da SMC para se apropriar de um princípio e dispensar outro? *A resposta a esta questão*, para que o conceito de cidadania cultural tenha sentido tal qual ele é proposto pelo discurso oficial, *só pode ser uma: a democracia*. Por essa via — e, somente por essa via —, os dirigentes da SMC poderiam conferir unidade às suas escolhas. E, por essa mesma via, podemos, ao analisar o discurso oficial, compreender que as escolhas efetuadas, não teriam ocorrido de forma isolada que, ao acaso, teriam se somando umas às outras, mas, ao contrário, que elas obedeciam um padrão e este era informado pela acepção de democracia dos dirigentes da SMC.

Feitas estas observações, trazemos à tona alguns escritos de Marilena Chaui (elaborados em diversos períodos, alguns anteriores e outros coincidentes com sua gestão), nos quais a filósofa busca resgatar historicamente alguns dos diferentes sentidos atribuídos à cultura.

Em suas origens, diz ela, a palavra cultura, vinda do verbo latino *colere*, significava cultivo, cuidado¹¹⁷. A princípio, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e com o

¹¹⁷ CHAUI, M. S. *Cultura, socialismo e democracia. Teoria & Debate*. São Paulo, n.º 8, p. 50 - 6.

¹¹⁷ CHAUI, M. S. *Seminários* (O nacional e o popular na cultura brasileira). 2.º ed. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 56.

sagrado, donde culto. Enfim, a idéia é a de uma ação que conduz ao pleno desenvolvimento de alguma coisa ou de alguém. Contudo, esse sentido originário da palavra cultura, segundo Marilena Chaui, vai-se perdendo, até que ressurge, no século XVIII, numa dupla relação com um outro conceito, o de civilização. Por um lado, passa a significar o que é “natural” nos homens por oposição ao artificialismo da civilização, “ou se se quiser, designa a interioridade contra a exterioridade das convenções e das instituições civis-civilizadas”¹¹⁸. Por outro lado, torna-se sinônimo de civilização ou, mais do que isso, torna-se o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade, sendo tomada como “um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução”¹¹⁹. Além disso, a idéia de tempo é introduzida no conceito de cultura através de uma forma precisa que o toma como contínuo, linear e evolutivo, o que acaba por transformar cultura em sinônimo de progresso. Assim sendo, “avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização”¹²⁰.

Esse conceito de cultura é retomado no século XIX pela então recém surgida Antropologia. Por tomarem a noção de progresso como medida da cultura, os antropólogos acabaram precisando de um padrão para aferir a evolução, os

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 56.

¹¹⁹ CHAUI, M. S. Cultura, socialismo e democracia. *Teoria & Debate*. São Paulo, n° 8, p. 50 - 6, out./nov./dez./1989. Citamos a página 50.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 50.

avanços, o grau de progresso de uma cultura, “e esse padrão” acabou sendo, “evidentemente, o da Europa capitalista”¹²¹. Dessa forma, a ausência do Estado, do mercado e da escrita — elementos próprios do ocidente capitalista —, passava a ser considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída, porque não dizer, primitiva. Lembrando que somente seria possível de se falar em primitivo, em vista da figura do não-primitivo, isto é, daquele que realizou a evolução.

Para além do juízo de valor expresso nesse conceito de cultura, Marilena Chaui destaca que Estado, mercado e escrita passaram a ser “definidores da essência necessária da cultura,” de tal modo que se considerava que aquelas sociedades que “ainda” estavam *sem* mercado, *sem* escrita e *sem* Estado chegariam “necessariamente a esse estágio, um dia”. E, por essa via, a cultura européia capitalista aparecia “como *TELOS*, como o fim necessário do desenvolvimento de toda cultura ou de toda civilização”¹²².

É somente na segunda metade do século XX, com a inauguração da Antropologia Social e da Antropologia Política, que essa visão finalizada e evolutiva da cultura acaba sendo substituída por uma outra que considera “cada cultura uma individualidade própria, dotada de uma estrutura específica”¹²³. Ocorre então uma expansão do conceito de cultura que passa a ser compreendido como “o campo no qual *a sociedade inteira participa* elaborando seus símbolos e seus signos, suas práticas e seus valores, definindo para si própria o possível e o impossível, a linha do tempo (passado, presente e futuro), as distinções no interior do espaço, os valores como o

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 50.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 51.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 51.

verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, a noção de lei e, portanto, do permitido e do proibido, a relação com o visível e o invisível, com o sagrado e com o profano”¹²⁴ (grifos meus).

Como pode-se perceber, não se trata apenas de uma concepção ampla de cultura, mas, sim, de uma concepção extremamente democrática de cultura. E isto não somente porque é proposto que a sociedade inteira participe na elaboração de seus símbolos, signos, valores etc., mas, sobretudo, porque ela não é apresentada como algo pronto, acabado, instituído, antes, é revelada como inacabada e inacabável, posto que cada nova geração pode reavaliá-la, revalorizá-la, numa palavra, reinventá-la.

Ora, parece não ser longa a distância que separa essa concepção de cultura dos princípios fundamentais do conceito de cidadania cultural. Se, de um lado, um dos princípios essenciais do referido conceito consiste em tratar a cultura como direito de todo cidadão, de outro, essa concepção ampliada de cultura propõe que “a sociedade inteira participe” da elaboração e definição de seus símbolos, signos, valores etc. Se, de um lado, outro princípio fundante do conceito de cidadania cultural, consiste em tomar a cultura como um trabalho, no sentido de “negação das condições e dos significados imediatos da experiência, graças a descoberta de novas significações e da abertura do tempo para o novo, cuja primeira expressão é a obra de arte ou a obra de pensamento enraizadas na mudança do que está dado e cristalizado”, de outro, tal concepção sugere a idéia de uma sociedade e uma cultura inacabadas e inacabáveis, sujeitas, portanto, à sua negação e reinvenção constante. Se, de um lado, é proposto no conceito de cidadania cultural que a cultura não seja reduzida às belas-artes, mas

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 51.

que se adote uma concepção ampliada de cultura, de outro, já se trata de uma concepção ampliada de cultura. Se, de um lado, o conceito de cidadania cultural propõe a adoção de uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, no intuito de combater à “memória social una, indivisa, linear e contínua” e de afirmar as contradições, as lutas e os conflitos que constituem a história de uma sociedade, de outro, tal concepção convida toda a sociedade a participar da definição da linha do tempo (passado, presente e futuro).

O único princípio fundante do conceito de cidadania cultural que não estaria inscrito em tal concepção ampliada de cultura, consiste nas possíveis relações entre o Estado e a cultura. E, este, pelo que podemos perceber através da análise do discurso oficial, proveio da observação — seguida da tentativa de negação — daquelas tradições a que nos referimos no primeiro capítulo.

Como pode-se observar, no que se refere à concepção de cultura, os então dirigentes da SMC já podem contar com os princípios fundamentais que devem tomar parte no corpo teórico que confere sustentação ao conceito de cidadania cultural. No entanto, dentro daquela linha de raciocínio que sugerimos anteriormente — qual seja, para constituir o corpo teórico do referido conceito seria necessário fazer escolhas, confirmar alguns princípios e recusar outros —, parece que a observação de certas tentativas de lidar com essa concepção ampliada de cultura teriam se revelado insatisfatórias para os dirigentes da SMC que, nesse sentido, delimitam de forma mais precisa o que serve ou não para fundamentar aquele conceito, à medida que podem, com convicção, recusá-las.

Para que possamos compreender porque as tentativas de lidar com tal concepção abrangente de cultura produziram determinados resultados e não



outros, é necessário que compreendamos primeiro qual era a questão que estava em jogo. Se, por um lado, podia-se contar com uma concepção tão abrangente de cultura, por outro, tendo em vista que ela era proposta para uma sociedade marcada pela divisão social, isto é, marcada pela divisão entre classes sociais antagônicas, podia-se perceber sua difícil praticabilidade. É nesse contexto, conforme sugere Marilena Chaui, que surge a idéia de divisão cultural no interior da sociedade. Cultura dominada e cultura dominante, cultura oprimida e cultura opressora, cultura popular e cultura elitista, são alguns dos diversificados nomes recebidos por essa divisão. No entanto, seja qual for o termo empregado, “a idéia é de que há um crivo no interior da cultura entre aquilo que se convencionou chamar cultura formal, que é a cultura letrada, e a cultura propriamente popular, que é aquela que ocorre nos veios da sociedade enquanto povo”¹²⁵.

Pela difícil aplicabilidade desse conceito tão abrangente de cultura numa sociedade marcada pela divisão de classes, opta-se por trabalhar com uma “oposição abstrata que determina de antemão a imagem da cultura como mero espelhamento da situação de classe na sociedade e que força a classe trabalhadora a ser repetidora de padrões desgastados da cultura dominante que se torna ‘popular’ cada vez que sua origem permanece ignorada”¹²⁶.

Se a palavra cultura, desde sua origem, possibilita diferentes interpretações e usos, o mesmo pode-se dizer dos adjetivos “popular” e “elitista” que lhes são atribuídos. O termo “popular” carrega latente determinados sentidos que o diferem do termo “do povo”; este, indica que a cultura, ao ser “do povo”, não está

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 43.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹²⁶ CHAUI, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. Op. cit., p. 17.



simplesmente no povo, mas que é por ele produzida, ao passo que, aquele, é suficientemente ambíguo para levar à suposição de que representações, normas e práticas por que são encontradas nas classes dominadas são, por essa causa, *do* povo. Em suma, não é porque algo está no povo que é do povo.

Por outro lado, se a expressão “cultura do povo”, conforme sugere Marilena Chaui, é fruto do reconhecimento da diferença e oposição entre as classes, nem por isso dever-se-ia supor que com tal reconhecimento viesse também o da luta de classes nem que esta deixasse de ser escamoteada. E, conforme ela observa, “quando o ‘do povo’ rumo para o ‘popular’, o adjetivo tende a deslizar para um outro que encobre efetivamente a contradição e a luta: o adjetivo ‘nacional’, cuja peculiaridade, soberamente conhecida, consiste em deslocar a luta interna para um ponto externo à sociedade e que permita a esta última ver-se imaginariamente unificada”¹²⁷.

Por essa via, Marilena Chaui estaria propondo a seguinte hipótese: “há uma espécie de instituição contínua da divisão e da identidade que dependem do modo como as condições históricas colocam os sujeitos sociais em presença uns dos outros, representando-se a si mesmos e uns aos outros”¹²⁸. Os adjetivos “nacional” e “popular”, diz ela, sugerem as imagens unificadoras de Nação e de Povo; aquela, “como face externa do social (território, língua, mores, instituições)”, este, “como a face interior da sociedade, ou como unidade política ou jurídica”. E prossegue: “tanto um termo como outro, na qualidade de ‘face’ de uma mesma realidade, têm como refe-

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 92.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

¹²⁸ CHAUI, M. S. Considerações sobre o nacional-popular. In: _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993, p. 121.

rência última a imagem de um todo uno, ainda que diversificado (a diversidade sendo apenas a pluralidade daquilo que é em si idêntico)”¹²⁹.

Assim, da expressão “cultura do povo” — cunhada a partir do reconhecimento da diferença e da oposição entre as classes —, chega-se à imagem de um todo uno que é em si idêntico, e o que era diferença e oposição entre as classes, é tomado como mera diversidade. Tudo isto sendo, enfim, reforçado por mais um termo que aparece como transcendente ao “nacional” e ao “popular” e que, por isso, possibilita a unificação de ambos: o Estado nacional.

Se o termo “popular” proporciona todas essas interpretações e usos, o termo “elite” parece, ao menos, ser mais preciso em seu sentido, mas, nem por isso deixa de trazer conteúdos antidemocráticos. Segundo a filósofa, se atribuímos o termo “elite” ao dominante, estamos gerando dois novos entraves: de um lado, “visto que o termo elite conota a idéia de *Optimi*, os melhores”, estamos admitindo que “em todas as situações históricas” os melhores se encontram no poder; de outro lado, assim procedendo, acabamos por conferir mais poder ao dominante, posto que estamos reforçando “a visão que ele tem de si mesmo, alimentando o embuste de que os mais poderosos são os melhores”¹³⁰. No entanto, pergunta ela: “se as elites são os *optimi*, onde se localiza sua excelência?”¹³¹.

Novamente aqui Marilena Chaui nos conduz à noção de *competência* e, conseqüentemente, à crítica do discurso competente. Segundo a filósofa,

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p. 92.

¹³⁰ CHAUI, M. S. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. O discurso competente e outras falas. Op. cit., p. 39 - 60. Citamos a página 48.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 48.

acredita-se que a elite está no poder “não só porque detém a propriedade dos meios de comunicação e o aparelho do Estado, mas porque tem *competência* para detê-los, isto é, porque detém o saber”. E prossegue: “Se, enquanto ‘maior’, o dominante é representado como um senhor, enquanto detentor do saber tende a ser representado como ‘melhor’”¹³² (grifo no original).

Pensamos que as razões apresentadas sejam suficientes para explicar o porquê de tais adjetivos não encontrarem lugar no corpo teórico que constitui o conceito de cidadania cultural. Neste sentido, o referido conceito se constrói recusando a redução da cultura à polaridade entre popular e elitista, ao mesmo tempo em que enfatiza, no que se refere à diferença na criação cultural, que o corte deve ocorrer no campo da experimentação, que pode ser inovadora e crítica ou conservadora e repetitiva, lembrando sempre que tanto uma quanto outra podem estar presentes tanto na produção dita de elite quanto na chamada popular¹³³.

Sob esse aspecto, cabe mencionar a crítica à “tradição eventista”, (a ser comentada no próximo capítulo), que pretendendo minimizar a separação cultural entre centro e periferia, realizava os eventos do centro — entenda-se: inspirados pela cultura elitista — na periferia, e eventos da periferia — entenda-se: inspirados pela cultura popular — no centro. Em resposta a esse modelo eventista, os dirigentes da SMC, conforme sugere o discurso oficial, julgavam necessário “promover um encontro das expressões culturais”, fazer com que elas “entrassem em conflito, trocassem as suas experiências, de modo que uma nova cultura pudesse nascer desse encontro”. E, na tentativa de acabar com tal separação cultural, além de definirem a cultura como

¹³² Idem, *ibidem*, p. 49.

¹³³ CHAUI, M. S. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n° 23, p. 71 - 84, jan./abr. 1995. Confira a página 82.

um direito de todo cidadão (e não só dos que moram na área central), os então dirigentes da SMC buscaram criar espaços, projetos e condições para tanto (Casas de Cultura, Ação Cultural Regionalizada, UniverCidade dos Bairros, Ônibus-Biblioteca, Caixa-Estante etc.).

Assim como mencionamos a recusa da oposição abstrata entre cultura popular e cultura elitista, poderíamos mencionar várias outras recusas ou críticas estabelecidas. Nesse sentido, poderíamos lembrar a crítica das formas habituais de usar os espaços e serviços públicos pelos mais privilegiados; a crítica dos símbolos e valores nacionais, através, principalmente, do projeto “500 Anos”; a crítica da idéia de memória oficial una, continua e indivisa, através, principalmente, dos projetos de memória oral; e, dessa forma, rumaríamos por um caminho quase sem fim. Limitamo-nos, por isso mesmo, ao até aqui exposto que parece ter se mostrado suficiente para transmitir a idéia de que, por um lado, aquela ampla concepção de cultura nutre o conceito de cidadania cultural e, por outro, o referido conceito se realimenta através da observação de diferentes manifestações culturais, conservando, redimensionando, reinventando algumas, criticando e recusando outras; escolhas estas que, segundo o discurso oficial, se processam pelo crivo da democracia.

Apenas a nível de ilustração, cabe mencionar as questões relativas ao processo de preservação histórica e Tombamento. Elas podem nos mostrar duas coisas: em primeiro lugar, a exata noção da difícil aplicabilidade daquela concepção ampliada de cultura numa cidade como a de São Paulo, marcada pela polarização entre “a carência extrema e o privilégio extremado”; em segundo, que não se trata de uma questão puramente técnica destinada apenas à apreciação de órgãos e pessoas competentes, mas que envolve uma disputa entre interesses públicos e privados.

Em termos legais, o Brasil possui, em nível constitucional, legislação específica de proteção a bens culturais desde 1937. Aos órgãos federais de patrimônio histórico, pouco a pouco, foram-se somando instituições estaduais de preservação (principalmente na década de 70), bem como os conselhos municipais, que surgiram ao longo da década de 80¹³⁴. Por outro lado, o patrimônio histórico “é constituído por todos os objetos considerados tecnicamente como *semióforos*, isto é, que exprimem por si mesmos e tornam visível o tempo histórico-social significativo para uma coletividade. Assim sendo, o PH não é formado apenas por obras arquitetônicas, mas por todos os objetos que carregam em si mesmos o tempo social, político e cultural”¹³⁵.

Há, assim, de um lado, legal e institucionalmente o reconhecimento da necessidade de proteção dos bens culturais e, de outro, a definição do Patrimônio Histórico que abrange bens móveis e imóveis. Contudo, a aplicação da legislação e a ação dos órgãos públicos de preservação, conforme sugere Marilena Chaui, “implicam resultados diversos e suscitam reações diferentes quando aplicadas a bens móveis e imóveis”¹³⁶. A explicação parece ser simples: a legislação de proteção aplicada aos bens móveis acaba por valorizá-los ao máximo perante as leis de mercado, servindo como uma espécie de certificado de autenticidade e valor cultural (tornam-se “antigüidades”), no entanto, quando aplicada a bens imóveis, contribui para desvalori-

¹³⁴ CHAUI, M. S. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: São Paulo. Cidade. SMC/DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992, p. 37 - 46. Confira a página 38.

¹³⁵ CHAUI, M. S. Proposta para o Programa de Cultura de um Governo Democrático. Polis, São Paulo, n.º 17, p. 99 - 105, 1994. O trecho citado pode ser localizado na página 102.

¹³⁶ CHAUI, M. S. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. Op. cit., p. 38.

zá-los, sendo por isso combatida “como um verdadeiro atentado aos direitos de propriedade”¹³⁷.

Assim, ao que parece, a questão da memória, da preservação da cultura, da proteção a bens móveis e imóveis de grande significado histórico e cultural acaba sendo decidida pela “queda-de-braço” entre os especuladores imobiliários e as empreiteiras, de um lado, e os órgãos públicos de preservação, de outro, sem a participação da população. E, se isto ocorre, talvez, em alguma medida, possa ser explicado pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, porque a memória não é tomada como um direito de todos os cidadãos, mas como privilégio de uma pequena parcela da sociedade; em segundo lugar, porque a memória é vista como privilégio de poucos, a preservação histórica acaba sendo reduzida “aos monumentos celebrativos do próprio Estado e da classe dominante”¹³⁸ — fazendo com que a maioria da população, ao não se reconhecer naqueles símbolos, alimente ainda mais a idéia de que a memória é privilégio e não direito — ; e, em terceiro lugar, conforme propõe Marilena Chaui, porque o leigo, ao aceitar o estigma de incompetente social, político e cultural, acaba por eximir-se de qualquer responsabilidade quanto ao que deve ou não ser preservado e, assim, tudo fica a cargo do especialista, da “personalidade autorizada”, do competente.

Como pode-se observar, com esse tipo de prática preservacionista, o espaço público acaba sendo determinado pelas categorias e práticas do espaço privado. E, para que essa prática, de há muito instituída, possa ser transformada, seria necessário, conforme sugere Marilena Chaui uma política cultural “inseparável da invenção de uma cultura política nova” e a “generalização da cidadania”. Assim, a pre-

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹³⁸ CHAUI, M. S. Proposta para o Programa de Cultura de um Governo Democrático. *op. cit.*, p. 84.

servação deixaria de ter sentido se fosse encarada “apenas como uma tarefa técnica”. Mais do que isso, deveria ser uma tarefa “dos cidadãos, dos habitantes da cidade em carne e osso, dos que vivem cotidianamente suas referências, a palavra final sobre o que e como preservar no elenco extenso da memória”¹³⁹.

Mas, como suscitar nos indivíduos, grupos e classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos? Para Marilena Chaui, “tomar a cultura como um *direito* foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura — o consumo de bens culturais — e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia”¹⁴⁰. E esta, para a filósofa, “só se realiza através do cultivo dos cidadãos, da cultura da cidadania”¹⁴¹.

2. 3. Cidadania.

Para analisar as questões relativas à cidadania, tomamos como

¹³⁹ São Paulo. Cidade. SMC. DPH/CONPRESP. Tombamento e Participação Popular. São Paulo, DPH, jul./1991. Citamos a página 5.

¹⁴⁰ CHAUI, M. S. Cultura política e política cultural. Op. cit., p. 84.

¹⁴¹ CHAUI, M. S. Cultura, socialismo e democracia. Op. cit., p. 54.



pressuposto, como fundo sobre o qual se desenvolve tal discussão, o mesmo quadro que apresentamos no tópico sobre democracia, segundo o qual, pelo “mito da não-violência” e pelos mecanismos de sustentação de tal mito, a violência costumeira seria vivenciada como não-violência, ocasionando a indiferenciação das noções de direitos, privilégios, carências e interesses e, conseqüentemente, tornando extremamente difícil a constituição da esfera pública da lei, da esfera democrática dos direitos, da esfera da opinião (informação e comunicação) e a determinação dos limites da luta de classes — que ultrapassando a divisão clássica entre capital e trabalho se apresenta como divisão entre carência extrema e privilégio extremado.

Se assim procedemos, o que nos orienta é a idéia de que, se todo aquele quadro apresentado anteriormente dificulta a instituição do campo democrático, *por conseqüência*, posta-se num sentido contrário ao exercício da cidadania. Este “por conseqüência” podendo ser explicado pelo seguinte raciocínio: se, por um lado, a democracia, dentre outros aspectos que a caracterizam, pode ser definida como uma forma social e política fundada nos direitos, por outro, *porque estes são universais* — não correspondem a interesses particulares, nem a privilégios, nem a carência — *definem o ser social e político de todos os membros da sociedade*, portanto, o cidadão.

Mas, mais do que isso, a cidadania, conforme sugere Marilena Chaui, além de “*se definir pelos princípios da democracia*”, revela-se como “*um processo de conquista e de consolidação social e política, exigindo instituições, mediações e comportamentos próprios*”¹⁴². “A cidadania”, diz ela, “se constitui na *criação de espaços sociais de lutas* (os movimentos sociais, os movimentos sindicais, os mo-

¹⁴² São Paulo. Cidade. ACDH. Terceiro Esboço para a Discussão do Grupo “Democracia e Cidadania. Op. cit., cf. p. 26 e 27.

vimentos populares) e na *instituição de formas políticas de expressão permanente* (partidos políticos, instituições governamentais, legislação etc.)”. E acrescenta: “A marca da cidadania é o *reconhecimento da igualdade e da liberdade dos cidadãos*”¹⁴³.

Se bem compreendemos, a idéia central que se desprende do discurso oficial — não só da SMC, mas do Governo Luiza Erundina e claramente divulgada pela ACDH, conforme comentamos no primeiro capítulo — no que se refere à cidadania e/ou à sua busca, define-se por uma constatação e uma diretriz geral. Fiquemos, por ora, com a constatação. Esta consiste no seguinte: por um lado, do ponto de vista teórico, contamos com a noção de que a *percepção dos direitos* de todos os sujeitos sociais e políticos *conduz ao reconhecimento* da igualdade e da liberdade e, por outro, contamos com a realidade da cidade de São Paulo, caracterizada pela heterogeneidade entre os seus habitantes, pela polarização extrema entre carências e privilégios e pelas demais formas de violência que são vivenciadas como não-violências, que ocultam a percepção dos direitos, obscurecendo também, em decorrência, o reconhecimento da igualdade e da liberdade.

Mas, enfim, quais concepções e práticas por elas inspiradas são terminantemente contrárias ao exercício da cidadania e, particularmente da cidadania cultural? Esta questão vêm sendo respondida através dos dois últimos tópicos não cabendo repeti-la, mas complementá-la.

Nesse sentido, fazemos uso de uma proposição de Marilena Chaui, segundo a qual existiriam “três grandes obstáculos” à “cidadania dos trabalhadores”: “1. relações sociais extremamente hierárquicas ou verticais de mando e obediência (superior e inferior) sustentadas por instituições sociais (família, escola, religiões)

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 27.



e pelas relações de produção que alimentam, reforçam e reproduzem nos trabalhadores o sentimento de serem subalternos; 2. relações políticas extremamente hierárquicas ou verticais que bloqueiam a prática da representação e da participação e alimentam, reforçam e reproduzem relações de favor e de clientela; 3. ausência de um espaço aberto de produção da informação e presença da informação de mão-única, veiculado pelos meios de comunicação de massa, que universalizam para todas as classes sociais os interesses e privilégios da classe dominante, alimentando e reforçando processos de alienação social e política que leva as classes populares a se identificar com valores, idéias, comportamentos e interesses dos dominantes”¹⁴⁴ (grifos no original).

Em nossa forma de entender, esses dois primeiros “obstáculos à cidadania do trabalhador” já foram razoavelmente analisados nos tópicos sobre democracia e cultura, o mesmo não podendo ser dito sobre o terceiro obstáculo, posto que apenas o tangenciamos nas análises até então desenvolvidas.

No tópico sobre democracia, mencionando trechos do texto de Marilena Chaui, “A questão democrática”, comentávamos que, para ela, “*talvez a condição social mais premente da democracia*”, por incidir em todas as demais, fosse a da *informação*. Dizíamos que Marilena Chaui estabelece uma relação entre *informação* e *participação*, chegando, por esse raciocínio, à questão do “discurso competente”. Analisávamos então o “discurso competente”, até o momento em que chegávamos ao que a filósofa denominava como sendo a “manipulação demagógica da cultura como coisa pública e fazer coletivo”, ocasião pela qual anunciávamos que tal discussão seria futuramente retomada. Pois bem, a estamos retomando.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 28.



Ocorrem, segundo Marilena Chaui, significativas mudanças no processo de transmissão da cultura com a predominância dos meios de comunicação de massa. Se a noção de competência tem a função precisa de marcar a desigualdade entre os detentores do saber e os despossuídos, em compensação, “a magia dos meios de comunicação” iludem a todos com a promessa da “possibilidade de alcançar e deter esse saber”¹⁴⁵. Segundo a filósofa, “a moderna indústria cultural e a cultura de massa nos fazem perceber o fenômeno extraordinário de instauração de identidades e identificações sociais e políticas — ‘nós, ouvintes’, ‘nós, telespectadores’, ‘nós, leitores’—, graças ao seu oposto, isto é, pela reposição das divisões sociais e políticas e sobretudo das exclusões culturais, pois a identificação é operada enquanto os sujeitos são conservados na qualidade de receptáculos coisificados das ‘mensagens’”¹⁴⁶. Em outras palavras, os excluídos, os “não-produtores” de cultura, os homens reduzidos à condição de objetos sociais, os chamados incompetentes, por um lado, tanto assumem sua incompetência para produzir cultura como admitem que existem os competentes produtores culturais e, por outro lado, ainda que na condição de “não-produtores” culturais, buscam através da construção de identidades e identificações sentir-se de alguma maneira participantes da cultura.

Para além desse primeiro aspecto, a filósofa nos lembra que a maioria da população brasileira costuma assistir a um tipo de programa de televisão, “no qual a intimidade da pessoa é o objeto central do espetáculo”¹⁴⁷. São programas de auditório, de entrevistas e de debates nos quais os participantes são incentivados para

¹⁴⁵ CHAUI, M. S. A questão democrática. Op. cit., p. 147.

¹⁴⁶ Idem, ibidem, p. 135.

¹⁴⁷ CHAUI, M. S. Política e cultura democrática: o público e o privado entram em questão. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n.º 32, p. 57 - 71, jun./1991. Citamos a página 57.

que falem de seus gostos ou preferência pessoais. Esse mesmo procedimento, segundo Marilena Chaui, é também adotado pelos noticiários sempre que os apresentadores conseguem intercalar a notícia com a fala dos envolvidos no fato. As questões que surgem por essa ocasião são: “o que você achou/acha disso?” ou “você gosta/não gosta disso?”. Não se pergunta aos entrevistados o que pensam ou o que julgam dos acontecimentos, mas o que sentem, ou que acham, se lhes agrada ou desagrade”¹⁴⁸.

Por um lado, todos os assuntos se equívalem e se reduzem à questão de gosto ou preferência e, por outro, tanto os entrevistados quanto os articulistas de jornais não nos informam sobre os fatos, acontecimentos e situações, apenas nos transmitem suas impressões acerca de objetos, pessoas, lugares etc. que continuamos desconhecendo porque conhecemos apenas sentimentos e impressões daquele que deles fala¹⁴⁹. Entretanto, diz ela, quando determinado gosto ou preferência é proferido por certa “personalidade” (seja o entrevistado, o cronista ou o resenhista), ele acaba por avalizar o produto em questão (seja um filme, uma roupa, um partido político, um perfume) e garantir sua venda no mercado cultural, no mercado político, enfim, no mercado em geral¹⁵⁰.

Mas, segundo Marilena Chaui, a participação da “personalidade autorizada”, além de avalizar determinado produto, cumpre ainda um segundo papel, uma vez que, com ela, as categorias da *verdade* e da *falsidade* tornam-se irrelevantes, cedendo espaço às noções de *credibilidade* e *plausibilidade*. Assim, as declarações de “personalidades autorizadas” além de ocuparem o espaço do fato que deixou de ser

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 58.

¹⁴⁹ Idem, ibidem, cf. p. 59.

¹⁵⁰ Idem, ibidem, cf. p. 59.

noticiado, acabam por converter-se em propaganda e, por conseguinte, “sabendo que um público cultivado é ávido por fatos e cultiva a ilusão de estar bem informado, o propagandista moderno evita *slogans* grandiloquentes e se atém a ‘fatos’, dando a ilusão de que a propaganda é informação”¹⁵¹. E esse procedimento, segundo Marilena Chaui, “é transferido para a burocracia das grandes organizações (empresa e Estado) que ‘provê aos funcionários com informações e o público com desinformação’, graças ao discurso hermético da técnica e da pseudociência”. E prossegue: “A sutileza consiste em aumentar propositadamente a obscuridade do discurso para que o público se sinta tanto mais informado quanto menos puder raciocinar, convencido de que as decisões políticas estão com especialistas que lidam com problemas incompreensíveis para os leigos”¹⁵².

Assim, por um lado, aos leigos, aos não especialistas, resta emitir e ouvir gostos e preferências pessoais, “de sorte que, sob esse aspecto, somos todos iguais”— processando-se, por essa via, segundo a filósofa, a “manipulação demagógica como *coisa pública e fazer coletivo*, como algo a que todos têm acesso e como promessa ilusória de uma sociedade transparente na qual todos se comunicam com todos”¹⁵³ — e, por outro lado, nos assuntos sobre os quais “as decisões políticas devem permanecer secretas”, a propaganda acrescenta à preferência e ao gosto, a “linguagem do jargão pseudocientífico, de sorte a garantir aos cidadãos a ilusão da informação e do conhecimento”¹⁵⁴.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, cf. p. 60.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 60.

¹⁵³ CHAUI, M. S. A questão democrática. Op. cit., p. 148.

¹⁵⁴ CHAUI, M. S. Política e cultura democrática: o público e o privado entram em questão. Op. cit., p. 60.

Para além das questões já arroladas acerca dos efeitos causados pela mídia e pelo seu tipo de programação, há ainda outra que é central para nossa discussão sobre cidadania. Tal questão é apresentada por Marilena Chaui da seguinte forma: há um certo padrão que parece perpassar toda a programação televisiva, indo desde programas de auditórios, entrevistas, jornais etc., até comerciais, trata-se do “apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública”. Em outros termos, uma vez que toda aquela programação busca transformar tudo em uma questão de gostos ou preferências, “os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado”¹⁵⁵.

Os meios de comunicação de massa, através da padronização de suas indagações, procuram transmitir a imagem de que independente do assunto, tudo se reduz a uma questão de gostos e de preferências desenvolvidas em relações inter-subjetivas, interpessoais e intergrupais e, tais relações, por sua vez, cumprem a função de, conforme sugere a filósofa, “ocultar ou dissimular as relações sociais enquanto relações sociais e as relações políticas enquanto políticas, uma vez que a marca das relações sociais e políticas é a de serem *relações mediatas* ou *mediatizadas* pelas instituições ou pelas coisas enquanto a marca das relações pessoais é a de serem imediatas e terem como mediação apenas a própria presença entre as pessoas, donde o papel decisivo que nelas têm os sentimentos, as emoções, as preferências e os gostos”¹⁵⁶.

Em consequência dessa privatização do social e do político, diz ela, ocorre a destruição de uma “categoria essencial das democracias”, que é a da *opi-*

¹⁵⁵ Idem, ibidem, cf. p. 61.

¹⁵⁶ Idem, ibidem, p. 61.

nião pública. Ao resgatar em suas origens tal categoria, Marilena Chaui nos lembra que, “em seus inícios liberais”, a opinião pública era definida como “a expressão, no espaço público, de uma *reflexão* individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou ao direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria”. E prossegue: “A opinião pública era *um juízo emitido em público* sobre uma questão relativa à vida política”. E conclui: “Hoje, fala-se em ‘sondagem de opinião’ — a palavra ‘sondagem’ mostra que vai buscar um fundo silencioso, um fundo *não-formulado e não-refletido*, isto é, que se procura fazer vir à tona o *não pensado* sob a forma de sentimentos e emoções, de preferências, gostos, aversões, predileções, como se os fatos e os acontecimentos da vida social e política pudessem vir a se exprimir pelos sentimentos pessoais”¹⁵⁷.

Prosseguindo por esse raciocínio, Marilena Chaui sugere que, esse fenômeno em curso, parece pretender ir mais longe, uma vez que, para além da tentativa de provocar a indiferenciação entre as relações pessoais, sociais e políticas e para além da destruição de uma categoria essencial para a democracia tal qual a de opinião pública, ele pretende a “determinação do espaço público pelas categorias e práticas do espaço privado”¹⁵⁸. Na tentativa de explicar o encolhimento e o retraimento do espaço público sob o peso das operações próprias ao espaço privado, ela toma então como exemplo o segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e tece um longo comentário acerca de ambos candidatos, acabando por concluir, que um conjunto de procedimentos de propaganda, *merchandising* e *marketing*, fundados no “encolhimento do espaço público e na exacerbação do narcisismo, foram sintetizados numa única operação que culminou na produção e cristalização da figura do presidente da República,

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 61 - 2.

imagem que resulta dos traços unificados de sua vida pessoal, da credibilidade atribuída às suas palavras, enquanto preferências pessoais e postas como espetáculo público dirigido a espectadores privados e não aos cidadãos, pois seu alvo não pode ser diretamente político e sim privado”¹⁵⁹.

Comentando acerca dos riscos que esse processo em gestação representaria para a democracia e para a cidadania e, tendo em mente o processo eleitoral — então interpretado como um exemplo palpável da esfera pública sendo determinada pelas regras da esfera privada —, Marilena Chaui acaba ainda por assinalar dois novos riscos para a possibilidade da cidadania e da democracia: o despotismo e a tirania.

O primeiro, está sendo pensando pela filósofa no sentido etimológico mesmo. “*Despotês*”, explica ela, “era o nome do chefe da família, do ‘*óikos*’, na Grécia”, sugerindo que a possibilidade do despotismo acabava por se fazer presente, uma vez que convivemos com o “risco da transformação do campo político num espaço de relações interpessoais de mando e obediência definidas pela posição da autoridade como senhor das pessoas e das coisas que constituem a ‘casa’ ou a ‘família’”. E acrescenta: “risco que não pode ser menosprezado, na medida em que o modelo político da privatização tem como paradigma justamente uma instituição onde esse padrão de autoridade, exercida diretamente sobre pessoas e coisas como propriedades privadas do chefe, vigora na sociedade contemporânea através da organização burocrática empresarial, isto é, da organização do mercado capitalista”¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 63.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 64 - 5.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, cf. p. 67.

E o risco da tirania, presente no modelo privatizado do governante político, que funda-se justamente “na indistinção entre a pessoa privada do governante e as instituições políticas, tidas como espelho de seus vícios e virtudes e como expressão de sua vontade”, e cujo traço característico é o de “um poder que se realiza sem mediações e sem reciprocidade, oferecendo-se como relação direta e imediata do governante com os súditos”¹⁶¹. Tal risco também não é desprezível, argumenta a filósofa fazendo menção à “servidão voluntária, cotidianamente alimentada pelos meios de comunicação de massa que produzem nos cidadãos o desejo da relação sem mediações institucionais, onde tudo são sentimentos, emoções, gestos, preferências e aversões pessoais”¹⁶².

Essa nos parece ser a leitura proposta por Marilena Chaui — que ora aparece nos seus escritos ora nos documentos oficiais —, para a violência da “informação de mão única”, com seus riscos à “cidadania dos trabalhadores”. Esta, acrescida daqueles dois primeiros obstáculos — a extrema hierarquização e verticalização das relações sociais (com suas conseqüências) e a extrema hierarquização e verticalização das relações políticas (com suas conseqüência) —, parecem constituir o campo de interpretação da realidade com o qual se parecia estar trabalhando. A ênfase nessa interpretação, como pode-se perceber, recai sobre os aspectos autoritários, anti-democráticos e contrários à promoção da cidadania. E é justamente a tal campo de interpretação que nos referíamos acima, quando dizíamos que os dirigentes da SMC partiam de uma constatação — uma definição de cidadania e uma determinada interpretação da realidade — e uma diretriz geral, que apresentáramos à frente. Vejamos.

¹⁶¹ Idem, ibidem, cf. p. 68.

¹⁶² Idem, ibidem, p. 68.

A diretriz parece ser da seguinte ordem: tendo em vista a polarização extrema entre carências e privilégios, isto é, a desigualdade real — que acaba por provocar, por diversos mecanismos, a perda da visibilidade dos direitos e, conseqüentemente, da noção de cidadania —, torna-se necessário, no intuito da promoção da cidadania, uma inversão de prioridades, passando-se a tratar os desiguais como desiguais para, quem sabe, estancar essas desigualdades. Assim, oferecendo mais oportunidades aos que “naturalmente” teriam menos oportunidades e, ao mesmo tempo, eliminando os privilégios “naturais” de uma minoria privilegiada, estar-se-ia conferindo maior visibilidade à noção de direitos e, em decorrência, contribuindo para a percepção da igualdade e da liberdade¹⁶³.

Assim, ao que parece, os dirigentes da SMC contavam, por um lado, com uma concepção de cidadania — definição esta que, além de definir-se pelos princípios da democracia, revela-se como um processo de conquista e de consolidação social e política que exige *instituições, mediações e relações próprias* — associada à leitura que faziam da realidade e, por outro, uma diretriz — comum à SMC e ao Governo como um todo — que consistia em levar em conta a “heterogeneidade da população, eliminando as desigualdades de oportunidade e tratamento”¹⁶⁴.

Uma série de iniciativas foram propostas sob tal diretriz pela SMC, das quais, algumas visavam, por exemplo, questionar e desestabilizar a hierarquização e a verticalização das relações sociais, isto se processando tanto ao nível do

¹⁶³ A este respeito, lembramos a discussão que desenvolvemos no primeiro capítulo da presente dissertação, quando, ao comentarmos acerca das diretrizes do Governo de Luiza Erundina, acabamos por mencionar os fins da ACDH.

¹⁶⁴ São Paulo. Cidade. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos. Op. cit., p. 1.

relacionamento interno entre os trabalhadores da SMC (gestões colegiadas, eleições para cargo de chefias etc.), como também entre estes e os demais cidadãos que pretendiam fazer uso dos espaços, equipamentos e serviços públicos. Nesse sentido, foram promovidos diversos cursos para discutir as noções de serviço/servidor público; à que vieram os serviços públicos; à quem servem os servidores públicos e, em todos eles, enfatizava-se tanto a idéia da necessidade de que os serviços públicos fossem realmente públicos — e não de poucos privilegiados —, como também a idéia de que os servidores não estariam a serviço do governo ou do Estado, mas, dos cidadãos; cidadãos a serviço de outros cidadãos. Por outro lado, no que se refere à questão da hierarquização das relações políticas, que, conforme sugere o discurso oficial, alimenta, reforça e reproduz as práticas de favor e clientela como norma da ação entre as esferas públicas e privadas, a medida principal parece ter sido a publicização de regras claras e bem definidas para orientar a utilização de espaços, equipamentos e serviços públicos, revelando um grande zelo para com os bens públicos.

No entanto, ao que parece, tais iniciativas — contra a hierarquização das relações sociais e contra a hierarquização das relações políticas — nutriam-se numa mesma fonte, aliás, a este respeito, parece que a SMC apenas acompanha a tendência geral do Governo Luiza Erundina que, conforme sugerem Lúcio Kowarick e André Singer, caminhava no sentido de instaurar um “*republicanismo democrático*”¹⁶⁵.

Segundo os autores, a gestão do Partido dos Trabalhadores à frente da Prefeitura de São Paulo teria se articulado sobre uma aparente contradição, uma vez que chegou ao poder para “realizar uma plataforma classista” e terminou por

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 216.

¹⁶⁵ KOWARICK, L. & SINGER, A. A experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. *Novos Estudos*, São Paulo, n° 35, p. 195 - 216, mar/1993. Confira as páginas 215 - 6.

“redescobrir valores tão pouco ‘ortodoxos’ quanto os de moralidade pública, governo enquanto representação de todos os habitantes, resgate da noção de cidadania e negociação política”¹⁶⁶. E, pouco adiante, os autores sugerem que “o modo petista de governar”, em pleno processo de gestação, “expressa, de um lado, o ideário de uma tradição republicana que insiste não só na eficiência da máquina governamental e na qualidade dos serviços, mas, sobretudo, na transparência e lisura administrativa, e ainda na conseqüente separação das esferas de interesses público e privado”. E complementam: “A partir desse ponto, essa tradição de ação e pensamento torna-se também democrática, pois enfatiza a necessidade de controle permanente da sociedade civil sobre os aparatos decisórios do Estado”¹⁶⁷.

Por outro lado, no “modo petista de governar”, conforme sugerem os autores, parece prevalecer uma concepção de democracia “que combina representação política e participação direta com o empenho de desprivatizar ou tornar público o que é estatal”, aliada a uma “postura de negociação de conflitos que, longe de basear-se numa concepção de universalidade supostamente neutra, procura constituir alianças políticas que permitam realizar a inversão das prioridades de governo”, sendo estas pensadas, a curto prazo, no sentido de provocar uma “crescente redistribuição e transferência de renda em favor dos habitantes pobres”, e a longo prazo, “impulsionar uma mudança na apropriação dos benefícios materiais e culturais da cidade, pois ela é entendida enquanto um território que espelha as lutas de camadas ou classes com interesses divergentes ou mesmo antagônicos”¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 216.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 216.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, cf. p. 216.

É interessante a sugestão assinalada por Lúcio Kowarick e André Singer, advinda do exame da “Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo”. Para eles, “o principal legado da administração petista” parece consistir no “resgate da tradição republicana e democrática”. Ora, se os autores chegam a tal conclusão com o exame daquela experiência, parece que eles acabam por confirmar que, ao menos nesse aspecto, a prefeita conseguiu concretizar uma de suas metas, já expressa em seu discurso de posse. Aliás, justamente essa parte do discurso de Luiza Erundina, é retomada por Marilena Chaui, também em seu discurso de posse na SMC. A secretária, após comentar o que ela consideraria ser o trabalho primordial da SMC, a saber, “promover a transformação da cultura política existente na cidade”, comenta que, aliás, tal transformação já teria sido anunciada pela prefeita quando definiu a relação entre o governo municipal e o Partido dos Trabalhadores, dizendo: “será um governo do PT, mas não para o PT; será um governo com o PT, mas não exclusivamente com o PT”. “Essa dupla afirmação”, comenta a secretária, “concerne, antes de mais nada, à introdução, na política nacional, da prática da *representação*: Luiza Erundina e seus secretários representam o Partido dos Trabalhadores no governo; também representam todos os cidadãos eleitores que elegeram esse partido e sua prefeita; e, finalmente, representam o governo da cidade perante os demais poderes constituídos do País”. E prossegue: “Ao mesmo tempo, justamente por ser um Partido dos Trabalhadores e representantes dos princípios políticos definidos pelos petistas, esse governo introduzirá a prática da *participação*, prática que definirá as relações no interior do governo, no interior das instituições governamentais e administrativas e nas relações do governo municipal com a sociedade”¹⁶⁹.

¹⁶⁹ CHAUI, M. S. Reflexos de Cidadania. Op. cit., cf. p. 2 e 3.



Se acima parece ter ficado clara a noção de representação, o mesmo não pode ser dito acerca da noção de participação que estava sendo empregada. Nesse sentido, visando preencher tal lacuna, servimo-nos de alguns comentários formulados por Marilena Chaui sobre o assunto.

A filósofa explicita seu conceito de participação através de uma abordagem histórica. O conceito de participação, diz ela, tem, na modernidade, “uma origem muito precisa e quando essa origem fica esquecida, o conceito sofre duas apropriações que o alteram profundamente”¹⁷⁰. As responsáveis pela fundação dessa prática seriam as “sociedades revolucionárias”, nas quais, “todos os seus membros, excluídos os inimigos, são sujeitos da revolução, da história” e toda e qualquer ação, por mais diversificada que seja, “participa da criação da nova sociedade”. “A participação”, acrescenta a filósofa, “é o dado constitutivo dessa sociedade revolucionária em construção pela ação de todos os seus sujeitos”¹⁷¹.

Quanto às duas apropriações supra referidas, a filósofa diz tratar-se, ao menos no Brasil, da noção de participação social-democrata e liberal, de um lado, e a da democracia cristã, de outro. *Grosso modo*, na linguagem social-democrata e do liberalismo, a participação torna-se sinônimo de demanda popular, reúne-se um determinado número de pessoas para “fazerem demanda”, para “reivindicar” e pronto, eis a participação; “a participação é pressão popular”. E, na versão da democracia cristã, “não se trata nem de reivindicação nem de demanda; trata-se de propor a realização; aqui, a participação se transforma em mutirão”. Isto posto, Marilena Chaui co-

¹⁷⁰ CHAUI, M. S. Cultura, Socialismo e Democracia. *Teoria e Debate*. São Paulo, n° 8 p. 50 - 6, out./nov./dez./1989. Citamos a página 56.

¹⁷¹ *Idem*, *ibidem*, cf. p. 56.



menta: “Penso que uma das contribuições que uma cultura socialista pode dar é considerar que a participação de uma ação coletiva pela qual um bem para a comunidade se realiza não é a intervenção contínua no cotidiano, não é a demanda, a pressão, o *lobby*, e não é o mutirão. É a *intervenção periódica, refletida e constante nas decisões políticas*. Os *direitos de tomar* as decisões políticas, de *definir* diretrizes políticas e *torná-las práticas sociais efetivas*, isto é a *participação*”¹⁷².

Se até aqui tecemos comentários gerais acerca das questões que envolvem a cidadania e não demonstramos maiores preocupações em estabelecer vínculos mais definitivos entre as questões aqui levantadas e o conceito de cidadania cultural, é porque entendemos que os dirigentes da SMC, ao definirem que a cultura seria tomada como um direito e elegerem tal princípio como sendo essencial ao conceito de cidadania cultural, nada mais estavam fazendo além de estabelecer tais vínculos. Este princípio — aliás, como também os demais princípios fundantes do conceito de cidadania cultural —, como pode-se perceber, não é fruto de uma reflexão puramente teórica, distanciada da realidade, ou que se pretenda neutra em relação à ela, mas, muito pelo contrário, é inspirado por reflexões de cunho filosófico-políticas¹⁷³ de tal forma

¹⁷² Idem, *ibidem*, cf. p. 56.

¹⁷³ A esse respeito, aliás, pareceu-nos interessante mencionar um trecho de uma entrevista concedida por Marilena Chaui à revista *Certas Palavras*, que, se por um lado, em nada se relaciona com o seu trabalho na SMC, posto que data de agosto de 1981, por outro, está diretamente relacionada com a discussão que vimos promovendo acima. Chaui era questionada acerca de como ela encarava a “possibilidade de um filósofo intervir não só a nível das idéias, mas numa camada mais ampla, de grande repercussão”. E sua resposta foi do seguinte teor: “(...) tenho a impressão de que tudo depende do modo como você se coloca no interior da filosofia. Eu vejo a filosofia, a história da filosofia, como algo extremamente combativo. Tomando uma idéia do Merleau-Ponty (...), a filosofia é a recusa de aceitar imediatamente as coisas tais como elas estão dadas. Se você

que, ao mesmo tempo em que confere sustentação ao corpo teórico do conceito de cidadania cultural, inspira as políticas a serem adotadas sob a luz de tal conceito, no sentido de criticar, negar e desestabilizar o já instituído.

Dentro desta perspectiva, talvez possam ser compreendidas as seguintes palavras proferidas por Marilena Chaui na “Conferência do mês do IEA - USP”, em 06 de dezembro de 1994: “A cidadania cultural teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um *direito* foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura — o consumo de bens culturais — e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia, alimentam a visão messiânica-milenarista da política e o poderio das oligarquias brasileiras”. E conclui: “Em suma, fizemos um esforço político para desenraizar as fundas raízes do mito fundador. Alguns dizem, pejorativamente ou positivamente, que fomos ... radicais”¹⁷⁴.

(bibliotecas e eventos culturais), como no do direito à expressão (oficinas culturais, centros culturais), como no do direito à preservação cultural (memória e patrimônio histórico), como no do direito à formação cultural (escola de arte e corpos estáveis), quanto no plano do direito à participação (conselho e comissões)¹⁷⁵. Essa mesma prioridade, segundo o documento, faz com que os diversos

uma crítica combativa. Agora, tudo depende do nível em que você se dispõe ao combate”. Cf.

CHAUÍ, M. S. Certas Palavras. Op. cit., p. 254.

¹⁷⁴ CHAUÍ, M. S. Cultura política e política cultural. São Paulo, Estudos Avançados. Op. cit., p. 84.

Capítulo 3. O conceito de cidadania cultural no discurso oficial.

Nosso objetivo, no primeiro capítulo, era o de trazer à tona os elementos inspiradores do conceito de cidadania cultural e, no segundo, analisar o corpo teórico que confere sustentação ao referido conceito; já, no presente capítulo, buscamos deixar que o discurso oficial exponha o conceito de cidadania cultural, em seu exercício de experimentação.

Aparentemente, para além da “prioridade zero”, a que nos referimos no primeiro capítulo, a SMC não teria estabelecido em seu projeto prioridades específicas. No “Relatório de 06/03/1989”, comenta-se que a não especificação de “prioridades” pode ter suscitado a impressão de que “o projeto é ambicioso demais e irrealizável”¹⁷⁵. Mas, segundo tal documento, para além das aparências, aquela Secretaria teria sim estabelecido uma prioridade, “cuja característica está em *perpassar todas as atividades, todos os programas e todos os departamentos da SMC*”, que consiste na idéia da “*cultura como direito do cidadão*”, que se exprime tanto no plano do “direito à informação (bibliotecas e eventos culturais), como no do direito à expressão (oficinas culturais, centros culturais), como no do direito à preservação cultural (memória e patrimônio histórico), como no do direito à formação cultural (escola de arte e corpos estáveis), quanto no plano do direito à participação (conselho e comissões)”¹⁷⁶. Essa mesma prioridade, segundo o documento, faz com que os diversos

¹⁷⁵ São Paulo. Cidade. Relatório de 06.03.89. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1989, p. 1 - 26. Citamos a página 12.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 12.



projetos, de diferentes departamentos da SMC (oficinas culturais, bibliotecas do cidadão, revitalização histórica, reestruturação do Centro Cultural São Paulo etc.), “se articulem *numa só direção e finalidade*, qual seja, desfazer o estigma cultural que separa o centro (avançado) da periferia (carente)”¹⁷⁷.

Ao dar prioridade não a algum setor ou departamento da Cultura — coisa que pareceria racional e moderna, do ponto de vista dos recursos materiais e humanos, segundo a lógica do mercado de maximizar ganhos e minimizar perdas — mas a todos, o que “move a SMC é uma *visão integrada da cultura* que lhe permite algo extraordinário: *ser múltipla, diferenciada, seguir diferentes temporalidades, e, simultaneamente, ser totalizante*”¹⁷⁸ (grifos meus).

Em vista dessa postura da SMC, e na tentativa de melhor expor o conceito de cidadania cultural a partir do discurso oficial, subdividimos o presente capítulo em três tópicos: cidadania cultural enquanto *um programa*, quando analisamos as idéias norteadoras, as diretrizes, as finalidades de tal conceito, que devem perpassar todas as atividades, todos os departamentos da SMC e que, por consequência, devem aparecer no conjunto de resultados alcançados; cidadania cultural enquanto *uma ação*, quando buscamos constatar que apesar das atividades desenvolvidas por diferentes departamentos serem múltiplas, por serem orientadas por um único programa, sintetizam-se numa única ação; cidadania cultural enquanto *um conjunto de resultados*, quando buscamos mostrar que se os resultados são fruto de uma única ação, norteadora por um programa comum, podem ser substanciados num único conjunto de resultados.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 12.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 13. *Política de Cidadania Cultural* [Entrevista de Marilena Chausi a Gabriel Lobo, seu entrevistador, que as atividades alusivas aos 200 anos da Declaração dos Direitos do Homem serviram como “laboratório” para a formulação mais precisa da concepção de cidadania cultural]. São Paulo, n.º 20, maio/1990, p. 31 - 9. Confira a página 31.

3. 1. Cidadania cultural: um programa. André Singer, conforme mencionamos anteri-

Segundo Marilena Chaui, a conceituação é o primeiro trabalho para transcender o sentido imediato da experiência¹⁷⁹, e conceituar o que seja cidadania cultural parece ter sido o ponto de partida dos novos dirigentes da SMC. Isto nos é sugerido pelo discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, que já apresenta, em linhas gerais, o referido conceito, à luz do qual a SMC estabeleceria suas diretrizes. Esse conceito ganharia uma formulação mais precisa ao longo da própria gestão e a partir de alguns eventos realizados¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Cf. CHAUI, M. S. Governar é formular conceitos. Entrevista concedida a João B. Natali. Folha de S. Paulo. Revista D', 02/06/1991, p. 11 - 4. Esta visão da secretária mudaria radicalmente ao final de sua gestão na SMC, conforme ela própria declara em algumas entrevistas, como por exemplo, quando lhe perguntam: "Ainda afirmaria que governar é formular conceitos?" Ela responde: "Na verdade, eu nunca disse isso, foi um mal entendido. O que eu aprendi foi exatamente o contrário. Logo que nós entramos, passávamos meses formulando o conceito de um projeto e a gente se frustrava porque a ação não correspondia àquela clareza cristalina do conceito. Pouco a pouco, fomos mudando. A gente estabelecia: nós temos o objetivo x, para alcançá-lo temos o orçamento y, o custo benefício é tal e a diretriz é a seguinte. *A idéia é obtida lá no ponto final*". Referência: Secretaria desfez ilusões de Marilena. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 de dez. 1992, Caderno 2. Na verdade, a frase que acima destacamos em itálico, parece trair a argumentação da secretária e confirmar a idéia de que "governar é formular conceitos"...

¹⁸⁰ Em entrevista concedida à Revista Lua Nova, Marilena Chaui comenta com Gabriel Cohn, seu entrevistador, que as atividades alusivas aos 200 anos da Declaração dos Direitos do Homem serviram como "laboratório" para a formulação mais precisa da concepção de cidadania cultural CHAUI, M. S. Uma Política de Cidadania Cultural [Entrevista de Marilena Chaui a Gabriel Cohn]. Lua Nova, São Paulo, n.º 20, maio/1990, p. 31 - 9. Confira a página 31.



Lúcio Kowarick e André Singer, conforme mencionamos anteriormente, sugerem que o principal legado da administração petista consiste no resgate da tradição republicana e democrática¹⁸¹, temas estes que fazem parte do já mencionado discurso de posse proferido por Marilena Chaui. Ela comenta que, antes de tudo, seria preciso recuperar “o significado, hoje perdido, da idéia de *República*”¹⁸². E prossegue sugerindo que se a SMC pretende “ser instrumento para a transformação da cultura política existente”, esse processo deveria iniciar-se com seus próprios funcionários compreendendo o que seja a “*res publica*, e o fundo público, os bens públicos e os serviços públicos”. E, ainda, que tal idéia não deveria ser resgatada segundo os cânones liberais pois, estes, vinculariam “coisa pública e impostos, serviços públicos e fiscos”, antes, dever-se-ia resgatar a idéia de República segundo uma “perspectiva democrática”¹⁸³. Os indivíduos não haveriam de ser tomados “como consumidores e contribuintes” e nem seriam “definidos pelas regras de mercado”, mas seriam tomados “segundo as polarizações do campo político e, portanto, como cidadãos e membros de classes sociais antagônicas e conflitantes”¹⁸⁴. A SMC, pretendendo ser o “espaço de encontro para os que desejam fruir da cultura e descobrir suas capacidades como criadores de símbolos”, assim o pretende fazer “concebendo a cultura do ponto de vista da cidadania cultural”¹⁸⁵.

¹⁸² É um importante aspecto do discurso da filósofa Marilena Chaui — a crítica do discurso competente —, dando corpo aos documentos da SMC, tal qual sugerimos no primeiro capítulo. Para

¹⁸¹ Cf. KOWARICK, L. & SINGER, A. A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. Novos Estudos. Op. cit.

¹⁸² Cf. CHAUI, M. S. Reflexos de Cidadania. Op. cit., p. 2.

¹⁸³ Idem, ibidem, p. 2 - 3.

¹⁸⁴ Idem, ibidem, p. 3.

¹⁸⁵ Idem, ibidem, p. 3.

Se, por um lado, a noção de cidadania cultural presente no discurso de posse ainda carecia, a essa altura, de uma formulação mais precisa, por outro, tal documento nos sugere que algo já estava bem definido: a SMC tomaria a “*cultura como um direito do cidadão* e, em particular,” — e chamamos a atenção para este particular — “como direito à criação desse direito por todos aqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste país: *os trabalhadores*, tidos como *incompetentes* sociais, políticos e culturais, submetidos à condição de receptores de idéias, ordens, valores e práticas cuja origem, cujo sentido e cuja finalidade lhes escapam (...)”¹⁸⁶.

No entanto, ao conceber a cultura como um direito do cidadão, a SMC, conforme sugere a secretária, estaria propondo e sustentando um paradoxo, segundo o qual a cultura seria, simultaneamente, *um fato* ou um dado e *um direito* ou um valor¹⁸⁷. A cultura é um fato — modo de ser dos humanos —, mas, concomitantemente, precisa ser tratada como um direito, uma vez que há humanos que não podem exercer plenamente o seu ser cultural: *os trabalhadores*. Diz ela: “porque somos culturais e porque a sociedade de classe exclui os trabalhadores da produção e da fruição

¹⁸⁶ Eis um importante aspecto do discurso da filósofa Marilena Chaui — a crítica do discurso competente —, dando corpo aos documentos da SMC, tal qual sugerimos no primeiro capítulo. Para ela, o que está em jogo, conforme vimos no capítulo anterior, é a questão do uso do conhecimento para o exercício da dominação, é a manipulação, é o tratar os indivíduos como coisas, é o torná-los dependentes do “discurso dos especialistas”, é a não-autonomia e a não-participação do homem comum, do trabalhador não possuidor dos conhecimentos técnico-científicos.

¹⁸⁷ CHAUI, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. *Teoria e Debate*. São Paulo, n° 16, cf. p. 11 - 7, out./nov./dez. 1991.

dos resultados mais elaborados da vida cultural (as obras culturais) é que temos direito de exercer o que somos”¹⁸⁸.

E, tal paradoxo, em seu entender, seria inerente ao fato da SMC ter de trabalhar com a cultura numa sociedade, e não numa comunidade. Explica-se. É que a cultura, pensada a partir dos parâmetros da Antropologia Social e da Antropologia Política, seria concebida como “produção e criação da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de lazer (...) como campo no qual a *sociedade inteira participa* elaborando seus símbolos e seus signos, suas práticas e seus valores”¹⁸⁹. No entanto, essa abrangência da noção de cultura esbarraria, nas sociedades, “num problema muito concreto que é o fato de serem as sociedades modernas, justamente, *sociedades* e não *comunidades*”¹⁹⁰. Isto porque a marca de uma comunidade seria a “indivisão interna, o sentimento de unidade de destino, ou de um destino comum, a definição de um bem comum e a encarnação em determinadas figuras do espírito da comunidade”, tudo o que desaparece no mundo moderno com a introdução da sociedade, cujas marcas são o “isolamento” e a “divisão interna”¹⁹¹. E, enquanto a comunidade se percebe regida pelo princípio da indivisão, a sociedade se concebe pelo princípio da divisão interna — divisão não acidental, mas originária e constituinte da sociedade¹⁹².

¹⁸⁸ CHAUI, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. *Teoria & Debate*. Op. Cit., p. 16.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 16-7.

¹⁹⁰ São Paulo, Cidade. Plano de S.M.C. para o Bônus 91-92. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1991, p. 10.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁸⁹ CHAUI, M. S. Cultura, Socialismo e Democracia. *Teoria & Debate*. Op. cit., p. 51.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 51.

¹⁹² Idem, *ibidem*, p. 51.

A marca da sociedade seria, portanto, “a existência da divisão social, isto é, da divisão de classes”¹⁹³. E, concomitantemente, a sociedade de classes excluiria os trabalhadores da “produção e fruição dos resultados mais elaborados da vida cultural”¹⁹⁴. Assim sendo, a divisão originária, que faz com que a sociedade exista, seria exatamente a responsável pelo fato dos trabalhadores não terem a oportunidade de exercer plenamente o seu ser cultural. Por isso, na visão da secretária, propor e sustentar aquele paradoxo seria o grande desafio petista no que se refere à cultura¹⁹⁵.

Mas, se a SMC toma a cultura como um direito fundamental do cidadão, ao mesmo tempo, também a trata como um **trabalho**. A cultura “é trabalho de produção da sensibilidade, da inteligência e da reflexão para criação das obras de pensamento e de arte”¹⁹⁶. E adquirir, assim, conforme sugere a secretária, a conotação de trabalho no sentido de “negação das condições e dos significados imediatos da experiência, graças a práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tem-

¹⁹³ Idem, ibidem, p. 51.

¹⁹⁴ CHAUI, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. *Teoria & Debate*. Op. Cit., p. 16.

¹⁹⁵ Idem, ibidem, p. 16 - 7.

¹⁹⁶ São Paulo. Cidade. Plano de S.M.C. para o Biênio 91 - 92. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1991, p. 1 - 3. Citamos a página 1. Confira também CHAUI, M. S. Uma política de cidadania cultural. Op. cit., p. 32, quando a autora comenta que “cultura é um trabalho da sensibilidade, da imaginação, da reflexão”, é, fundamentalmente, um “processo de criação e de produção de obras”, que podem ocorrer em campos diversos, indo “desde a memória social do cotidiano até as belas-
artes”. *Idem*, p. 13.

po para o novo, cuja primeira expressão é a obra de arte ou a obra de pensamento enraizadas na mudança do que está dado e cristalizado”¹⁹⁷.

Mas, o que mais estariam nos sugerindo os novos dirigentes da SMC ao tratar a cultura como um trabalho? Ao que parece, tomar a cultura como trabalho é buscar responder a um outro “modelo de cultura”, que é “a cultura como consumo” e como “mercado”¹⁹⁸. É buscar criar “uma outra visão de sujeito na cultura, que é sujeito como Ator, que é sujeito como Produtor, que é sujeito como Participante, que é sujeito como foco ativo da cultura e não como um foco passivo, consumista da cultura”¹⁹⁹. E, pensar a cultura dentro dessa perspectiva proposta, significa, “ao contrário do que muitos teóricos têm desenvolvido”, que a cultura “não está dentro da esfera do lazer e do entretenimento”, mas que está “dentro de uma categoria de muito mais seriedade, que é a idéia de TRABALHO”²⁰⁰.

Assim, tomar a cultura como um trabalho, produzir cultura, “trabalhar na cultura, usufruir [ativamente] a cultura, ter informação, participar, são formas de trabalho e não são formas fáceis de trabalho, porque estamos habituados a uma outra postura, a uma outra atitude muito mais inerte, mais passiva”²⁰¹.

¹⁹⁷ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992: Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo, Gráfica Águia, 1992. Citamos a página 7.

¹⁹⁸ PESSANHA, J. A. M. Política Cultural de SMC: fundamentos, metas, programas e projetos. Palestra proferida no encontro “Bibliotecas Públicas: Diversidade, Multiplicidade, Diretrizes”, (Transcrição: Maurício Stocco), São Paulo, (mimeo.), 16/05/91, p. 1 - 23. Citamos a página 5.

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 11 - 2.

²⁰⁰ Idem, ibidem, p. 15.

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 15.

Por fim, para além desses dois *princípios fundantes* do conceito de cidadania cultural — a cultura como *direito* e a cultura como *trabalho* —, existe um terceiro, que reside na idéia de que *o Estado não é produtor de cultura*, mas “responsável pelas condições materiais dessa produção pela própria sociedade e pelos serviços a seus cuidados (bibliotecas e memória social e histórica)”²⁰².

Este terceiro princípio traduz com bastante clareza uma tomada de posição dos novos dirigentes da SMC, qual seja, a recusa daquelas tradições a que nos referimos no primeiro capítulo, segundo as quais, ou o Estado era percebido como produtor de cultura ou como balcão de negócios a serviço do empresariado cultural.

A esses três princípios fundantes do conceito de cidadania cultural, pode-se acrescentar, em primeiro lugar, a *definição alargada de cultura* com a qual aquela Secretaria passou a trabalhar, que não identificava cultura com as belas-artes, mas buscava apanhá-la “em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, idéias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos”²⁰³. E, em segundo lugar, a adoção, por parte da SMC, de uma definição dos

²⁰² São Paulo. Cidade. Plano de SMC para o Biênio 91 - 92. Op. Cit., p. 1.

²⁰³ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 6. Aliás, a este respeito vale lembrar que tornou-se necessário proceder uma alteração da legislação vigente. A Lei Municipal 8.204, de 13/01/1975, ao conceber a cultura, a restringia ao campo das belas artes. Tal definição somente é ampliada após dezesseis anos, em 10/01/1991, quando Luiza Erundina de Sousa, através do artigo 2º do Decreto 29.472, estabelece: “Considera-se atividade de natureza artística e cultural tudo o que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual, sob todas as formas

“sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social”, no intuito de, conforme sugere a secretária, combater à “memória social una, indivisa, linear e contínua”, e de afirmar as contradições, as lutas e os conflitos “que constituem a história de uma sociedade”²⁰⁴.

3. 2. Cidadania cultural: uma ação.

Partindo do princípio de que toda atividade a ser realizada por qualquer dos cinco Departamentos da SMC deveria ser orientada pelo Programa de cidadania cultural, sugerimos, com o título do presente tópico — e buscamos mostrar, pautados pelo discurso oficial —, que as atividades desenvolvidas acabam por compor uma única ação. Se mencionamos apenas uma pequena amostra de atividades, diante do grande número das que foram desenvolvidas por aquela Secretaria ao longo dos quatro anos do Governo Luiza Erundina, é porque elas parecem ser suficientes para revelar a forma pela qual aquele programa ia sendo traduzido praticamente. E, aqui, vale lembrar mais uma vez, que é o discurso oficial quem nos informa onde, quando, como e porque foi ou não possível traduzir praticamente aquele programa. Não se trata de uma avaliação no sentido de verificar coerência ou contradições entre o discurso e a prática, inclusive porque não chegamos até ela; é o discurso quem nos conta

de expressão”. Cf. São Paulo. Cidade. LEX - Legislação do Município de São Paulo. São Paulo, 1991, p. 75.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 6.

sobre ela.

Antes, porém, cabem alguns comentários.

Em primeiro lugar, queremos destacar alguns aspectos atinentes à dinâmica daquela Secretaria. Nos anos de 1989 e 1990, a SMC foi desenvolvendo suas atividades enquanto aguardava que se concretizasse a idéia de criação das Sub-Prefeituras. Como isso não ocorreu e, no intuito de descentralizar as tomadas de decisões, de tornar a cultura mais presente em toda a cidade, de minimizar a burocracia e de agilizar o seu trabalho, a direção da SMC propôs, em 1991, a criação de treze Coordenadorias Regionais de Cultura²⁰⁵.

Em segundo lugar, queremos lembrar a existência do Conselho Político da Cultura, com seu importante papel de orientação dos trabalhos daquela Secretaria, que tinha entre seus integrantes José Américo Motta Pessanha, Déa Ribeiro Fénelon, Edécio Mostaço (posteriormente substituído pela nova Chefe de Gabinete, Maria Amália), Lélia Abramo, Marilena Chaui, Raquel Naschenveng Mattes, Sérgio Muniz, Emir Sader, Vera Tokairim e Paulo Botas (durante o tempo que permaneceu como coordenador das Casas de Cultura).

Em terceiro lugar, queremos lembrar a criação, em fevereiro de 1989, da Assessoria de Projetos Especiais, cuja linha mestra foi garantir que o Estado não se oferecesse como produtor de cultura e não criasse uma “cultura oficial”, e cujo

²⁰⁵ As treze Coordenadorias foram criadas por Marilena de Souza Chaui através da Portaria 753/91 e seus objetivos, textualmente, eram: “a) garantir a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e os demais órgãos municipais nas várias regiões da cidade e, b) garantir a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e os vários movimentos sociais nas diferentes regiões da cidade”. São Paulo. Cidade. Diário Oficial do Município. São Paulo, 36 (150), terça-feira, 13/08/1991, p. 25.

papel consistia em servir como um setor institucionalmente organizado para assegurar que “atividades culturais desenvolvidas pela sociedade pudessem realizar-se em parceria com o poder público”, mas sem reduzir a SMC a um balcão de atendimento de diferentes demandas alheias ao seu programa cultural²⁰⁶.

Em quarto lugar, vale mencionar a posição crítica que, segundo a secretária, a SMC assumiu em relação a maneira como vinham sendo utilizados os eventos culturais. Estes, conforme ela sugere, não tinham um fim em si mesmos e eram utilizados, basicamente, para atingir dois objetivos políticos principais: por um lado, manter uma “política clientelista”, e, por outro, como uma forma de tentar amenizar a separação cultural entre o centro e a periferia da cidade, promoviam-se os eventos da periferia no centro, na forma de feiras de artesanato e folclore, ou se promoviam eventos do centro na periferia, na forma de *shows*²⁰⁷.

Assumindo uma postura crítica em relação à forma pela qual vinham sendo utilizados esses eventos e buscando afastar-se do que chamariam de “tradição eventista”, os dirigentes da SMC julgaram necessário “promover um encontro das expressões culturais”, fazer com que elas “entrassem em conflito, trocassem as suas experiências, de modo que uma nova cultura pudesse nascer desse encontro”²⁰⁸. A partir dessa perspectiva, a SMC se propôs a somente promover eventos que estivessem “enraizados na história da cidade, que fizessem parte da memória da cidade, ou eventos que pudessem propiciar uma reflexão cultural, ética, antropológica e política

²⁰⁶ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 30.

²⁰⁷ CHAUI, M. S. Uma política de cidadania cultural. Op. cit., cf. p. 32.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 32.

na cidade”²⁰⁹. Assim sendo, vejamos algumas das atividades desenvolvidas pelos departamentos e assessorias daquela Secretaria.

O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e a memória.

Se as classes populares, conforme sugere a secretária, vêm sendo sistematicamente excluídas daquilo que se convencionou definir como cultura (as belas-artes), seria um engano pensar que por se estimular, de tempos em tempos, algum tipo de produção artística, todas as pessoas se transformariam em artistas (pintores, poetas, músicos etc.) e assim poderiam se sentir sujeitos participantes da vida cultural. No entanto, há um “caminho pelo qual efetivamente existem sujeitos sociais que são produtores de cultura”²¹⁰; esse é o *caminho da memória*, e definir o seu conteúdo e a sua forma, é o atributo do DPH.

Pensar as questões pertinentes à preservação e registro da memória do ponto de vista da cidadania cultural é, de acordo com o discurso oficial, pensar numa memória plural, “capaz de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas da história”²¹¹. A memória social “constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder”, e o DPH — sobre o qual repousa o poder de decidir sobre o que deve ser ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade —, postando-se a serviço da “generalização da cidadania” e contrário à “construção fechada de uma versão unívoca do passado”, tenta por em andamento a “construção de

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 32.

²¹⁰ CHAUI, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. Op. cit., p. 49.

²¹¹ São Paulo. Cidade. Departamento do Patrimônio Histórico. Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico, n.º 5, São Paulo, 1991. Citamos a página 10.

um novo horizonte historiográfico” que se apoie na possibilidade de “recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos”²¹².

Nessa perspectiva, a tarefa principal que o DPH estaria assumindo seria o resgate de tais ações e mesmo de suas “utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo” e um dos seus maiores desafios consistiria em fazer com que “experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população [se reencontrassem] com a dimensão histórica”²¹³.

Diante disso, o DPH, dentre outras atividades desenvolvidas, acaba por se preocupar também com a “implantação de projetos de história oral, através da coleta de depoimentos relativos à vida cotidiana da cidade, à memória do trabalho fabril e de movimentos sociais, visando ampliar o universo de registros relativos à memória e à história da cidade”, e empenha-se em “subsidiar tecnicamente os movimentos populares na cidade, no sentido da organização dos registros de sua própria memória e da preservação de suas tradições e referências culturais, em condições de autonomia”²¹⁴.

A forma de trabalho adotada pelo Projeto de História Oral foi chamada de “oficina de memória”, expressão esta que visa sintetizar o “complexo procedimento de fazer com que, através do entrelaçamento de narrativas biográficas pessoais, um grupo ouça, conte e discuta a significação de seu mundo”²¹⁵.

²¹² Idem, ibidem, cf. p. 15, 16 e 22

²¹³ Idem, ibidem, p. 23.

²¹⁴ Idem, ibidem, p. 27.

²¹⁵ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 46.

Concretamente, o Projeto resultou em três conjuntos de atividades. A primeira, “*Registros da Memória Paulistana*”, desenvolvida com moradores idosos, sobretudo com mulheres, do bairro do Jabaquara que teria começado com alguns depoimentos, aos quais se somaram materiais que pouco a pouco iam sendo trazidos, resultando, ao final, em relatos de suas experiências e trajetórias de vida, com ênfase no modo como vivenciaram as transformações do bairro e da cidade. Na sequência desse trabalho, seus integrantes teriam solicitados a orientação dos técnicos do DPH para buscar compreender a forma pela qual aquele material poderia ser armazenado e exposto, recebendo cursos de “recolhimento de depoimentos, recolhimento de material, formas de documentação e disposição”²¹⁶. E, uma vez recebido tal assessoramento, os integrantes daquele projeto conseguiram montar um centro de documentação próprio, além de realizar três exposições itinerantes.

A segunda, “*Memória do Trabalho Fabril*”, realizada junto à Associação dos Aposentados da Fábrica de Cimento Perus e com antigos operários da indústria têxtil de São Paulo, se desenvolveu na Casa Histórica do Tatuapé, com o assessoramento de historiógrafos e sociólogos do DPH. Baseado em depoimentos e artigos de revistas e jornais da época, trazidos pelos idosos, buscava-se escrever uma “história da formação de sujeitos coletivos mediante as experiências do trabalho industrial”²¹⁷.

E, a terceira, “*Memória dos Movimentos Sociais*”, realizada a partir da coleta de depoimentos e da organização da documentação escrita sobre o assunto, objetivava trazer à tona o processo de formação e a trajetória de movimentos

²¹⁶ CHAUI, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. Op. cit., cf. p. 49.

²¹⁷ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 46.



que teriam sido importantes na modificação da paisagem de suas respectivas áreas de atuação e “principalmente na introdução de um novo padrão de participação política popular”, como teria sido o caso do Movimento de Saúde da Zona Leste, do Movimento de Saúde de Campo Limpo e dos movimentos populares de moradia²¹⁸.

Buscando ainda propiciar uma “reflexão cultural, ética, antropológica e política na cidade”, o DPH promoveu a Semana do Índio. Na tentativa de proporcionar um sentido inédito para tal semana, foram desenvolvidas duas atividades. A Prefeita Luiza Erundina, na qualidade de chefe de Estado, convidou o chefe xavante, cacique Alexandre, para ir a São Paulo também na qualidade de chefe de Estado, significando que, pela primeira vez no Brasil, segundo afirma a secretária, os caciques foram tratados como chefes de Estado, com direito a honras políticas. E, durante esse encontro, os índios desenvolveram atividades com crianças e jovens sobre sua cultura²¹⁹. A segunda atividade, realizada em entendimento com a União das Nações Indígenas, consistiu na entrega de uma casa histórica, a Casa do Sertanista, para ser a primeira Embaixada das Nações Indígenas do Brasil (ou Embaixada dos Povos da Floresta), sem a tutela da FUNAI, e para ser um núcleo de cultura indígena auto-gerido pelos próprios índios, que instalaram uma exposição sobre os modos de vida indígena. Note-se que, partindo-se da constatação de uma lógica colonial — a Casa do Sertanista —, acabava-se por colocar em destaque exatamente a cultura daqueles que foram massacrados pelos Bandeirantes.

Por outro lado, em vista da relevância do tema da memória e para que se pudesse discutir as diferentes possibilidades de se trabalhar com ela, o DPH

²¹⁸ Idem, *ibidem*, cf. p. 46.

²¹⁹ CHAUI, M. S. Uma política de cidadania cultural. Op. cit., cf. p. 32.



promoveu, no ano de 1991, um congresso intitulado “Patrimônio Histórico e Cidadania: o Direito à Memória”. Este, segundo a Diretora do DPH, Déa Ribeiro Fénelon, estava inicialmente programado para ser uma “semana de debates sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural”, mas acabou ganhando a proporção de um “Congresso Internacional”, com convidados da Itália, França, Inglaterra, Espanha, Argentina, México e Cuba, e representou um marco para a história daquele Departamento²²⁰. E o resultado do Congresso, registrado em seu documento final, segundo ela afirma, teria sido “bastante positivo” posto que teria incorporado “princípios e diretrizes capazes de enriquecer e animar as atividades de preservação”. “O seu texto”, prossegue, “afirma a relação entre memória, preservação e cidadania como o princípio norteador destas atividades”²²¹.

Pensamos que, se por um lado as atividades acima expostas não representam uma amostra muito significativa dentre tantas outras atividades, dentre tantos outros serviços prestados por aquele Departamento (exposições e publicações, restauração de diversos prédios públicos, serviços educativos, auxílio técnico para diversos tipos de trabalhos culturais etc.), por outro, apesar disso, já indicam, no trabalho do DPH, onde recai sua ênfase para tentar traduzir praticamente o programa de cidadania cultural: tratar os sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, para assim, combater à “memória social arte e das obras de pensamento”, desenvolveram diversos Projetos Especiais voltados

²²⁰ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 46. Parte do material desse Congresso foi transformado em livro, cuja bibliografia é: São Paulo. Cidade. SMC. DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992.

²²¹ Idem, ibidem, p. 47.



una, indivisa, linear e contínua”, e afirmar as contradições, as lutas e os conflitos “que constituem a história de uma sociedade”²²².

Assessoria de Projetos Especiais: o elo de ligação entre SMC e a sociedade civil.

Diferentemente do DPH, a Assessoria de Projetos Especiais enfatiza um outro ponto do programa de cidadania cultural, ponto este, aliás, que justifica a sua criação, qual seja, o Estado não é produtor de cultura, apenas deve propiciar condições para que as atividades culturais possam se desenvolver.

Criada para servir como um elo de ligação entre a SMC e a sociedade civil — garantindo à última a possibilidade de realizar os seus projetos culturais em parceria com o poder público e, à primeira, que ela não seria reduzida a um “balcão de negócios culturais” —, a Assessoria de Projetos Especiais seria responsável pelos grandes projetos culturais da SMC.

Seus coordenadores, Adauto Novaes e Luiz Donizete Benzi Gruppioni, trabalhando, por um lado, com a idéia de “garantir que o Estado não se ofereça como produtor de cultura e não crie uma cultura oficial” e, por outro, com um conceito ampliado de cultura, compreendida como direito do cidadão e como “trabalho coletivo ou individual de criação de símbolos, valores e idéias, através das obras de arte e das obras de pensamento”, desenvolveram diversos Projetos Especiais voltados

²²² CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., cf. p. 6.

²²³ Idem. *Ibidem*, cf. p. 30.

prioritariamente “a um tratamento crítico-reflexivo da cultura e à problemas culturais e de cultura políticas do País”²²³.

Dizíamos acima que os Projetos Especiais expressam de maneira privilegiada a diretriz de cidadania cultural segundo a qual o Estado não é produtor de cultura, mas que deve propiciar condições para que os projetos culturais da sociedade se concretizem. Isso confere, mas não é tudo. Na verdade, de acordo com o discurso oficial, um outro aspecto estava subentendido, qual seja, “que o mercado não é capaz de acompanhar o tempo, a lógica e a significação do trabalho cultural”²²⁴, o que reforça a argumentação que visa justificar a criação da própria Assessoria de Projetos Especiais.

Duas diretrizes principais orientam os Projetos Especiais no que se refere à sua dinâmica: a primeira delas, “procura suscitar na sociedade a realização de atividades culturais para as quais a SMC oferece recursos operacionais e de infraestrutura e auxílio financeiro”, mas deixa a cargo dos organizadores a “concepção e realização das atividades”, e um bom exemplo dessa diretriz foi o projeto “Pela Declaração Universal dos Direitos”; já a segunda, cujo projeto dos “500 Anos de América” foi o caso paradigmático, procura definir um projeto geral, envolvendo todas as “linguagens artísticas e culturais” e convida movimentos, grupos, entidades e personalidades para, sem perder de vista os contornos do projeto geral, propor atividades e programas financiados pela SMC “que oferece recursos, espaço e pessoal, além da divulgação”²²⁵.

²²³ CHAUI, M. S. Uma política de cidadania cultural. Op. cit., p. 33.

²²³ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., cf. p. 30.

²²⁴ Idem, ibidem, cf., p. 33.

²²⁵ Idem, ibidem, cf., p. 30.

Para melhor compreendermos essas duas diretrizes, vejamos, então, mais detidamente os dois projetos que as ilustram, aos quais nos referimos acima.

Segundo a secretária, o projeto “Pela Declaração Universal dos Direitos” foi elaborado “durante seis meses, levou dois meses para a produção e realizou-se durante dez dias”²²⁶. Tais atividades foram pensadas a partir da resposta que se deu à questão do “significado em São Paulo, da Revolução Francesa”, qual seja, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”²²⁷. A SMC, por intermédio da referida Assessoria, convidou dez entidades que se pautam pela defesa dos direitos humanos e estas mandaram seus representantes que, por sua vez, se reuniram e pensaram a forma total que o evento deveria ter. Posteriormente, essas entidades se encarregaram de fazer o que a secretária chama de “capilarização do evento na sociedade civil”²²⁸. E através delas, foram convidados a participar do evento todos os movimentos sociais e populares de lutas pelos direitos civis.

A idéia fundamental, segundo a secretária, consistia na promoção de algo “que nunca tinha acontecido, que era o encontro dos movimentos”²²⁹. Para se ter uma idéia da importância atribuída a tais atividades, no parágrafo segundo de um dos textos preparatórios do evento, era afirmado que o projeto de cidadania cultural somente tornar-se-ia realidade se fosse acompanhado de uma verdadeira cultura da cidadania, e que, para tanto, a SMC empenharia “todos os seus esforços no sentido dessa exigência de auto-compreensão da cidade” e entendia o evento sobre os direitos

²²⁶ CHAUI, M. S. Uma política de cidadania cultural. Op. cit., p. 33.

²²⁷ Idem, ibidem, p. 33.

²²⁸ Idem, ibidem, p. 33.

²²⁹ Idem, ibidem, p. 33.

humanos como um momento de “informação, debate e troca de experiências entre os movimentos sociais sobre as questões relativas ao exercício da cidadania, e de reflexão sobre os seus pressupostos intelectuais e históricos”²³⁰.

De acordo com esse mesmo texto, os organizadores propuseram que as atividades programadas para tal evento deveriam atender seis objetivos principais. Os três primeiros eram dirigidos à população paulistana em geral, devendo lhe propiciar: um conhecimento mais consistente acerca dos Direitos do Homem e do Cidadão, “bem como de seu sentido histórico e político, propiciando a reflexão sobre a questão da lei e da cidadania” (o primeiro); uma melhor percepção do “imperativo de defesa dos próprios direitos, denunciando a exclusão, a violência, o arbítrio e o favor como formas das relações políticas e sociais” (o segundo); e um maior conhecimento “dos movimentos sociais que se pautam pela defesa dos Direitos do Homem” (o terceiro). O quarto objetivo, dirigido às entidades de defesa dos direitos humanos, consistia em lhes propiciar uma troca de experiências e o debate entre as mesmas. O quinto objetivo consistia em “lembrar os excluídos do gozo dos direitos fundamentais, bem como as vítimas da violência e do arbítrio na história mais recente da cidade e do país”²³¹. E o sexto objetivo, com o qual se propunha “congregar entidades, movimentos sociais, artistas, intelectuais, todos os cidadãos e cidadãs numa dimensão ampliada da cultura onde a política não seja segregada nem institucionalizada, mas se exprima numa nova relação com a cidade e da cidade”²³².

²³⁰ São Paulo. Cidade. SMC. Direitos do Homem e do Cidadão: comemoração do bicentenário da declaração de 1789. São Paulo, 22 de fevereiro de 1989, p. 1 - 5, (mimeo.). Citamos a página 1.

²³¹ Idem, ibidem, p. 2.

²³² São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. Cit., p. 34.

A SMC e os representantes dos movimentos que se pautam pela defesa dos direitos humanos consideraram que tal trabalho seria um momento oportuno para promover uma integração das artes, que seria um acontecimento cultural em que as artes estariam presentes no mesmo tema dos direitos humanos. Uma série de comissões foram então formadas e passaram a analisar as contribuições das diversas artes para o campo dos direitos; como que as diferentes artes contribuíram para a criação dos direitos, para a garantia dos direitos, bem como para denunciar a violação dos direitos. A partir de tal análise, foram realizadas mostras de cinema, de vídeo, de cartazes etc., em que os temas dos direitos humanos eram de alguma forma discutidos²³³.

A “declaração dos direitos”, graças a uma iniciativa do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, foi também traduzida em linguagem infantil, e durante seis meses a Biblioteca Monteiro Lobato preparou cinquenta bibliotecários para receber crianças, durante dez dias, em cinco oficinas: Oficina de Teatro, Oficina da Imaginação, Oficina do Conto, Oficina de Leitura e Oficina de Reflexão, atendendo a um total de cinco mil crianças²³⁴.

Comentando o evento, Marilena Chaui diz que ele foi um trabalho político e cultural, em que as entidades envolvidas na sua organização, enquanto o organizavam, iam percebendo o alcance de sua luta, de sua atividade e iam também ad-

²³³ CHAUI, M. S. Uma Política de Cidadania Cultural. Op. cit., cf. p. 34.

²³⁴ Idem, ibidem, p. 34. E, como nos lembra Maria Conceição Cerqueira, em entrevista concedida no dia 07/08/1997, “em 1989 ainda não contávamos com o ‘Estatuto da Criança’ o que conferia maior relevância ao trabalho realizado, uma vez que serviria inclusive como referencial para tal ‘Estatuto’, que somente seria regulamentado em 1990”. Conceição, para que se saiba, à época do “Bicentenário da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” era Diretora do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis e esteve à frente daquele trabalho.

quirindo uma clareza maior da força política e cultural que representam²³⁵, sugerindo-nos, que nessa concepção a ênfase não recai sobre o evento em si, mas sobre o processo de preparação e também na continuidade, em como isso poderia se aprofundar.

Passemos então para o projeto “500 Anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro”, que ilustra a segunda diretriz norteadora das atividades da Assessoria de Projetos Especiais, segundo a qual, a SMC, num primeiro momento, chama para si a responsabilidade de delinear, em suas linhas mais gerais, a concepção do projeto para então convidar movimentos, grupos, entidades e personalidades para que estes, dentro do projeto geral, possam propor atividades para dar corpo ao mesmo. Mas, o que pensam a SMC e a Assessoria de Projetos Especiais sobre o assunto? Qual a trilha invisível que, segundo a proposta do projeto, possibilitaria a passagem pelas datas de 1922, 1792 e 1492 sem que por lá nos perdêssemos?

Tendo como contraponto a crise de alguns “valores e conceitos que fizeram a modernidade” — “racionalismo universalista, movimento necessário da história, contradições do modo de produção capitalista expressas nas lutas de classes e nas revoluções sociais e políticas, submissão da natureza às imposições do desenvolvimento da Cultura, as idéias urbanísticas de funcionalidade, planejamento e permanência, o romance e o cinema como narrativas cujo sentido estaria remetido ao real transfigurado pela imaginação” —, a SMC, por intermédio da Assessoria de Projetos Especiais apresenta aquelas três datas para os “500 Anos de América”, visando, ao que parece, trazer à tona uma discussão no sentido de rever a referida crise e o movimento que a denuncia²³⁶.

²³⁵ CHAUI, M. S. Uma Política de Cidadania Cultural. Op. cit., cf. p. 34.

²³⁶ São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação 1989 - 1992. Op. cit., cf. p. 38.



Assim, se, por um lado, os “500 Anos de América” estão afirmando que as questões deixadas por 1922, 1792 e 1492 consistem, respectivamente, no atraso, no colonialismo e no imperialismo, por outro, esse Projeto está questionando sua atualidade e validade face à crise dos valores modernos, “neste fim de século, auto-nomeado pós-modernista”²³⁷.

Uma vez definido o Projeto em suas linhas gerais, bem como as “linguagens artísticas e culturais” que seriam utilizadas, a SMC convida diversos movimentos, grupos, entidades e personalidades para, sem perder de vista os contornos do projeto geral, propor atividades e programas que dessem corpo ao evento. Evento este que foi financiado pela SMC que oferecia recursos, espaço e pessoal, além da divulgação.

Vários outros projetos de grande porte foram desenvolvidos pela Assessoria de Projetos Especiais: “São Paulo dos 1000 Povos: diga não ao preconceito, diga sim à solidariedade”, que visava debater a questão da pluralidade cultural; “Centenário do 1º de Maio”, que, numa tentativa de romper com o sentido que lhe fora atribuído durante a “era Vargas”, buscava resgatar o sentido original dessa tradição dos trabalhadores para os próprios trabalhadores; “Rede Imaginária: Televisão e Democracia”, que buscava analisar diversas questões relativas à mídia; dentre outros. Todos eles mereceriam ser tratados com um devido destaque, mas, em vista da dimensão do presente tópico, não levamos adiante tal propósito.

²³⁷ Idem, *ibidem*, p. 38.



As Casas de Cultura e o direito à produção cultural.

A leitura de diferentes documentos da SMC revela como sendo uma de suas grandes preocupações “a separação cultural centro-periferia como estigma cultural” e, conseqüentemente, como sendo “o coração da política cultural” daquela Secretaria a destruição de tal separação²³⁸. Isto se revela, por exemplo, quando, ao escrever uma matéria para o primeiro Jornal das Casas de Cultura, mencionando as metas inspiradas à luz do conceito de cidadania cultural, Marilena Chaui reafirma a preocupação em “desmontar a separação geográfica, econômica e social que divide a cidade e opera como estigma cultural separando o centro da periferia”. E acrescenta: “Trata-se de fazer da periferia cidade”²³⁹.

Nesse sentido, visando acabar com tal separação e buscando conferir maior visibilidade ao trabalho da SMC, tornando-a mais presente em toda a cidade foi proposto, por um lado, a criação das Casas de Cultura e, por outro, a implantação da Ação Cultural Regionalizada. Contudo, a idéia de regionalização da Cultura através das treze Coordenadorias de Ação Cultural somente se viabilizou a partir do segundo semestre de 1991 e, por sua vez, as Casas de Cultura apresentaram um impulso expressivo somente em 1992²⁴⁰.

²³⁸ São Paulo. Cidade. Relatório de 06.03.89. Op. cit., p. 7.

²³⁹ CHAUI, M. S. Cidadania Cultural. Jornal das Casas de Cultura. São Paulo, ano 1, n° 0, maio de 1991, p. 4.

²⁴⁰ Cf. BARRETO, P. S. Casas de Cultura e o Projeto de Cidadania Cultural. Pólis, São Paulo, n° 28, p. 61 - 9, 1997. Aliás, é interessante também observar que as Casas de Cultura somente foram regulamentadas no dia 29/12/1992, por intermédio da Lei 11.325. Cf. São Paulo, Cidade. LEX - Legislação do Município de São Paulo, p. 1344 - 6.

mercado cultural h Mas, quais as possíveis explicações para essa tardia viabilização das Casas de Cultura? O artigo “Casas de Cultura e o Projeto de cidadania cultural”, analisa historicamente o surgimento das Casas de Cultura, e revela o descompasso entre o discurso democratizante e a “prática política da Administração, que às vezes tendia para uma centralização personalista”, o que acabava por acarretar, num primeiro momento, o afastamento dos produtores e criadores culturais dos bairros e da região. Além disso, a falta de um projeto bem definido para as Casas de Cultura, a ausência de uma concepção arquitetônica das mesmas (validando a idéia de que qualquer espaço é espaço), a precariedade das “condições de infra-estrutura técnica, de divulgação dos projetos, de formação dos quadros administrativos” e a ausência de um orçamento próprio, dificultavam sua viabilização. Mesmo assim, nos três primeiros anos deu-se “um passo fundamental: implantaram-se uma política e um programa para esses e outros equipamentos da SMC”²⁴¹. E somente em 1991, na discussão do orçamento para 1992, é destinada uma reserva orçamentária para as Casas de Cultura, que podem, por isso, implementar de forma mais efetiva cursos e oficinas, além de uma programação mais variada nas diversas áreas artísticas.

Da Biblioteca Por outro lado, conforme sugere o discurso oficial, além de trazer sua contribuição no sentido de minimizar a referida separação centro-periferia, há um outro princípio do programa de cidadania cultural que parece ter sido traduzido de forma privilegiada pelas Casas de Cultura, qual seja, tomar a cultura não do ponto de vista do consumo, mas, do trabalho e, como direito à produção cultural.

As Casas de Cultura, por um lado, absorviam as diversificadas e emergentes produções locais e regionais que, dificilmente, seriam aproveitadas por um

²⁴⁰ São Paulo, Cidade: Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 53.

²⁴¹ Idem, ibidem, p. 64.



mercado cultural habituado a celebrar o que já é célebre e, por outro, desenvolviam temas de interesses locais para os mais diferentes grupos sociais, através de projetos especiais como, por exemplo, o “Projeto UniverCidade dos Bairros”; “Projeto Memória”; “Projeto Migrações”; “Projeto Terceira Idade”; “Projeto Intersecretariais”; “Projeto Corpos Instáveis”; “Projeto FÉRIASP”, dentre outros.

Uma situação extremamente favorável às Casas de Cultura nos é sugerida por Paulo Gianini, seu Coordenador, que explica: “por não possuírem uma tradição no Brasil, puderam ser inaugurais, isto é, inventar seu próprio caminho, enfatizando a participação local, a criação e a ação cultural”²⁴². E, segundo Gianini, “fazer da periferia, cidade. Quebrar o estigma cultural que separa o centro da periferia. Implantar laboratórios de experimentação cultural, de iniciação e de produção. Abrir o campo para a convivência da diferença e da pluralidade de manifestações culturais da CIDADE DOS 1000 POVOS. Propiciar o exercício da participação e estimular formas de autonomia cultural, independente do poder público”, são, segundo seu discurso, “alguns dos objetivos que foram propostos e cumpridos pelas Casas de Cultura”²⁴³.

Da Biblioteca Pública Municipal à Biblioteca do Cidadão: um primeiro passo.

Segundo Vera Tokairim, Assessora de Bibliotecas da SMC, “ao contrário do que constantemente se afirmou, sempre houve uma política para as bibliotecas, porém com uma diretriz voltada para a valorização dos dados absolutos de fre-

²⁴² São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 53.

²⁴³ Idem, *ibidem*, p. 53.

quência, em detrimento da natureza e da qualidade dos serviços prestados”²⁴⁴. Diante disso, conforme sugere o discurso oficial, efetuou-se uma inversão na diretriz acima referida, a preocupação dos dirigentes da SMC voltou-se para a questão da qualidade dos serviços prestados, apostando que justamente tal qualidade tornaria aquele espaço cultural mais agradável e atrativo, podendo, por consequência, ser inclusive mais frequentado — não faltariam dados para confirmar que tal aposta produziu os resultados esperados²⁴⁵. Não se tratava, portanto, tão somente de assegurar o funcionamento das bibliotecas com o livre acesso a todos os interessados — o que, segundo o discurso oficial, já não seria fácil, em vista da precária situação física dos prédios e equipamentos —, mas, sim, de oferecer serviços de qualidade. Isto, dentro da concepção dos dirigentes da SMC, somente seria possível se a biblioteca fosse pensada como um espaço realmente público em que, de um lado, estariam não mais os servidores mas os cidadãos a serviços de outros cidadãos e, de outro, não mais os consulentes a quem, com o atendimento, seria prestado um favor, mas os cidadãos com seus direitos²⁴⁶.

²⁴⁴ TOKAIRIM, V. L. Biblioteca do Cidadão. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 55. Vera Tokairim, além de Assessora de Bibliotecas, era também a Coordenadora da Ação Cultural Regionalizada.

²⁴⁵ Segundo dados constantes do mesmo artigo de Vera Tokairim, ao final dos quatro anos do Governo Luiza Erundina a frequência de leitores às bibliotecas chegava à soma de 11.000.000, ao passo que, na gestão anterior, de Jânio Quadros, era de 6.552.993 e, na de Mário Covas, de 7.257.823. Idem, ibidem, cf. p. 58.

²⁴⁶ Na conferência de abertura do Seminário de Bibliotecas Públicas: Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade, Marilena Chaui comenta: “Assim, do lado dos servidores públicos, estes não se percebem como cidadãos a serviço da sociedade, mas como técnicos especializados que realizam tarefas cujo sentido e cuja finalidade são discutidos apenas pelos próprios técnicos e administradores. E do lado dos sujeitos sociais, estes também não se reconhecem como cidadãos

Assim, alicerçada na idéia de direito e participação — direito ao acesso à cultura, a usufruí-la, produzi-la e criticá-la —, a diretriz da SMC para a área de bibliotecas buscava alcançar a “transformação da Biblioteca Pública Municipal na Biblioteca do Cidadão, voltada para programas que democratizassem a leitura, como uma das dimensões insubstituíveis dos direitos da cidadania, além de desenvolver programas de informação, de convivência, de memória, de identidade dos bairros e da criação infanto-juvenil”²⁴⁷.

Por outro lado, ao participar do Encontro Nacional com Prefeitos Municipais sobre “Biblioteca Pública, Biblioteca Escolar e Leitura”, em Brasília, em março de 1989, Marilena Chaui afirma que as Bibliotecas não só podem como devem ser “instrumento de democratização da cultura, de ampliação da cidadania como direito à informação, como direito à opinião pública, como direito ao conhecimento e como direito à reflexão crítica acerca do mundo contemporâneo, da ciência, da tecnologia e da arte”. E prossegue sugerindo que as Bibliotecas, ampliadas pelas Casas de Cultura também constituiriam uma forma privilegiada de “*combate à ideologia da*

de cujos direitos, de cujos interesses e de cuja vontade depende a ação governamental. Como falar em democracia com tamanha perda da dimensão da cidadania?” E, pouco adiante, prossegue:

“Se desconhecemos os direitos dos cidadãos usuários dos serviços de cultura, que integração teremos com eles senão a das regras impessoais da hierarquia burocrática, onde o servidor se apresenta como autoridade suprema a fazer favores a pessoas sem direitos e sem poderes (...)”.

Bibliografia: CHAUI, M. S. Conferência de Abertura do Seminário de Bibliotecas Públicas: Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade. Op. cit., cf. p. 2 e 7.

²⁴⁷ São Paulo. Cidade. SMC. Diretrizes da Cidadania Cultural (por áreas de atuação). São Paulo, [1992], (mimeo.), p. 1 -12. Citamos a p. 2.

competência, garantindo aos cidadãos excluídos da cultura o acesso a ela, a fruição dela e a possibilidade de produzi-la tanto quanto de criticá-la”²⁴⁸.

Assim, para assegurar a qualidade de seus serviços na área de bibliotecas, a SMC, segundo o texto “Diretrizes da cidadania cultural”, buscou, *a princípio*, intervir em quatro aspectos: reforma, manutenção e conservação dos prédios; ampliação e atualização dos acervos; informatização do acervo e o aprimoramento do quadro funcional. Dissemos “a princípio” porque posteriormente, para além daquelas quatro iniciativas, foram também reativados e redimensionados serviços já existentes mas que não estavam sendo prestados, como é o caso do Ônibus-Biblioteca e da Caixa-Estante, além de outras iniciativas, tais quais a ampliação do horário de atendimento nas Bibliotecas de bairro ou a criação da Gibiteca Municipal Henfil. Tais iniciativas, de acordo com o discurso oficial, visavam reforçar o princípio de livre acesso à informação²⁴⁹.

Chamamos a atenção particularmente para os projetos dos Ônibus-Biblioteca e das Caixas-Estantes, que compunham um Sistema Móvel de Leitura e Informação através do qual buscava-se suprir as necessidades de uma população de periferia carente de equipamentos culturais. As Caixas-Estantes, que ficavam em entidades tais quais as Sociedade Amigos de Bairro, Clubes de Mães etc., abrigavam um acervo de 90 a 180 volumes, com obras de ficção e informativas, não existindo livros didáticos, posto que o objetivo era o de incentivar a leitura prazerosa, de lazer. A renovação do acervo efetuava-se de acordo com a demanda dos usuários e o empréstimo

²⁴⁸ CHAUI, M. S. Biblioteca e Cidadania. Jornal das Bibliotecas. São Paulo, ano 1, n° 2, jul. - ago. de 1990, p. 2.

²⁴⁹ São Paulo. Cidade. SMC. Diretrizes da Cidadania Cultural. Op. cit., cf. p. 3.

dos livros ocorria de forma semelhante à que se processava nos Ônibus-Biblioteca ou nas diversas bibliotecas municipais, isto é, pelo período de uma semana. E o projeto dos Ônibus-Biblioteca que, conforme sugere Vera Tokairim, representou de forma mais contundente o caráter público da rede de bibliotecas, parece ter surpreendido a muitos dos dirigentes da SMC em vista da extrema receptividade com que a população os acolheu, destruindo alguns preconceitos. Pensava-se, por exemplo, que o morador da periferia não teria interesse pela leitura ou que não zelaria pelo patrimônio público que seria destruído em pouco tempo, o que, com o tempo, se revelou um grande equívoco, posto que tais moradores não só se interessavam pela leitura, como também tomavam os devidos cuidados com os livros, que eram devolvidos na data certa.

Mas, retornemos àqueles quatro aspectos que a SMC resolveu intervir para buscar assegurar a qualidade dos seus serviços, a que nos referimos a pouco. Um vídeo intitulado “Descaso Público” serviu para, juntamente com a exposição fotográfica “Ruínas e Esperanças: fotos de um patrimônio em abandono”, documentar o estado de deterioração em que se encontravam as bibliotecas municipais, à semelhança dos demais espaços culturais. E o que estava previsto para se concretizar em, no máximo, dois anos, segundo artigo de Maria Conceição A. Sepúlveda, “se estendeu por toda a gestão e no último ano ainda havia obras de reparo estruturais por fazer”²⁵⁰.

Quanto à ampliação e atualização dos acervos, houve um grande investimento e, segundo o discurso oficial, após se enfrentar diferentes tipos de problemas — de licitação, orçamentários, burocráticos, com o Tribunal de Contas do Mu-

²⁵⁰ SEPÚLVEDA, M. C. A. Democracia, Cultura e Bibliotecas Públicas: a Gestão *Mexe com Tudo*. Pólis. São Paulo, n° 28, 1997, p. 49 - 59. Citamos a página 53. A autora é Bibliotecária e Organizadora do CDI - Centro de Documentação e informação do Instituto Pólis.

nício, dentre outros —, foram adquiridos cerca de “25.000 títulos estrangeiros [as obras estrangeiras abrangeram 87 países] e 30.000 títulos nacionais, totalizando aproximadamente 500.000 exemplares de livros, álbuns de história em quadrinhos, diapositivos e vídeos, que abrangem praticamente toda a produção editorial do país nos anos de 1990 e 1991”²⁵¹. E, conforme sugere o artigo de Sepúlveda, há que se considerar não só o gasto (ou investimento) de US\$ 5 milhões na compra de livros para suprir uma “carência histórica”, como também a forma pela qual foram escolhidas as obras. Segundo a autora, “participaram da escolha a direção e equipe das bibliotecas infantis e juvenis e das bibliotecas públicas; intelectuais e especialistas de diversas áreas do conhecimento, que, a partir de catálogos de editoras brasileiras e estrangeiras, escolheram a biblioteca fundamental das suas áreas”²⁵².

Por outro lado, em se continuando com a maneira habitual de identificação e catalogação dos livros, sem o desenvolvimento de um ágil processo de informatização, estimava-se que todos esses livros adquiridos somente chegariam ao público no ano de 2010²⁵³. Razão pela qual desenvolveu-se o sistema FAST-CAT, que “automatiza a seleção, aquisição, catalogação rápida e distribuição de acervos de livros”²⁵⁴ e o sistema de grande porte DOBIS LIBIS, que foi reavaliado e ampliado,

²⁵¹ São Paulo. Cidade. SMC. Guia Bibliográfico das Aquisições da SMC em 1990 - 1991. São Paulo, SMC, v. 1, 1992, p. III.

²⁵² SEPÚLVEDA, M. C. A. *Democracia, Cultura e Bibliotecas Públicas: a Gestão Mexe com Tudo*. Op. cit., p. 51.

²⁵³ São Paulo. Cidade. Secretaria Municipal de Cultura - Relatório de Avaliação - 1990. Op. cit., cf. p. 8.

²⁵⁴ MATTES, R. N. *Informatizar: Direito à Informação*. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 72. Raquel Mattes era Assessora de Informática da SMC na gestão de Marilena Chaui.

servindo não só ao processamento técnico, mas também ao usuário com a instalação de terminais em 10 bibliotecas de bairro.

Entretanto, parece que o papel atribuído pelos dirigentes da SMC para a informática não se limitava exclusivamente à agilização no processamento de informações, mas, mais do que isso, propunham que a informática fosse tratada como uma *questão política* e não como uma *questão técnica*, uma vez que, para eles, dela dependiam “transformações substanciais na máquina administrativa para desmontar o maior poder antidemocrático que vigora na prefeitura: a burocracia, baseada no segredo e no conhecimento dos escaninhos jurídicos do poder”²⁵⁵.

Para transformar as bibliotecas seria, no entanto, preciso buscar transformar também os funcionários que ali trabalhavam. Nesse sentido é implantado o *programa de formação permanente* “Leitor Infinito”, que visava transformar os funcionários das bibliotecas em *mediadores de leitura* e cujos pressupostos básicos eram: “pensar o servidor público não como recurso mas como fim; pensar os ‘usuários’ não como meros receptores de uma mercadoria, mas como cidadãos e como tais, com direito a usufruir serviços de qualidade; e, finalmente, recolocar o papel da mediação da leitura na biblioteca como modo de se contrapor às regras determinadas pela indústria cultural”²⁵⁶. O mediador de leitura passaria então a exercer o papel de “agente argumentativo que conhece a condição de sujeitos sociais no processo de transformação da cidade e que, portanto, opera com a noção de livre arbítrio para que ‘usuários’ passem

²⁵⁵ São Paulo. Cidade. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos (ACDH). Terceiro Esboço para a Discussão do Grupo “Democracia e Cidadania”. Op. cit., p. 37 - 8.

²⁵⁶ TOKAIRIM, V. L. Biblioteca do Cidadão. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 56.

à condição de 'leitores' — aqueles que escolhem os livros e fazem sua própria trajetória de leitura"²⁵⁷.

O "Leitor Infinito" foi, sem dúvida, o maior projeto de formação do quadro funcional desenvolvido naquela gestão — aliás, conforme nos lembra Sepúlveda, "foi, sem dúvida, o maior investimento na formação do trabalhador em toda a história das bibliotecas públicas"²⁵⁸ —, não obstante, outros projetos foram realizados, como "Gostar de Ler", desenvolvido entre junho e novembro de 1992, tendo por consultor o Professor Antônio Cândido, que visava a formação de uma comunidade de leitores; ou, então, o projeto "Contadores de História", desenvolvido a partir de 1991 junto ao Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, que visava imprimir uma linha de trabalho que privilegiasse a palavra, a linguagem literária, a expressão e o gesto do próprio contador, dentre outros projetos desenvolvidos.

Centro Cultural São Paulo (CCSP): entre reformas e projetos.

Dos 98 prédios públicos recebidos pela SMC em 1989, talvez o Centro Cultural São Paulo tenha sido um dos que estava em piores condições de funcionamento. No artigo "Praça Coberta ou Nave Louca?", o diretor do Centro, José Américo Motta Pessanha, descreve a situação física em que o CCSP se encontrava e, de certa forma, justifica que "trabalhou-se como se pôde, não como se quis, em espaços ainda danificados e diante de espaços 'mortos', que se tratava de conquistar para a ação cultural; fez-se o que espaços precários e, depois, em obras, permitiram que se

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 56.

²⁵⁸ SEPÚLVEDA, M. C. A. *Democracia, Cultura e Bibliotecas Públicas: a Gestão Mexe com Tudo*. Op. cit., p. 53.

fizesse — não o que se sonhou”²⁵⁹. No entanto, apesar de estarem “bem abaixo do que era desejado pela SMC e pelo Centro”, ainda assim, diz ele, lá foram desenvolvidas “muitíssimas e importantes ações culturais”²⁶⁰.

Para ilustrar de forma bem sucinta o trabalho desenvolvido no CCSP vale mencionar o seminário “A Violência e a Margem”, coordenado por Adauto Novaes e de iniciativa da Assessoria de Projetos Especiais, mas desenvolvido na Sala Adoniran Barbosa, do CCSP; a “Exposição Integrada Índios no Brasil”, dentro do projeto “V Centenário”, coordenada por José Américo Motta Pessanha; a efetiva participação da Divisão de Artes Cênicas e do Núcleo de Projetos Literários do CCSP no “500 Anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro”; o projeto “Dissonância”, a que nos referimos na introdução da presente dissertação.

O CCSP, conforme sugere José Américo, teria adotado duas perspectivas de trabalho: por um lado, funcionaria como “uma praça pública coberta” — compreendida como um espaço livre para os jovens virem se encontrar, conversar, estudar, namorar, ou para a família vir com as crianças para ver exposições, espetáculos e ir ao Circo Marimbondo — e, por outro, era tomado como “um centro de recepção, produção e irradiação cultural, com a incumbência, desde 1989, de patrocinar projetos culturais inovadores e experimentais, e realizar ações culturais de ponta, visando a alta qualidade e a exemplaridade”²⁶¹. E, segundo o diretor do Centro, as principais inovações trazidas por aquela gestão residiam, em primeiro lugar, na criação dos

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 64.

²⁵⁹ PESSANHA, J. A. M. *Praça Coberta ou Nave Louca?* In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989 - 1992. Op. cit., p. 64 - 8. Citamos a página 64.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, cf. p. 64.

²⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 64.

núcleos de literatura, de arquitetura e de eventos especiais; em segundo, na recuperação dos “acervos de arte e discos e da viagem etnográfica de Mário de Andrade”; e, por fim, na recusa do “*apartheid* cultural, imposto na cidade aos chamados ‘deficientes’ físicos e mentais”, reafirmando e ampliando assim um dos princípios constituintes do programa de cidadania cultural, qual seja, o direito de todo cidadão de usufruir e produzir cultura, tornando-se sujeito de suas ações²⁶².

Nesse sentido, processaram-se, de um lado, a implantação da Divisão Braille da Biblioteca Sérgio Milliet, “com programas de ampliação do acervo e de atividades em linguagens culturais (música, dança, teatro, literatura)” e, de outro, os programas realizados junto à psiquiatria do Hospital do Servidor Público Municipal, que permitiu “quebrar o *apartheid* imposto aos ‘doentes e deficientes’ mentais”²⁶³.

Teatros: o início de um processo de publicização e democratização.

De acordo com Carlos Miranda, Coordenador do Departamento de Teatros (DT), o trabalho desse Departamento, até 1989, restringia-se à gestão dos teatros municipais e das escolas de arte. E uma vez que o Teatro Municipal absorvia a maior parte do tempo e dos recursos do DT, com exceção dos “Meses Teatrais” da gestão Sábato Magaldi (quando, no período de baixa estação do teatro, correspondente às férias escolares do verão, os espetáculos que haviam obtido sucesso no centro

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 64.

²⁶³ Idem, *ibidem*, cf. p. 64. A este respeito, vale lembrar também a criação do serviço especial de empréstimo de livros aos deficientes físicos em suas residências, serviço relativo aos DBP e DBIJ, que foi regulamentado pela Lei 11.101, de 29/10/1991. São Paulo. Cidade. LEX - Legislação do Município de São Paulo. São Paulo, 2 ° semestre de 1991, p. 530 - 531.

eram apresentados nos teatros dos bairros), uma “programação morna, sem grandes elevações, dava a tônica das pautas aos teatros de bairro”²⁶⁴. E, por esta razão, comenta Carlos Miranda, o DT na gestão cultural de Marilena Chaui passou a atuar em separado do Teatro Municipal, podendo assim dedicar os devidos cuidados em relação à programação dos teatros de bairro, visando a elevação do seu nível e dos serviços prestados. Desse modo, o DT passou a co-patrocinar a criação e a produção de espetáculos, desenvolveu eventos comemorativos e atividades em conjunto com outras Secretarias, além de produzir e administrar “grandes eventos em espaços abertos”²⁶⁵.

Quanto ao Teatro Municipal, conforme nos informa Emilio Kalil, Diretor do DT, duas perspectivas teriam orientado o seu trabalho: a valorização dos Corpos Estáveis do Teatro Municipal e a valorização do próprio Teatro Municipal enquanto espaço público. A valorização dos Corpos Estáveis deveria se processar por duas vias: pela sua prioridade na pauta de espetáculos da Casa e, ao mesmo tempo, pela melhoria das condições materiais, administrativas, financeiras e artísticas para a “recuperação plena da qualidade de sua produção artística e cultural”. A valorização do próprio Teatro Municipal se processou mediante a criação do seu Conselho de Arte e do rigor e da seriedade adotados para estabelecer a programação anual de seus espetáculos, objetivando-se, por essa via, sublinhar a dimensão pública daquele espaço público que, por consequência, contava com regras claras e bem definidas para a sua utilização, anunciando ao empresariado cultural que o “caráter de casa de aluguel que

²⁶⁴ MIRANDA, C. & PEREIRA, M. L. Direito à Criação, Direito à Fruição: a Proposta para as Artes Cênicas. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989 - 1992. Op. cit., p. 59.

²⁶⁵ Idem, ibidem, cf. p. 59.

o Teatro Municipal de São Paulo vinha adquirindo nas últimas décadas” estaria chegando ao fim²⁶⁶.

Por outro lado, buscando traduzir uma das diretrizes do programa de cidadania cultural — o direito ao acesso e à fruição da cultura —, “o teatro democratizou-se”. De um lado, eram realizados espetáculos gratuitos ou a preços populares e, de outro, foram alterados os horários de apresentação dos Corpos Estáveis, “passando das 21 horas para as 19h30 (durante a semana) e para as 10h. e 17h. aos domingos, garantindo que trabalhadores do centro da cidade, jovens, crianças e idosos pudessem freqüentar a casa com maior facilidade”²⁶⁷.

Conforme sugere o discurso oficial e conforme à época noticiava a imprensa, esse novo estilo de gestão do Teatro Municipal não deixou de render algumas polêmicas, levando inclusive a secretária a ter que prestar esclarecimentos junto ao Tribunal de Contas do Município, num episódio que se revelou de fundo eminentemente político, uma vez que o Tribunal não constatou ausência de probidade administrativa nem a existência de lesão ao erário público²⁶⁸.

Demonstrando um ar de satisfação com o redimensionamento do trabalho desenvolvido no Teatro Municipal ao longo de sua gestão, a secretária comenta: “A qualidade do Balé da Cidade, dos Corais e do Quarteto de Cordas, o atri-

²⁶⁶ KALIL, E. Diretrizes para o Trabalho Artístico. In: São Paulo. Cidade. Cidadania Cultural em Ação - 1989 - 1992. Op. cit., cf. p. 50.

²⁶⁷ Idem, ibidem, p. 50.

²⁶⁸ CHAUI, M. S. Chaudi acusa empresários de prática do “terror”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 mar. 1990. Nesse artigo revela-se a polêmica entre o Teatro Municipal e o Mozarteum que, habituado a utilizar os espaços públicos como se privados fossem, primeiro solicita e depois passa a pressionar para conseguir 27 datas (ou nada) para si, quando a direção do TM cedia apenas 15.

moramento lírico (de que o 'Trittico' de Puccini, em 1992, foi a demonstração cabal), os depoimentos escritos deixados no TM por artistas brasileiros e estrangeiros, o aperfeiçoamento dos técnicos (de palco, costureiras, administrativos), o investimento na manutenção e equipamento e a gigantesca obra de restauro (realizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico) demonstram que a *concepção republicana do que é público* e a *perspectiva democrática dos direitos* deram ao TM vitalidade, paixão e dignidade²⁶⁹.

3. 3. Cidadania cultural: um conjunto de resultados.

A partir do discurso oficial, vimos definindo o conceito de cidadania cultural enquanto um programa e uma ação e a partir da avaliação que, em 1991, Marilena Chaui e mais seis secretários de Cultura de municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores, fizeram de suas gestões culturais²⁷⁰, iniciamos a apresentação do conjunto de resultados enquanto mais uma dimensão do referido conceito.

²⁶⁹ CHAUI, M. S. Teatro Municipal de São Paulo 80 Anos: da Exclusão à Cidadania. In: São Paulo. Cidade. *Cidadania Cultural em Ação - 1989 - 1992*. Op. cit., p. 49.

²⁷⁰ Os secretários da cultura a que nos referimos acima são: Celso Frateschi (Secretário de Educação, Cultura e Esportes de Santo André / SP); Geraldo Lemos (Secretário da Cultura de Ipatinga / MG); Jefferson Goulart (Secretário da Cultura de Piracicaba / SP); Luís Pilla Vares (Secretário da Cultura de Porto Alegre / RS); Luís Roberto Alves (Secretário da Educação e da Cultura de São Bernardo / S.P.); Marilena Chaui (Secretária da Cultura e de Esportes de São Paulo / S.P.); Vera Viana (Secretária da Cultura e Esportes de Vitória / ES); Cf. CHAUI, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. *Teoria & Debate*. Op. cit., p.11 - 7.

Fazendo um balanço do desempenho de suas secretarias, os secretários diziam ter ampliado serviços, criado outros, multiplicado programas e atividades, construído ou reformado espaços e que uma comparação quantitativa entre eles e outros governos lhes conferiria “vitória inconteste”²⁷¹. Entretanto, apesar da “vitória inconteste”, os secretários mostravam-se insatisfeitos, porque, para eles, o simples fato de fazerem comparações já seria extremamente significativo, pois revelaria que até então *não teriam redefinido o campo da cultura*, restando-lhes apenas os dados quantitativos para se compararem e se diferenciarem dos demais governos. Eles argumentavam que mantiveram, ampliaram e melhoraram o que tradicional e convencionalmente se chama cultura (bibliotecas, teatros, vídeo, dança, música, pintura, escultura, literatura, patrimônio histórico), mas que não teriam sido capazes de reinventar o conceito de cultura, ou inventar outras práticas culturais, e que nem teriam conseguido sair do campo convencional instituído. Postavam-se como governos de esquerda que não teriam sido capazes “— senão de modo esporádico e episódico — de propor uma outra prática e outro conteúdo para a cultura”²⁷². E, além disso, diziam não ter obtido êxito em “formar um coletivo disposto a alterar as telecomunicações, a intervir com grande força nas televisões e rádio locais, e criar rádio e televisões comunitárias alternativas” e, assim como no partido não teriam interferido na política através da discussão cultural, nas secretarias ainda não teriam feito da cultura uma forma de intervenção contra o mercado da mídia e contra a indústria cultural. Os secretários lembravam que, se por um lado, eles haviam promovido alguns encontros, trocado experiências e atividades entre as secretarias, por outro, não teriam sido capazes de “formar um coletivo para

²⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 15.

²⁷² Idem, *ibidem*, p. 15.



uma ação nacional” (tal qual teriam feito os secretários de finanças), nem para uma “ação partidária” (ao estilo das secretarias de transporte e de saúde)²⁷³.

Após esse rápido relato da auto-avaliação que os sete secretários de cultura fizeram acerca de suas gestões, vale compará-la com a avaliação que, ao final de 1992, Marilena Chaui faz especificamente de sua gestão cultural e dos resultados que julga ter alcançado com o projeto de cidadania cultural.

Marilena Chaui comenta que, em 1989, observando o mapa da cidade de São Paulo, podia-se constatar que os equipamentos culturais estavam concentrados entre as margens dos rios Pinheiros e Tietê. Objetivando alterar esse quadro, a secretária teria enviado ofícios a todos os administradores regionais, perguntando se na sua região existia algum terreno no qual a população reivindicasse a construção de um centro cultural, ou algum edifício público desocupado. A partir das respostas positivas que recebeu, teria criado espaços culturais em todas as regiões da cidade²⁷⁴.

Além da expansão dos espaços culturais em diversas regiões da cidade, a secretária assegura também o aumento da frequência às bibliotecas, aos setores de pesquisa (DPH e Divisão de Pesquisas), aos cursos e oficinas das Casas de Cultura, aos *workshops* especializados do Centro Cultural São Paulo, aos seminários, colóquios e congressos etc. Para ela, isso tudo indicava que as diretrizes inspiradas à

²⁷³ Idem, *ibidem*, p. 15.

²⁷⁴ CHAUI, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. Op. cit., p. 53. Esse assunto também reaparece no artigo “Uma opção radical e moderna: democracia cultural”, no qual Marilena Chaui comenta que uma vez feito o exame dos mapas da SMC de 1989 e de 1992, constata-se que a cultura tornou-se presente em toda a cidade, diferentemente da situação encontrada no início de sua gestão.

luz do conceito de cidadania cultural segundo as quais a cultura seria tratada como trabalho da criação e direito de todos teria deitado raízes na cidade²⁷⁵.

Mencionando as atividades desenvolvidas sob as diretrizes do programa de cidadania cultural, a secretária comenta, de forma sumária, acerca de quatro direitos fundamentais que, a seu ver, foram garantidos: direito à informação, direito à fruição cultural, direito à produção cultural e direito à participação nas tomadas de decisões relativas à cultura.

Segundo Marilena Chaui, um amplo espectro de atividades foram desenvolvidas pela SMC para assegurar o *direito à informação*. Tratava-se de um conjunto de serviços e procedimentos que iam desde a informatização dos acervos das bibliotecas, passavam pelos cursos de aperfeiçoamento dos seus funcionários para um melhor atendimento ao público, pela elaboração de seminários, palestras, cursos sobre “questões básicas da cidade”, chegando até à publicação de livros, revistas, boletins guias e agendas culturais²⁷⁶.

²⁷⁵ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Op. cit., cf. p. 31.

²⁷⁶ Assim, de acordo com as próprias palavras da secretária, o direito à informação ficava assegurado “pelos serviços das bibliotecas, com ampliação e automação dos acervos, cursos de aperfeiçoamento para funcionários das bibliotecas (para orientação dos leitores) e programas de estímulo à leitura para a população adulta (Gostar de Ler) e infanto-juvenil (Contadores de História, Caracol da Imaginação); pelos serviços do Patrimônio Histórico, voltado tanto para pesquisadores dos vários arquivos municipais, quanto para os frequentadores das Casas Históricas (cursos, exposições, visitas monitoradas), pelos programas de socialização dos conhecimentos especializados para os memorialistas do projeto de Memórias Social do Cotidiano, pelos serviços às crianças e adolescentes com o programa de Circuito Histórico e pela realização de congressos, seminários, colóquios, cursos e aulas públicas vinculados a projeto de Direito à Memória: pelos cursos, debates, seminários, exposições, oficinas e laboratórios artísticos e o projeto UniverCidade dos

O *direito à fruição cultural*, segundo a secretaria, foi garantido tanto pela criação de programas gratuitos, promovidos pela SMC (São Paulo Música e Dança, Som do meio Dia, Venha ao Vale, Circo Marimbondo), quanto pela democratização ao acesso aos teatros, (tanto pela reformulação dos horários dos espetáculos quanto pela realização de espetáculos gratuitos e a preço populares). Para ela, tal direito foi assegurado pelos programas de teatro infantil, pelas exposições de artes, pela cessão dos espaços da SMC para mostras culturais regionais, nacionais e internacionais ligadas a etnias e identidades, além de outras iniciativas envolvidas por esse espírito, isso sem falar nas reformas, restaurações, manutenções dos espaços culturais e aquisição de equipamentos e acervos para seu pleno funcionamento²⁷⁷.

Quanto ao *direito à produção cultural*, a secretaria afirma que também foi assegurado, posto que a SMC não só a subvencionou como também criou condições para o seu desenvolvimento tanto no campo das belas-artes, como no campo da Memória Social do Cotidiano, auxiliando tecnicamente e cedendo seus espaços para que diversos projetos se concretizassem²⁷⁸.

Bairros, realizados nas Casas de Cultura, além de aulas públicas e mostras culturais regionais; pelas aulas públicas, palestras, debates e cursos sobre as questões básicas da cidade (...) realizados pela Ação Cultural Regionalizada, juntamente com outras Secretarias Municipais, entidades de movimentos sociais de várias regiões da cidade (...); pelos cursos, ciclos de debate, ciclos de vídeo, publicações, exposições e eventos sobre os direitos fundamentais das pessoas e do cidadão, realizados pelos Projetos Especiais; pela recuperação e ampliação dos arquivos municipais (...); pela publicação de livros, revistas, boletins, catálogos, guias e agendas culturais”. Idem, *ibidem*, p. 32 - 3.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 34.

²⁷⁸ Nas palavras da própria secretária, o direito à produção cultural teria sido assegurado “pelos programas de subvenção e auxílio à produção cultural (...); pelos trabalhos coletivos e individuais de



Para assegurar o direito à participação nas tomadas de decisões relativas à cultura, conforme sugere a secretária, foram tomadas uma série de medidas, das quais, destacamos: a implantação dos colegiados de gestão em todos os departamentos e coordenadorias da SMC; a implantação dos colegiados de co-gestão nas Casas de Cultura; o estímulo à auto-organização cultural em Fóruns Regionais de Cultura (Casas de Cultura e Ação Cultural Regionalizadas); a formação de comissões com representantes da sociedade civil, dos funcionários e da direção da SMC, afim de que,

criação artística nos laboratórios e oficinas das Casas de Cultura, dos Teatros Distritais e do Centro Cultural de São Paulo; pelos trabalhos coletivos e individuais de Memória Social, realizados nas Casas Históricas; pela criação da Orquestra Experimental de Repertório, reimplantação da Orquestra Sinfônica Jovem e valorização dos Corpos Artísticos e Docentes com novo sistema de cargos e carreiras, dos historiógrafos, arquivistas e museólogos, também com projeto de criação e reestruturação de cargos e carreiras; pelos festivais anuais de teatro amador; pelo apoio dado aos cartunistas, com a criação da Gibiteca Municipal Henfil; pela publicação de obras sob a forma de co-edições; pelo trabalho das Escolas Municipais de Arte, cuja grade curricular, forma de seleção e avaliação foram inteiramente reformuladas para garantir ampliação das atividades, melhora de qualidade e maior número de alunos; pela regulamentação, implantação e funcionamento da Lei de Incentivos Fiscais à Cultura e do PIC (apoio ao cinema); pela produção integral (...) de três óperas nacionais, pelo Teatro Municipal: 'Zero', 'Dom Casmurro', e 'Ópera dos 500'; pela implantação, em caráter experimental, do primeiro núcleo da Escola de Imagem (cinema e vídeo), destinada a trabalhadores que não podem cursar as escolas existentes por problemas financeiros e de horários; pelo apoio aos jovens artistas plásticos ainda não absorvidos pelo mercado de arte, com o projeto A Arte na Escola Pública, da Divisão de Artes Plásticas do Centro Cultural de São Paulo; pela implantação de salas de ensaio para grupos teatrais da cidade; pelos cursos e *workshops* de artes cênicas, destinados a profissionais da área, realizados pelo Departamento de Teatros e Divisão de Artes Cênicas do Centro Cultural São Paulo; pela implantação do Mês Teatral (teatro e prosa) no Teatro Municipal". Idem, *ibidem*, p. 34 - 6.

conjuntamente, decidissem quanto aos programas dos Projetos Especiais, bem como em relação ao lançamento de editais e ao julgamento de projetos a serem subvencionados; as “audiências públicas com a população” para a formulação dos orçamentos anuais de cultura²⁷⁹.

Quanto às tradições encontradas no início de sua gestão no que se refere ao trato da cultura pelo estado (“a oficial autoritária, a populista e a neoliberal”), Marilena Chaui afirma que não só as recusaram uma a uma como também construíram uma quarta que “restringe o Estado à condição de prestador sócio-político de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe de nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, *de garantir direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações*”. E, diante dos resultados por ela apresentados acrescenta que “a decisão de tomar a cultura pelo prisma dos direitos e de realizar uma concepção democrática do trabalho e da vida cultural são possíveis, férteis e suscetíveis de multiplicação e inovação”²⁸⁰.

Por outro lado, a secretária sugere que a SMC teria conseguido imprimir a marca do Partido dos Trabalhadores na ação cultural e que esta manifestava-se na “mudança de comportamento”²⁸¹. Para ela, as pessoas teriam deixado de pro-

²⁷⁹ Idem, ibidem, cf. p.36. A criação do Conselho de Arte do Teatro Municipal; a implantação do Conselho Municipal de Preservação Histórica e Ambiental (COMPRESA); a implantação do Conselho Municipal de Cultura — cujo projeto de lei foi aprovado pela Câmara Municipal em novembro de 1992 —, completam o quadro sugerido por Marilena Chaui das medidas tomadas pela SMC afim de assegurar o direito à participação nas tomadas de decisões relativas à cultura.

²⁸⁰ Idem, ibidem, p. 36 - 7.

²⁸¹ CHAUÍ, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. Op. cit., p. 53.



curar a SMC como se esta fosse um “balcão que opera no varejo” e os projetos apresentados à Secretaria estariam “muito mais claros e definidos”²⁸². Tal mudança, em sua análise, devia-se ao estabelecimento de certas normas e princípios para ordenar a relação da SMC com o empresariado cultural, objetivando difundir “a noção de que se trata de bens públicos, que têm regras e que essas regras jamais seriam infringidas”²⁸³.

Segundo a secretária, a SMC, fundamentada pelo programa de cidadania cultural, conseguiu ampliar e melhorar os seus serviços; conseguiu traduzir os princípios de tal programa praticamente, tratando a cultura como um direito, como um trabalho de criação de obras nas mais diversas áreas, trabalhando com uma concepção ampliada de cultura e tratando os sujeitos sociais como sujeitos históricos, capazes de produzir sua memória; conseguiu — como propõem Lúcio Kowarick e André Singer — resgatar a tradição republicana e democrática, cultivando o cuidado pelos bens públicos que somente poderiam ser utilizados se submetidos a regras claramente definidas.

Se é assim, as conclusões a que chegaram os sete secretários de Cultura em sua auto-avaliação conjunta, de que as SMC's do PT haviam se curvado “à definição institucionalizada e institucional da cultura” e que haviam mantido a cultura no campo das belas-artes, parece ter perdido sua validade. De fato, a argumentação de Marilena Chaui, expondo os resultados da SMC de São Paulo, parece indicar que o projeto de cidadania cultural teria então produzido alguns resultados que, por ocasião daquela avaliação conjunta, ainda não haviam sido alcançados. Quais seriam, portanto,

²⁸² Idem, ibidem, p.53.

²⁸³ Idem, ibidem, p.53.

as possíveis explicações para, num intervalo de tempo de apenas um ano, se definirem de forma tão acentuada essas diferenças de resultados entre ambas avaliações?

Em primeiro lugar, talvez seja válido desenvolver um rápido comentário a respeito da própria concepção de avaliação. Se pensarmos a avaliação como algo estanque, absoluto, isto é, como algo que começa e termina enquanto perdurar o momento propriamente dito da avaliação, sem ligação com o passado ou com o futuro, acabaríamos por perceber uma contradição entre ambas avaliações, o que seria evitado — perceberíamos apenas uma diferença, ainda que acentuada —, se tomássemos a avaliação como um processo²⁸⁴. Sob esta perspectiva, a avaliação conjunta de 1991 seria compreendida apenas como um momento, que não se encerraria em si mesmo, dentro do processo geral de avaliação e, a de 1992, constituiria um novo momento que indicaria, segundo o discurso da secretária, que algumas das questões postas em 1991, haviam sido de alguma forma solucionadas.

Outra possível explicação talvez resida no público a quem ambas avaliações eram dirigidas. A de 1991, publicada na Teoria & Debate — revista trimestral do PT —, talvez possa ser pensada como um discurso interno, que estaria convidando o Partido dos Trabalhadores a refletir mais detidamente sobre a questão cultural, posto que o perfil majoritário do público leitor seria composto por filiados ou sim-

²⁸⁴ Aliás, em se tratando de avaliação, segundo afirma Marilena Chaui e conforme os vários documentos e relatórios de avaliação podem confirmar, foi posto em prática o contínuo “exercício de auto-avaliação”, para que os dirigentes da SMC tivessem conhecimento dos resultados alcançados ao longo da gestão, podendo assim perceber “onde, como e por que a Cidadania Cultural se realizava com sucesso e onde, como e por que era malsucedida”. CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Op. cit., cf. p. 18.

patizantes do partido e, a de 1992, por sua vez, parecia ser dirigida ao grande público, daí talvez o espírito de missão cumprida que ela busca transmitir.

Por outro lado, algumas iniciativas que se processaram entre 1991 e 1992, talvez expliquem, por outra via, a diferença de resultados percebidos por ambas avaliações. Segundo Hamilton Faria, tanto a implantação das Casas de Cultura — “que deveriam ser um dos pólos da inversão de prioridades” —, quanto da Ação Cultural Regionalizada — “que possibilitaria ampliar a ação cultural com o envolvimento da população através de 13 coordenadorias regionais de cultura” —, somente efetivaram-se plenamente *no último ano*. E, segundo sua avaliação, se elas fossem viabilizadas desde o início, “com certeza teriam dado maior densidade ao projeto cidadania cultural criando uma maior aproximação da Secretaria com a sociedade, uma relação mais viva e uma efetiva inversão de prioridades ao potencializar a cultura em regiões necessitadas”²⁸⁵. Em vista de uma concepção tradicional de cultura e de seu habitual tratamento por parte do poder público, diz ele, a cidade tinha dificuldade de compreender “o vôo ousado a que se lançara a gestão, *principalmente no último ano*, mas, mal ou bem, durante todo o percurso”²⁸⁶.

Maurício Faria, que era vereador do Município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores no período 1989 a 1992, em entrevista concedida a Hamilton Faria e Valmir de Souza (Instituto Pólis), quando comentava a respeito do possível impacto dos Projetos Especiais na cidade, declara: “quando se tratava da questão prá-

²⁸⁵ FARIA, H. Uma Política Cultural para a Cidade de São Paulo. *Pólis*. São Paulo, n° 28, 1997, p. 11 - 21. Confira as páginas 15, 16 e 17. Hamilton Faria é Diretor do Instituto Pólis, Membro da Secretaria-Executiva do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Poeta; Professor Universitário.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*, cf. p. 17 - 8.



tica, *sobretudo nos três primeiros anos*, a coisa emperrava um pouco, a coisa não tinha fluência, não tinha a amplitude que seria desejável”²⁸⁷; o que nos leva a inferir que no *último ano* a questão prática passou a fluir um pouco melhor, servindo assim como uma possível explicação para a diferença de resultados existentes entre ambas avaliações.

Para além dessa discussão inicial, há uma outra que nos parece central dentro da análise que vimos promovendo, qual seja, em que momento o conjunto de resultados que o discurso oficial anuncia ter alcançado à luz da cidadania cultural, revela-se fruto justamente do projeto de cidadania cultural? Ou, em outros termos, o que há especificamente do projeto de cidadania cultural nos resultados apresentados por Marilena Chaui no balanço final de sua gestão?

Para problematizarmos esta questão, trazemos à tona um interessante e provocativo artigo, de Cláudio Willer²⁸⁸. Cabe, no entanto, lembrar que Willer escreve seu artigo com um objetivo diferente do nosso. Sua preocupação reside em fazer uma avaliação da gestão de Marilena Chaui. A nossa, é a de apontar o que há de inaugural e inovador no conceito de cidadania cultural tal qual é posto pelo discurso oficial. Willer busca, em caráter introdutório, examinar a coerência e/ou as contradi-

²⁸⁷ FARIA, M. Desafios do Projeto Cidadania Cultural. [Entrevista concedida a Hamilton Faria e Valmir de Souza no dia 09/03/1994]. *Pólis*. São Paulo, n° 28, 1997, p. 31 - 41. Citamos a página 39.

²⁸⁸ WILLER, C. Administração Cultural em São Paulo: 1989 - 1992 (uma discussão preliminar). *Pólis*. São Paulo, n° 28, 1997, p. 43 - 8. Duas notas explicativas acompanham o presente artigo: uma sobre o autor, que é escritor e poeta, que presidiu a União Brasileira de Escritores de 1988 a 1992 e que, a partir de 1994, passou a trabalhar como Assessor Cultural na SMC de São Paulo

²⁸⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 43.

²⁹⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 43.

ções entre o discurso e a prática. Nós, mantemo-nos apenas no nível do discurso oficial e se em determinados momentos versamos sobre a prática, isto o fazemos a partir do referido discurso.

O referido artigo pode ser dividido em três partes. Na primeira delas, o autor destaca os méritos da gestão de Marilena Chaui; na segunda, questiona seus fundamentos teóricos; e, na terceira, aponta o que ele considera ser as falhas de tal gestão cultural.

“A gestão de Marilena Chaui à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo”, diz Willer, “destacou-se em um período sombrio na história da administração cultural pública brasileira”. E, acrescenta: “Por um efeito de contraste, tornam-se mais visíveis suas qualidades”²⁸⁹. Willer passa então a comentar a “política de terra arrasada” que vinha sendo promovida pelo governo federal, reservando também um espaço, dentro do que ele chama de “pontos baixos da administração cultural”, tanto para os primeiros dois anos e meio do governo Fleury, “com a interrupção desnecessária de programas de seu antecessor”, como também para o governo municipal e os antecessores de Marilena Chaui, “responsáveis diretos por dificuldades que ela teve que enfrentar”²⁹⁰.

Willer sugere que, ao menos em parte, “tais desastres na administração cultural” estão relacionados com o modo pelo qual se processou a redemocratização brasileira, “através de um rearranjo e acomodação de forças, sem uma ruptura pública como *sinuismo de res publica*, em que Marilena tanto insistiu”²⁹¹.

no Governo Paulo Salim Maluf; a outra, sobre o artigo, que foi escrito em 1993 e que por isso

sofreu pequenas correções para atualizá-lo.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 43.

real com o *status quo* anterior”. Motivo pelo qual, diz ele, faltou uma “renovação efetiva nas práticas da administração pública e nos seus compromissos com o interesse da sociedade”. Por isso, comenta Willer, “desde o início dos anos 80 sucederam-se ocupantes de cargos públicos que não aparentam viver qualquer contradição entre um discurso democratizante e uma prática autoritária, reincidindo nos mesmos velhos métodos de administração pública, fiéis à tradição que permite configurar o Brasil como sociedade cartorial”²⁹¹. Na sequência imediata do texto, o autor comenta que tal ruptura não chegou a ocorrer plenamente no governo de Luiza Erundina e que talvez nem fosse o caso de cobrá-la, tendo em vista “os limites de uma administração municipal navegando contra a correnteza sem perspectiva de apoio por parte das forças políticas instaladas no governo federal e estadual”. E, por tudo isso, conclui Willer, “o mérito maior que pode ser atribuído à gestão de Marilena Chaui foi ter sido capaz de reverter um processo de sucateamento da Secretaria Municipal de Cultura, corrigindo suas conseqüências e entregando-a a seu sucessor no cargo em muito melhor estado do que a encontrou”²⁹².

Com isso, Willer não pretende dizer, conforme ele próprio comenta, que Marilena Chaui tenha se limitado “ao papel de mestre de obras, executora de reformas e reparos”. Ele destaca diferentes atividades e iniciativas daquela gestão, que vão desde ciclos de palestras, passam pela “honestidade e transparência no trato de algumas questões essenciais”, chegando até à valorização e “aplicação da idéia de república como sinônimo de *res publica*, em que Marilena tanto insistiu”²⁹³.

²⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁹³ Idem, *ibidem*, cf. p. 43 - 5.

É neste momento que Willer principia o que consideramos a segunda parte do texto — o questionamento da fundamentação teórica. “Onde a gestão de Marilena Chaui suscita indagações”, diz ele, “é ao ser confrontada com seu próprio programa de trabalho”. “Seu projeto”, comenta Willer, “nem de longe era apenas fornecer uma programação de qualidade e administrar da melhor forma possível os equipamentos da Secretaria”. E, pouco adiante, prossegue: “O que se esperava, além de uma administração competente, era a execução do programa do PT e de suas contribuições pessoais, da própria Marilena, a esse programa; que houvesse avanços significativos na realização da democracia cultural”²⁹⁴.

A principal indagação de Willer é relativa à própria idéia de cidadania cultural e de consolidação dos direitos culturais. E, ao referir-se aos resultados apresentados por Marilena Chaui em sua avaliação final, aos quais nos reportamos acima, o autor argumenta: “no entanto, a maior parte do que está arrolado nesse balanço final corresponde ao que qualquer administração cultural honesta e competente deveria fazer”. E acrescenta: “Se tudo isso é exercício da cidadania cultural, então outras administrações também a exerceram”²⁹⁵.

Sob esse raciocínio, Cláudio Willer sugere a existência de apenas duas alternativas: ou algumas administrações “do PMDB no governo estadual de São Paulo, de outros partidos em outros lugares, e mais a administração federal em seus melhores momentos, também promoveram avanços na prática da cidadania cultural; ou então, o conceito de cidadania cultural, usado desse modo com essa amplidão de significado, vai perdendo seu sentido, esvaziando-se à medida que se torna sinônimo de

²⁹⁴ Idem, ibidem, p. 45.

²⁹⁵ Idem, ibidem, p. 45.



administração cultural capaz de cumprir suas obrigações”. E a observação de que muitos dos programas implementados na gestão cultural de Marilena Chaui tiveram continuidade na “administração Konder”, viria acentuar o paradoxo proposto pelo autor, que arremata dizendo que isso tudo demonstra “que os conceitos de cidadania e democracia cultural foram mesmo utilizados de modo impreciso e demasiadamente amplo”²⁹⁶.

De resto, dentre os resultados propostos pela secretária, o autor classifica como sendo “específico da cidadania e democracia cultural, aquilo que não chove no molhado ou é recorrente com relação a programas e práticas de outras matrizes ideológicas e correntes partidárias, (...) o direito à participação, incluindo coisas como a co-gestão nas Casas de Cultura, criação de um Conselho do Teatro Municipal, implantação do COMPRESP e de um Conselho Municipal de Cultura”. E argumenta que “é justamente nesse campo, da institucionalização de meios de participação democrática, que podem ser apontados erros, falhas, omissões e atrasos desnecessários”²⁹⁷.

Por essa linha de raciocínio, o autor prossegue suas críticas até o final do texto apontando o que ele considera as falhas daquela gestão cultural — aí começa, em nossa divisão, a terceira parte do artigo.

Willer questiona a composição do Conselho do Teatro Municipal, que não contava com entidades e instituições exteriores à tal órgão, mas com seus corpos estáveis. A mesma crítica era dirigida ao COMPRESP que teve a maioria de seus membros indicados pela própria prefeitura e a minoria procedia da sociedade civil. Também é alvo de suas críticas a demora de mais de dois anos para a implantação do

²⁹⁶ Idem, ibidem, p. 45.

²⁹⁷ Idem, ibidem, p. 46.



Conselho Municipal de Cultura, que acabou ocorrendo na administração seguinte, devido “às pressões e exigências de entidades culturais interessadas em sua existência”²⁹⁸.

No que se refere às Casas de Cultura e à Ação Cultural Regionalizada, Willer diz que “foram dadas inúmeras voltas para não se chegar a lugar algum”. Apesar da secretária e de sua equipe serem críticos do populismo, para o autor cabia indagar se tais projetos não teriam incorrido nos mesmos tipos de erro do projeto “cultura na cidade” da gestão Covas-Guarnieri, ambos carecendo de uma certa dose de paternalismo para existir. De acordo com ele, os dois projetos das diferentes gestões pareciam superestimar o “nível de organização e vitalidade de movimentos populares de cultura, associações culturais de bairros e periferia etc., atribuindo-lhes um alcance que na realidade não tinham”. Em ambas ocasiões, a história se repetia: terminada a gestão, tais movimentos, grupos e demais modalidades associativas se desarticulavam. Em vista disso, indaga Willer: “o que, disso tudo, era composto por algum tipo de organização apartidária ou suprapartidária, ou por quadros militantes respectivamente do PMDB e adjacências, entre 1983 e 1985, e do PT, entre 1989 e 1992?”. E, conclui: “a imediata mudança de orientação nessa área só foi possível por causa de uma *fragilidade intrínseca do projeto* (...) para que ele prosperasse, caso o PT houvesse conseguido eleger o sucessor de Erundina, teria sido necessário um disfarçado paternalismo, uma certa dose de tutela por parte da administração pública”²⁹⁹.

Contrastando com essas descontinuidades, por sua capacidade de resistência e sobrevivência, destacam-se, de acordo com ele, as chamadas entidades, os sindicatos e representações associativas, tais como a União Brasileira de Escritores, o

²⁹⁸ Idem, ibidem, cf. p. 46.

²⁹⁹ Idem, ibidem, cf. 46 e 47.

Sindicato dos Artistas, a Associação dos Cineastas etc. No entanto, tais modalidades associativas, segundo Willer, teriam recebido pouca atenção por parte da secretária e sua equipe, no início, e acabaram ocupando um espaço em vista da ausência de outros interlocutores não-governamentais.

Os dois últimos pontos criticados por Willer dizem respeito à relação entre a gestão cultural pública e a indústria cultural, por um lado, e à questão da burocracia na administração pública, por outro.

Willer comenta acerca do “tremor de terra abalando o prédio do MASP durante o *show* de Daniela Mercury”, bem como das “multidões acorrendo ao Anhangabaú para ver alguns dos astros do ‘*show business*’”, que indicariam não ter havido a pretendida “separação radical” ou “relação antagônica” entre a ação da SMC, de um lado, e os interesses da indústria cultural, de outro. Logo em seguida ele sugere se não seria o caso de se perguntar “se aqui, assim como na questão da cidadania cultural e das tentativas de democracia direta ou participativa, não seria necessário um avanço teórico, um maior refinamento conceitual na compreensão da ação dos monopólios da comunicação, e no planejamento das estratégias para enfrentá-los”³⁰⁰.

Por fim, Willer comenta que “a ação maléfica, intrinsicamente imobilista, da burocracia na administração pública foi exemplarmente analisada nos depoimentos e relatórios de Marilena Chaui e sua equipe. Contudo”, prossegue ele, “em momento algum foi apresentado um projeto viável e consistente de reforma administrativa (por exemplo, a descentralização através da criação de fundações culturais)”. E conclui: “Provavelmente, a gestão de Marilena Chaui terá deixado, como contribuição, não só o respeitável elenco de suas realizações efetivas, mas também a demonstração

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 47 - 8.



da urgência de se avançar na compreensão de questões como a da democracia cultural, da ação da indústria cultural e da reforma administrativa e desburocratização dos órgãos públicos³⁰¹.

Pensamos que tais críticas podem ser recebidas e interpretadas de diferentes maneiras. Recebê-las e interpretá-las como sendo críticas de fundo eminentemente político e, à partir da mesma perspectiva, refutá-las, parece ser o caminho mais fácil, contudo, não o melhor em se tratando de um trabalho acadêmico. Das questões propostas por Cláudio Willer, a que nos interessa mais diretamente — uma vez que não é nosso objetivo avaliar a gestão cultural de Marilena Chaui, mas, tão somente buscar destacar o que há de novo e inaugural no conceito de cidadania cultural posto pelo discurso oficial — diz respeito à referida amplidão de significados com que é usado o conceito de cidadania cultural.

Willer argumenta, como vimos a pouco, que o conceito de cidadania cultural, usado com tamanha amplidão de significado, acaba perdendo seu sentido e acaba por esvaziar-se à medida que se torna sinônimo de “administração cultural capaz de cumprir suas obrigações”. Para ele, tal argumento é reforçado pela simples observação de que muitos dos programas implementados na gestão cultural de Marilena Chaui tiveram continuidade na “administração Konder”; tudo isso, de acordo com ele, serviria para demonstrar “que os conceitos de cidadania cultural e democracia cultural foram mesmo utilizados de modo impreciso e demasiadamente amplo”.

O discurso oficial, ao que parece, proporciona uma resposta geral a tal questão. A prioridade estabelecida pela Secretaria da Cultura, cuja característica estaria em “*perpassar todas as atividades, todos os programas e todos os departa-*

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 48.

mentos da SMC” com a idéia da “*cultura como direito do cidadão*”, faria com que os diversos projetos, de diferentes departamentos da SMC se articulassem *numa só direção e finalidade*: desfazer o estigma cultural que separaria o centro (avançado) da periferia (carente). Assim, ao dar prioridade não a algum setor ou departamento daquela Secretaria, mas, a todos, o que estaria movendo a SMC, segundo o discurso oficial, seria uma “*visão integrada da cultura*” que lhe permitiria “*ser múltipla, diferenciada, seguir diferentes temporalidades, e, simultaneamente, ser totalizante*”.

Ora, se a idéia de tratar a cultura como um direito seria um dos pilares do conceito de cidadania cultural e se a prioridade daquela Secretaria, conforme nos sugere o discurso oficial, consistia em fazer com que tal idéia perpassasse todos os departamentos e alcançasse todas as atividades da SMC, o que seria de se esperar, a nível do discurso oficial, quanto ao local e às atividades onde os resultados seriam anunciados? Em outros termos, quais resultados teriam traduzido para a prática os princípios do programa de cidadania cultural? Todos aqueles, responderia o discurso oficial, que teriam tratado a cultura como um direito (à fruição, à informação, à produção e à participação) de todo cidadão — sem exclusões e sem privilégios —; que a teriam tomado como um trabalho — deslocando o enfoque para o campo da produção da cultura ao invés de mantê-lo no campo do consumo e do mercado —; que teriam mostrado que o Estado não é produtor de cultura, mas que deve propiciar condições para que esta se desenvolva; que teriam trabalhado com uma concepção ampliada da cultura, ao invés de restringi-la às belas artes; que teriam tomado os sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social.

Willer parece preferir pensar que todos os resultados que, segundo o discurso oficial, teriam propiciado tais situações, à partir de uma única prioridade,

não são fruto de uma política inspirada à luz do conceito de cidadania cultural, mas ao contrário, que o próprio conceito vai esvaziando-se e acaba por se tornar sinônimo de uma “administração cultural capaz de cumprir suas obrigações”. De nossa parte, podemos apenas dizer que, sob esse aspecto, não encontramos incoerência no discurso oficial.

É por isso que, atividades isoladas, realizadas por outras gestões culturais, mesmo que em concordância com algumas das perspectivas acima mencionadas — justamente por serem atividades isoladas e por traduzirem apenas algumas das referidas perspectivas —, não representariam, como propõe Cláudio Willer, “avanços na prática da cidadania cultural”; podendo, não obstante, terem significado importantes contribuições no sentido de democratização da cultura. Aliás, neste sentido, conforme sugere o próprio discurso oficial, a construção do conceito de cidadania cultural pautou-se também tanto pela recusa de algumas tradições como pelo resgate de outras experiências democratizantes no campo da cultura.

Por outro lado, em relação à observação mencionada por Willer, de que muitos dos projetos da gestão de Marilena Chaui tiveram continuidade na “administração Konder”, talvez a melhor consideração sobre o assunto tenha sido formulada pelo próprio Rodolfo Konder. Em entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 1992, ao “Caderno 2”, quando questionado acerca das metas de seu projeto para a SMC — naquele momento ainda em fase de confecção —, Konder respondeu: “*Cada setor da Secretaria vai apresentar suas propostas e prioridades e nós vamos montar um plano de ação com as prioridades para o primeiro ano de gestão*”. E, pouco adiante, quando questionado acerca de se pretendia “manter o projeto de cidadania cultural que Marilena Chaui lançou”, após tecer algumas considerações acerca da “propriedade” do conceito, ele conclui dizendo: “Nossa gestão não será contra nada



do que estava sendo feito, será a favor de *alguma coisa nova que achamos estar surgindo*, e que inclui a preservação de um patrimônio e o fomento à produção”³⁰².

Como pode-se perceber, já na forma de montar o projeto começam as diferenças. Se, na gestão cultural de Marilena Chaui, foi eleita *uma única prioridade* cuja característica estaria em “*perpassar todas as atividades, todos os programas e todos os departamentos da SMC*” com a idéia da “*cultura como direito do cidadão*”; na de Konder, cada setor apresenta as suas prioridades e a partir delas seriam estabelecidas as metas para o referido ano. Por outro lado, como sua gestão não seria *unicidade*. Procuramos apontar seus elementos inspiradores, sua base conceitual, sua relação com as tradições tanto do Estado quanto das esquerdas em lidarem com a cultura. Buscamos, por outro lado, inserir tanto o governo de Luiza Erundina quanto a gestão cultural de Marilena Chaui no panorama político nacional, discutindo continuidade, cabe indagar se a conotação recebida pelos projetos que tiveram continuidade teria sido a mesma que recebiam na gestão cultural de Marilena Chaui, SMC ao longo daqueles quatro anos e suas possíveis causas. Destacamos o trabalho uma vez que não mais eram unificados por um programa comum e por uma única prioridade.

³⁰² Konder quer diversidade na Secretaria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1992, Caderno 2, p. 1.

CONCLUSÃO

Desenvolvemos a presente dissertação apostando na existência de algo extremamente inaugural e inovador na história de nosso país, representado pelo conceito de cidadania cultural, tal qual ele aparece no discurso oficial. Com isso não pretendemos dizer, muito menos mostrar, que o referido conceito surgiu do nada e preencheu uma página em branco. Buscamos, muito pelo contrário, destacar sua historicidade. Procuramos apontar seus elementos inspiradores, sua base conceitual, sua relação com as tradições tanto do Estado quanto das esquerdas em lidarem com a cultura.

Buscamos, por outro lado, inserir tanto o governo de Luiza Erundina quanto a gestão cultural de Marilena Chaui no panorama político nacional, discutindo também, ao mesmo tempo, as alterações ocorridas com a própria dinâmica da SMC ao longo daqueles quatro anos e suas possíveis causas. Destacamos o trabalho do DPH, com os projetos de “história oral”, que buscavam recontar, reescrever a história da cidade de São Paulo pela ótica de migrantes, idosos, movimentos sociais etc., ou, então a louvável iniciativa desse mesmo Departamento de transformar a Casa do Sertanista na Embaixada das Nações Indígenas, alterando um capítulo da história oficial ensinada nas nossas escolas.

Procuramos conferir destaque às considerações de André Singer e Lúcio Kowarick, segundo as quais, o governo de Luiza Erundina teria conseguido resgatar uma tradição republicana e democrática e, nesse sentido, sugerimos que a SMC teria desempenhado um papel educativo ao normatizar e zelar pelo uso dos bens, dos recursos e dos espaços públicos.



Destacamos, por outro lado, não só a incumbência que Luiza Erundina teria atribuído à educação e à cultura, mas, sobretudo, a naturalidade como ela percebia tal entrelaçamento, uma vez que lembrávamos, na introdução deste texto, do percurso nem sempre afinado entre a história da educação e a história cultural.

Pensamos que todos esses comentários contribuem para uma melhor compreensão do que o conceito de cidadania cultural posto pelo discurso oficial da SMC de São Paulo no governo de Luiza Erundina representa, em termos de novidade, de descontinuidade, na história de nosso país. Uma vez inserido historicamente, o referido conceito pode dizer a que veio; o que pretende conservar, alterar ou recusar.

Mas, afinal, o que há nele de tão inaugural e inovador? Será que o texto que antecede esta conclusão conseguiu, através de suas diversas informações, transmitir a idéia do que há de tão peculiar no referido conceito?

Se restam essas dúvidas, talvez seja justamente porque, buscando manter um certo distanciamento da discussão, como que deixando que ela própria se apresentasse, não estabelecemos — por mais que estivéssemos tentados a tanto — certas análises em relação a uma série de idéias que ficaram apenas insinuadas. Então, aproveitamos este momento para buscar clareá-las.

Parece que a peculiaridade do conceito de cidadania cultural já começa a se mostrar na forma pela qual ele vai sendo construído e ampliado. E, aqui, insinua-se uma interessante relação entre a *política* de cidadania cultural e o *conceito* de cidadania cultural.

Os principais obstáculos à referida política — as tradições encontradas, os hábitos, a burocracia, a não percepção da violência habitual que é vivida como não violência e a conseqüente não percepção dos direitos etc. —, às avessas, servem ao conceito. Explicamos. O processo de construção do conceito parece ter re-



cebido dois tipos de orientações: de um lado, os elementos que contribuíram, digamos, positivamente — as diretrizes gerais do Governo Luiza Erundina; o documento “Políticas Públicas”, de 1985; algumas experiências de gestões anteriores (Mário de Andrade, Sábato Magaldi, Mário Chamie, Gianfrancesco Guarnieri); uma clara definição por parte dos dirigentes da SMC dos conceitos de cidadania, cultura e democracia; uma certeza: a cultura é algo muito sério para deixar ao bel-prazer do mercado etc. — e, de outro, todos os elementos que representavam um obstáculo à política de cidadania cultural. Esses últimos elementos contribuíram, digamos, às avessas, para que se chegasse a uma melhoria e, porque não dizer, a uma maior radicalização do conceito, até o ponto em que se pudesse concluir acerca de qual seria a essência, o princípio fundamental, que poderia contribuir para, como diz Marilena Chaui, proceder a “desmontagem crítica da mitologia e da ideologia” para “desenraizar as raízes mais profundas do mito fundador”.

O que, aqui, estamos afirmando, não vai além do que afirmou a filósofa na “Conferência do mês do IEA - USP”, que mencionamos no final do segundo capítulo, mas que, para frisar, repetimos: “A cidadania cultural *teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um direito* foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito; a dissimulação das formas da violência (...) Em suma, fizemos um esforço político para desenraizar as fundas raízes do mito fundador”. Parece que essa atitude representa algo de extremamente novo. Aquilo que tenderia a ser tomado de forma indiferenciada como obstáculo à política e ao conceito, não o é, antes, por se proceder tal diferenciação, continua sendo compreendido como obstáculo à política mas, em relação ao conceito, tomado às avessas, desempenha um papel central.

Se essa parece ser a peculiaridade em relação à forma pela qual se processa a construção do conceito, resta saber o que há de extremamente inaugural e inovador no conceito. Se procurássemos nas informações variadas dispostas ao longo da presente dissertação um momento de condensação das mesmas no sentido de responder tal questão, o encontraríamos no final do terceiro capítulo.

Trata-se da prioridade estabelecida pela SMC, cuja característica estaria em *“perpassar todas as atividades, todos os programas e todos os departamentos da SMC”* com a idéia da *“cultura como direito do cidadão”*, o que faria com que os diversos projetos, de diferentes departamentos da SMC se articulassem *numa só direção e finalidade*: desfazendo o estigma cultural que separaria o centro (avançado) da periferia (carente). E, assim, ao dar prioridade não a algum setor ou departamento da SMC mas a todos, o que a estaria movendo seria uma *“visão integrada da cultura”* que lhe permitiria *“ser múltipla, diferenciada, seguir diferentes temporalidades, e, simultaneamente, ser totalizante”*.

Dessa forma, atividades isoladas, realizadas por outras gestões culturais, mesmo que em concordância com algumas das perspectivas aqui propostas — justamente por serem atividades isoladas e por concordarem apenas com algumas das perspectivas aqui propostas —, não representariam, como propõe Cláudio Willer, *“avanços na prática da cidadania cultural”*; podendo, não obstante, significar importantes contribuições no sentido de democratização da cultura.

Sob essa perspectiva podemos então dizer que o conceito de cidadania cultural tal qual é posto pelo discurso oficial é extremamente inaugural e inovador.

²⁰⁰ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Op. cit., p. 37.



É um conceito inovador porque, ancora-se no já existente — parte dos já existentes elementos que contribuíam, ou positivamente, ou às avessas para sua construção — para lhe conferir novo sentido.

É inaugural porque não se caracteriza por propiciar alguns princípios para se pensar acerca de algumas atividades isoladas, antes, só pode ser pensado da forma como mencionamos acima, do contrário, não é o conceito de cidadania cultural; pode até ser alguma outra experiência ou conceituação extremamente rica e democrática para se pensar a cultura, mas, repetimos: não se trata do referido conceito.

Em seu artigo, “Uma opção radical e moderna: democracia cultural”, referindo-se às três escolhas possíveis quanto à gestão pública da cultura “— a oficial autoritária, a populista e a neoliberal —”, Marilena Chaui comenta que optaram por fazer uma quarta: “aquela que restringe o Estado à condição de prestador sócio-econômico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe de nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, de garantir direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações”. E prossegue: “Em duas das tradições que recusamos — a oficial autoritária e a neoliberal — procura-se o ‘impacto cultural’ ou o ‘efeito de impacto’, geralmente obtido pelo monumental e por uma visão mediática e publicitária da cultura. Deliberadamente, a SMC recusou o modelo ‘impactante’ e optou pela radicalidade”. E conclui: “Numa cidade polarizada entre a carência extrema e o privilégio extremado, ser radical é difícil e muito simples: basta optar pela democracia”³⁰³.

³⁰³ CHAUI, M. S. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Op. cit., p. 37.



BIBLIOGRAFIA

BARRETO, P. S. Casas de Cultura e o Projeto de cidadania cultural. Pólis, São Paulo, n° 28, p. 61 - 9, 1997.

CHAUÍ, M. S. Biblioteca e Cidadania. Jornal das Bibliotecas. São Paulo, ano 1, n° 2, jul. - ago. de 1990, p. 2.

_____. Chauí acusa empresários de prática do "terror". Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 mar. 1990.

_____. Cidadania cultural. Jornal das Casas de Cultura. São Paulo, ano 1, n° 0, maio de 1991, p. 4.

_____. Conferência de Abertura do Seminário sobre Relações de Trabalho e Integração com a Comunidade (Seminário de Bibliotecas Públicas). São Paulo, 04/05/1989, (mimeo).

_____. Considerações sobre o nacional-popular. In: _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. Cultura política e política cultural. Estudos Avançados. São Paulo, v. 9, n° 23, p. 71 - 84, jan./abr. 1995.

_____. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993, p. 39 - 60.

_____. Cultura, Socialismo e Democracia. Teoria & Debate. São Paulo, n° 8, p.50 - 6, out./ nov./ dez./ 1989.

_____. O discurso competente. In: _____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993, p. 3 - 13.

- _____. Entrevista concedida a Certas Palavras. São Paulo, Estação Liberdade/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 245 - 56. Organizadores: Claudiney Ferreira & Jorge Vasconcelos.
- _____. Governar é formular conceitos. Entrevista concedida a João B. Natali. Folha de S. Paulo. Revista D', 02/06/1991, p. 11 - 4.
- _____. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: São Paulo. Cidade. cidadania cultural em Ação - 1989/1992: Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo, Gráfica Águia, 1992.
- _____. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Pólis, São Paulo, n° 12, p. 11 - 38, 1993.
- _____. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: São Paulo. Cidade. SMC/DPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992, p. 37 - 46.
- _____. Uma Política de Cidadania Cultural [Entrevista de Marilena Chaui a Gabriel Cohn]. Lua Nova, São Paulo, n.º 20, maio/1990, p. 31 - 9.
- _____. Política e cultura democrática: o público e o privado entram em questão. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n.º 32, p. 57 - 71, jun./1991.
- _____. Proposta para o Programa de Cultura de um Governo Democrático. Polis, São Paulo, n.º 17, p. 99 - 105, 1994.
- _____. A questão democrática. In: _____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1993, p. 137 - 63.
- _____. Reflexos de Cidadania [Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, em 2 de janeiro de 1989]. São Paulo, Laboratório Gráfico do Centro Cultural São Paulo, 1989.

KONDER, . A riqueza do livro. Jornal das Bibliotecas. São Paulo, SMC, nº 3, set./ago. 1990, p. 8 - 9.

KOWARICK, . Seminários (O nacional e o popular na cultura brasileira). 2º ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, M. S. & MORAIS, F. A teoria na prática e outras. [Entrevista de Marilena Chauí e Fernando Moraes a Renato Ortiz, Eugenio Bucci e Paulo de Tarso Venceslau]. Teoria & Debate. São Paulo. nº 13, p. 42 - 53, jan./fev./mar./1991.

CHAUÍ, M. S. et al. Ainda não fomos radicais. Teoria e Debate. São Paulo, nº 16, cf. p. 11 - 7, out./nov./dez. 1991.

CHAUÍ, M. S. et al. Política Cultural. 2ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto & Fundação Wilson Pinheiro, 1985.

A DEVASTAÇÃO de nossos teatros e centros culturais em exposição. Jornal da Tarde. São Paulo, 14/04/1989.

FARIA, H. Uma Política Cultural para a Cidade de São Paulo. Pólis. São Paulo, nº 28, 1997, p. 11 - 21.

FARIA, M. Desafios do Projeto cidadania cultural. [Entrevista concedida a Hamilton Faria e Valmir de Souza no dia 09/03/1994]. Pólis. São Paulo, nº 28, 1997, p. 31 - 41.

GHIRALDELLI JR., P. Educação e razão histórica. São Paulo, Cortez, 1994.

SADER, E. Três estudos em historiografia da educação. Ibitinga, Humanidades, 1993.

JANINE RIBEIRO, R. História e revolução: a Revolução Francesa e uma nova idéia de história. Revista USP. São Paulo, (01): 12 - 8, mar./abr./mai./1989.

KALIL, E. Diretrizes para o Trabalho Artístico. In: São Paulo. Cidade. cidadania cultural em Ação - 1989 - 1992. Op. cit., p. 50 - 2.

KONDER quer diversidade na Secretaria. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 14 dez.

1992, Caderno Mais!, p. 1. "Democracia e Cidadania". São Paulo, março de 1992.

KOWARICK, L. & SINGER, A. A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo.

Novos Estudos, São Paulo, nº 35, p. 195-216, mar/1993. "Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura". São Paulo, 10/04/1993.

MATTES, R. N. Informatizar: Direito à Informação. In: São Paulo. Cidade. cidadania cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 71 - 2. "Plano de Trabalho para o Governo do Estado de São Paulo". São Paulo, ago / 1989.

MIRANDA, C. & PEREIRA, M. L. Direito à Criação, Direito à Fruição: a Proposta para as Artes Cênicas. In: São Paulo. Cidade. cidadania cultural em Ação - 1989 - 1992. Op. cit., p. 59 - 61. "EX - Legislação do Município de São Paulo". São Paulo, 1º sem / 1989 - 1990.

PEREIRA MARTINS, M. C. O I Plano de Desenvolvimento da Nova República — 1986 - 1989: uma abordagem. Dissertação de Mestrado, PUC/São Paulo, 1995 (mimeo.). "Plano de Governo 1989". São Paulo, ago / 1989.

PESSANHA, J. A. M. Política Cultural de SMC: fundamentos, metas, programas e projetos. Palestra proferida no encontro "Bibliotecas Públicas: Diversidade, Multiplicidade, Diretrizes", (Transcrição: Maurício Stocco), São Paulo, (mimeo.), 16/05/91. "Plano de Governo 1989". São Paulo, ago / 1989.

_____. Praça coberta ou nave louca? In: São Paulo. Cidade. Cidadania cultural em Ação - 1989/1992: Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo, Gráfica Águia, 1992, p. 64 - 8. "Plano de Governo 1989". São Paulo, ago / 1989.

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 - 1980). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

São Paulo. Cidade. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo, (mimeo.), [1991]. "Cidade, SMC. Direitos do Homem e do Cidadão: comemoração do bicentenário da declaração de 1789". São Paulo, (mimeo.), 22/02/1989.

- _____. Assessoria de Cidadania e Direitos Humanos (ACDH). Terceiro Esboço para a Discussão do Grupo "Democracia e Cidadania". São Paulo, março de 1992, (relatora: Marilena Chaui).
- _____. Cidadania cultural em Ação - 1989/1992: Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo, Gráfica Águia, 1992.
- _____. Cidadania e Direitos Humanos (Um Eixo de Trabalho para o Governo Municipal). São Paulo, (mimeo.), [1991].
- _____. Diário Oficial do Município. São Paulo, 36 (150), terça-feira, 13/08/1991, p. 25. Portaria 753/91.
- _____. É seu direito saber o que tem feito a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo Fevereiro 1989 - julho 1992. São Paulo, 1992.
- _____. LEX - Legislação do Município de São Paulo. São Paulo, 1º sem./1989 - 2º sem./1992.
- _____. 1989 - 1990 Cultura e Cidadania/Diretrizes da SMC. São Paulo, SMC, 1990.
- _____. Plano de Governo 1989. São Paulo, ago./ 1989.
- _____. Plano de S.M.C. para o Biênio 91 - 92. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1991.
- _____. Relatório de prestação de contas em cumprimento ao plano de emergência para a cidade de São Paulo (Plano dos Cem Dias). São Paulo, 10/04/1989.
- _____. Relatório de 06.03.89. São Paulo, SMC, (mimeo.), 1989.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura - Relatório de Avaliação - 1990. São Paulo, 1990.
- São Paulo. Cidade. SMC. Direitos do Homem e do Cidadão: comemoração do bicentenário da declaração de 1789. São Paulo, (mimeo.), 22/02/1989.

- _____. Diretrizes da cidadania cultural (por áreas de atuação). São Paulo, (mimeo.), [1992].
- _____. Guia Bibliográfico das Aquisições da SMC em 1990 - 1991. São Paulo, SMC, v. 1, 1992, p. III.
- _____. 1989 - 1990. São Paulo, SMC, 1990.
- São Paulo. Cidade. SMC/DPH. Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico, nº 5, São Paulo, 1991.
- _____. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992.
- São Paulo. Cidade. SMC/DPH/CONPRES. Tombamento e Participação Popular. São Paulo, DPH, jul./1991.
- SECRETARIA desfez ilusões de Marilena. O Estado de S. Paulo, Caderno 2. São Paulo, 12 de dez. 1992,
- SEPÚLVEDA, M. C. A. Democracia, Cultura e Bibliotecas Públicas: a Gestão *Mexe com Tudo*. Pólis. São Paulo, nº 28, 1997, p. 49 - 59.
- SOUZA, V. São Paulo: diversidade cultural e discurso oficial. Pólis, São Paulo, nº 28, p. 23 - 9, 1997.
- TOKAIRIM, V. L. Biblioteca do Cidadão. In: São Paulo. Cidade. cidadania cultural em Ação - 1989/1992. Op. cit., p. 55 - 8.
- TOSI RODRIGUES, A. Neoliberalismo: gênese, retórica e prática. Filosofia, sociedade e educação [Revista do GEP "Filosofia, sociedade e educação", vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP- Marília/SP]. Marília, 1 (1): 193 - 225, 1997 (orgs. Paulo Ghiraldelli Jr. e Nadjia Hermann Prestes).
- WILLER, C. Administração Cultural em São Paulo: 1989 - 1992 (uma discussão preliminar). Pólis. São Paulo, nº 28, 1997, p. 43 - 8.

